



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ANDREIA AGDA SILVA HONORATO

**O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioria civil: e agora?**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO

2011



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ANDREIA AGDA SILVA HONORATO

**O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioridade civil: e agora?**

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Myrian Veras Baptista.

São Paulo

2011

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

Dedico este trabalho às minhas amadas Marias...  
Helena e Eduarda.

À primeira que me gerou para a vida, apontou-me caminhos, transmitiu saberes e deu-me deveras razões para bem viver e ...

À segunda, cuja vida pude gerar e que cotidianamente me transmite saberes, sendo ela a razão para eu continuar a viver, mesmo diante da dor acarretada pela ausência da primeira.

Meus amores. Minhas Marias...

## AGRADECIMENTOS

*“na minha opinião existem dois tipos de viajantes: os que viajam para fugir e os que viajam para buscar”  
(Érico Veríssimo).*

Primeiramente, agradeço a Deus pela constante possibilidade de realizar sonhos e projetos de vida, de elaborar metas e conquistá-las, de ultrapassar desafios e, com eles, aprender e voltar mais forte. De me fazer suportar críticas, ao ficar ausente de minha própria filha para estudar sobre crianças que não tiveram as mesmas oportunidades de qualidade de vida e acesso aos direitos que todas as crianças deveriam, de modo absoluto, ter. A ti, por estabelecer comigo uma relação próxima, afetuosa e amiga, presente em todos os momentos, fazendo-me acreditar que tudo posso naquele que me fortalece.

À minha linda e pequena grande Maria Eduarda (Duda), que chegou no momento em que eu mais precisava de razão para poder continuar a caminhada, que me ensina, a cada momento, resgatar forças necessárias para conquistar o “impossível”. Por essa criança, principalmente em seus cinco constantes e tristes momentos de internação hospitalar, cheguei a pensar que estava no caminho contrário ao seu bem-estar e, por inúmeras vezes, tive que mudar alguns percursos e estratégias, mas ela, com sua graça, pôde mostrar-me e ensinar-me, de várias maneiras, que não podemos, nem devemos, desistir nunca.

Ao meu marido Eduardo (Du), amigo, companheiro e cúmplice, deixo registrado meu amor e minha gratidão, por, sempre, ser e estar presente em minhas trajetórias, por me aconselhar, sugerir, participar, ser um pai maravilhoso, suportar meus choros, tristezas, intolerâncias, por me representar em todos os lugares e situações em que me ausentei diante da prioridade deste estudo, por me conhecer profundamente e por demonstrar de várias maneiras que eu não estava sozinha – mesmo diante dessa sensação.

Aos meus laços fraternos, minhas irmãs queridas: Regina, Adriana e, em especial, Sonia e Ana, que, desde o momento em que decidi ingressar no mestrado, foram parceiras e amigas, ajudando-me, de modo incondicional, a suprir minha ausência na vida da minha filha,

de modo amoroso e cuidadoso, pois, sem o apoio dessa rede, teria se tornado impossível a chegada até aqui.

À Sonia Sabo Ferrari (encarregada do abrigo Lar Escola São Francisco de Assis), pois sempre foi uma grande amiga, pessoa de extrema competência e comprometimento, alguém a quem podemos sempre chamar de parceira.

Às colegas entrevistadas, Cecília Visioli, Dalva Martins e Denise Rodrigues, pela predisposição e pelo apoio na reconstituição da história do abrigo, não temeram romper o instituído pacto do silêncio e trouxeram grandes contribuições para essa construção e para o mosaico institucional.

Aos adolescentes, sujeitos da pesquisa, inspirações da construção deste trabalho, que me tocaram profundamente desde o momento em que pude compor parte de suas vidas – como assistente social do abrigo – para não deixar as inquietações caladas ou jogadas ao vento: acredito num presente melhor!

À amiga Juliana Lapa, meus eternos e intensos agradecimentos pela companhia, participação, grandes contribuições, por ser a pessoa que mais me ouviu e participou de cada etapa deste trabalho, que me motivava nos momentos de insegurança ou solidão intelectual: o tempo é revelador...

Aos amigos que direta ou indiretamente fizeram parte desse processo, por suas existências na vida e, principalmente, em minha vida: Marcelo Gallo, Gislely Fontes e Andresa Lopes.

A todos os familiares que compõem minha rede e que se situam exatamente dessa maneira: sobrinhos, cunhados, sogra, irmão, tios e primos, meu carinho.

Às equipes do abrigo (de todos os tempos) meus agradecimentos, pois foram diversas as formas como contribuíram com meu processo de desenvolvimento profissional.

Às professoras arguidoras que compuseram minha banca de qualificação, de defesa e que foram fundamentais no meu processo de construção de conhecimento desde o momento

em que decidi me fazer mestre: Maria Lúcia Martinelli e Isa Maria Guará, pelo conhecimento socializado, por uma prática responsável e pelo exemplo de comprometimento, dedicao e cuidado com o ser humano.

Aos professores do programa pós graduados em Serviço Social, em especial, às professoras Maria Carmelita Yasbek e Mal; Meu carinho e agradecimento  Vania (secretária do programa), por suas inúmeras contribuioes e ateno diferenciada aos alunos.

Aos colegas e companheiros da UnG – Universidade Guarulhos, professoras e professores: Keila, Suelma, Mrcia, Soraia, Marilene, Ilka, Cássia, Claudio, Nei, Heloisa, Eliana, Alice, Francisco, Adriano, Deise, Mabel, Ana Cristina, Fátima, Silvana, Maria Guiomar, Wanderlei, Alzira e, em especial,  Dagmar (diretora do curso) que, ao confiar no meu potencial, deu-me a oportunidade de compor o quadro de professores do Curso de Serviço Social. Acreditem: amei e, nesse grupo, encontrei-me.

Aos meus queridos alunos, pela oportunidade de socializao dos saberes que, de modo recíproco, reafirma a construo do conhecimento.

Agradeço, também, aos amigos: Lucimar, Luiz, Camila, Bruna, Felipe e até ao *dog* da família Tyson, que abriram as portas de sua casa em Caraguatatuba, num momento crucial deste estudo, o da organizao do último capítulo e das consideraoes finais. Pude ter momentos de concentrao, uma visão paisagística encantadora, sol em pleno inverno, o barulho e as ondas do mar, e, também, momentos de descontrao, de sustos, de brincadeiras e, até, a presença de serpente ao meu lado, quando estava focada neste estudo. Ali concluí o meu trabalho e aqui deixo registrado o meu carinho.

Claro que, de modo mais que especial, não deixaria de agradecer de maneira inenarrável  minha grande e exemplar orientadora, professora doutora Myrian Veras Baptista, sempre presente, socializando conhecimento, situando-me, fazendo-me acreditar e transformar-me positivamente durante a travessia. Apropriando-me da cano de Roberto Carlos, digo-lhe: “Eu tenho tanto a lhe falar, mas com palavras não sei dizer, o quanto  grande, o meu amor, por você”. Então, pelo saber, pelo afeto e pela amizade, resta-me dizer: muito obrigada.

À minha mãezinha (silêncio???): vazio, saudade, amor, confiança, além do maior e mais profundo agradecimento...

*“Fecho os olhos pra não ver passar o tempo, sinto falta de você  
Anjo bom, amor perfeito no meu peito, sem você não sei viver*

*Vem, que eu conto os dias conto as horas pra te ver*

*Eu não consigo te esquecer*

*Cada minuto é muito tempo sem você, sem você*

*Os segundos vão passando lentamente, não tem hora pra chegar*

*Até quando te amando, te querendo, coração quer te encontrar*

*Vem, que nos seus braços esse amor é uma canção*

*E eu não consigo te esquecer*

*Cada minuto é muito tempo sem você, sem você*

*Eu não vou saber me acostumar sem sua mão pra me acalmar*

*Sem seu olhar pra me entender, sem seu carinho, amor, sem você*

*Vem me tirar da solidão, fazer feliz meu coração*

*Já não importa quem errou, o que passou, passou então vem, vem, vem, vem”.*

(Michael Sullivan/Paulo Massadas)



*Sou um guardador de rebanhos,  
O rebanho é os meus pensamentos  
E os meus pensamentos são todos sensações.  
Penso com os olhos e com os ouvidos  
E com as mãos e os pés  
E com o nariz e a boca.*

*Pensar uma flor é vê-la e cheirá-la  
E comer um fruto é saber-lhe o sentido.*

*Por isso quando num dia de calor  
Me sinto triste de gozá-lo tanto,  
E me deito ao comprido na erva,  
E fecho os olhos quentes,  
Sinto todo o meu corpo deitado na realidade,  
Sei a verdade e sou feliz.*

*(Fernando Pessoa)*



Foto extraída de arquivo pessoal: Crianças do Lar Escola São Francisco de Assis

## RESUMO

O presente trabalho, “O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioridade civil: e agora?”, de autoria de Andreia Agda Silva Honorato, apresenta um estudo a partir das histórias de adolescentes que vivem sua cotidianidade num abrigo da cidade de Santo André, Lar Escola São Francisco de Assis, composto por onze casas lares. Os adolescentes, que lá vivem, ao atingirem 18 anos de idade, são determinados a deixar a instituição por motivo de maioridade civil. Até junho de 2003, esse abrigo pertencia à Secretaria de Assistência Social e, decorrentes a fatores contraditórios e burocráticos, foi assumido pela Secretaria de Educação (único caso no Brasil). Os Jovens vivenciam momentos de insegurança como resultado de ações contrárias a uma pedagogia emancipatória. Este trabalho parte do objetivo geral de conhecer e identificar quais os fatores objetivos e subjetivos que contribuem para uma saída mais autônoma no ato do desacolhimento institucional, por motivo de maioridade civil, buscando romper ou amenizar com os aspectos que permeiam esse momento e impedem que esse processo seja vivido de maneira mais segura – segurança entendida aqui para além dos fatores econômicos. Dessa maneira, os objetivos específicos desta pesquisa foram: conhecer os significados atribuídos pelos próprios sujeitos da pesquisa – adolescentes que vivem as prévias do desligamento – bem como apropriar-se das metodologias aplicadas cotidianamente em diferentes momentos históricos do abrigo, a fim de compreender o quanto elas remetem aos resultados vividos por esses adolescentes no momento de sua saída. Entre esses objetivos específicos a premissa existente é a de que, ao socializar os resultados desta pesquisa, possa o abrigo repensar sua metodologia, investir verdadeiramente no artigo 92, inciso VIII, que preconiza a preparação gradativa para o desacolhimento institucional, e que seja este estudo considerado como motivação aos operadores das políticas públicas. Firma-se, ainda, a intenção de propor metodologias que venham a contribuir com adolescentes que sairão do abrigo, considerando os resultados a partir das bibliografias estudadas, mas, principalmente, do olhar daqueles que vivem essa condição. Este tema justifica-se pela grande demanda de adolescentes que vivem, que viveram e que, ainda, viverão essa condição, principalmente, pelos resultados existentes dos que passaram por essa situação, bem como, pela escassez de produção sobre a saída do abrigo por motivo de maioridade civil, uma vez que os estudos pesquisados discutem o processo de acolhimento ou o cotidiano no abrigo. Para tanto, foram realizados dois levantamentos. O primeiro sobre a história institucional, por meio de entrevistas com funcionários públicos que atuaram em diferentes momentos, como encarregados ou técnicos do abrigo; e o segundo, em que foram coletados depoimentos de adolescentes que saíram e que estão prestes a sair da instituição de acolhimento por motivo de sua maioridade civil. Esta é uma pesquisa de estudo qualitativo, não passível de generalizações, e apresenta-se como instrumento de reflexão a partir dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos.

Palavras-chave: Adolescentes. Instituição de Acolhimento. Maioridade Civil. Saída do Abrigo.

## ABSTRACT

This present work, “The meaning of the moment of the teenagers left the shelter institution when they are in age of majority: and now?”, Andreia Agda Silva Honorato authorship, it presents a study from teenagers stories that leave their daily in a shelter at Santo André city, that is called, the School home São Francisco de Assis, composed by eleven home, where these teenagers are certain to leave the institution when they are 18 years old by the reason of the age of majority. Up to June, 2003, this shelter belonged to the Social Worker Department and, due the contradictory and bureaucratic factories, it was assumed by the Education Department (unique case in Brazil). They are young people that experience insecurities moments while results of contrary actions for an emancipator pedagogy. Based on the overall goal of knowing and identifying which the objectives and subjectives factories that contribute to the leaving more autonomous in the non shelter institutional act by the age of majority reason, seeking to break or soften with the aspects that permeate this moment and prevent that this process has been lived in safer way – security understood here for beyond the economic factories. This way, the specifics objectives from this search were: To know the meanings attributed by the own subjects of the search – teenagers that live the prior of non shelter – like, it appropriates of the methodology applied daily in different historical moments of the shelter to comprehend, how much these refer to the lived results by these teenagers in the left moment. Between these specifics objectives and, from the two first, the existence premise is that to socialize the results of this search, could the shelter, rethink its methodology, to invest truly in article 92, subsection VIII that advocated the gradual preparation for the non shelter institutional, even as, that will be this study, considering as motivation to the operators of the public policy. It still firms, the intention to propose methodologies that come to contribute with the teenagers that will leave the shelter, considering the results from the studied bibliographies, but, mainly, the look of those people that live in this condition. This theme explain by the big demand of the teenagers that live, lived and will still live this condition, as well as, by production scarcity about the shelter left by age of majority reason, once that the studies search discuss the shelter process or the shelter daily. For both, it was realized two surveys. The first is about the historical institutional, by interviews with publics employees that act in different moments as manager or technical of the shelter; and, the second were collected testimony of the teenagers that left and are almost leaving the shelter institution by the age of majority reason. This is a study search qualitative no liable to generalization and presents like reflection document from meanings assigned by own subjects.

Keywords: Teenagers. Shelter Institution. Age of Majority. Shelter Left.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC = Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul  
CF = Constituição Federal  
CMDCA = Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente  
CRAS = Centro de Referência da Assistência Social  
CEP = Comitê de Ética e Pesquisa  
CREAS = Centro de Referência Especializada da Assistência Social  
ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente  
FIO CRUZ = Fundação Oswaldo Cruz  
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICAC = Instituto Castanheira de Ação Cidadã  
IDH = Índice de Desenvolvimento Humano  
IPEA = Instituto de Pesquisa Aplicada  
LOAS = Lei Orgânica da Assistência Social  
MDS = Ministério de Desenvolvimento Social  
NECA = Núcleo de Estudo sobre Criança e Adolescente  
OG = Organização Governamental  
ONG = Organização Não Governamental  
ONU = Organização das Nações Unidas  
PIA = Plano Individual de Atendimento  
PIB = Produto Interno Bruto  
PNAD = Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios  
PNAS = Política Nacional de Assistência Social  
PNCFC = Política Nacional de Convivência Familiar e Comunitária  
PNJ = Política Nacional de Juventude  
PROSSAN = Promoção Social de Santo André  
PT = Partido dos Trabalhadores  
RG = Registro Geral  
RH = Recursos Humanos  
SUAS = Sistema Único de Assistência Social  
VIJ = Vara da Infância e Juventude

## SUMÁRIO

	Páginas
Apresentação.....	14
<b>Capítulo I: Apresentando o município de Santo André - Universo no qual a pesquisa foi realizada.....</b>	<b>26</b>
1.1- Conhecendo Santo André.....	28
1.2- Cenário Contemporâneo de Santo André.....	35
<b>Capítulo II: Desvendando a História do Lar Escola São Francisco de Assis.....</b>	<b>47</b>
2.1– Lar São Francisco de Assis – sua gênese.....	49
2.2– Lar Escola São Francisco de Assis – sua história no imediato pós ECA.....	52
2.3– A introdução do terceiro setor na história do abrigo municipal.....	57
2.3.1– As artimanhas de uma nova fase.....	59
2.4– Contando sobre as Gestões: ICAC, NECA e Brasil Novo.....	66
<b>Capítulo III: Tecendo o bem chegar, o bem estar e o bem sair.....</b>	<b>85</b>
3.1– Acolhimento e Cotidiano de crianças e adolescentes que vivem em abrigo.....	86
3.2 - O momento da partida.....	100
<b>Capítulo IV: O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioridade civil: e agora?.....</b>	<b>111</b>
4.1 – Apresentando os Sujeitos da Pesquisa.....	116
4.2 – Da Infância ao Acolhimento.....	118
4.3 – Os adolescentes revisitando sua história no cotidiano do abrigo.....	128
4.4 – Os significados atribuídos pelos próprios sujeitos da pesquisa sobre o momento de seu desligamento da instituição de acolhimento ao completar dezoito anos de idade.....	136
Considerações Finais.....	145
Referências .....	151
Anexo.....	156

## APRESENTAÇÃO

Na década de 80, surgiram diversos movimentos de luta em prol da defesa dos direitos da criança e do adolescente. Esses movimentos contribuíram para o fortalecimento de leis de proteção, trazendo uma visão inovadora da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Dentre essas leis, podemos destacar a Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), que teve, pela primeira vez, um dispositivo que incorporou direitos às crianças. O artigo inaugurado pela Constituição prevê um modelo baseado em direitos, fundamentando-se na doutrina da proteção integral. Essa situação conflitava com o Código de Menores de 1979, cuja doutrina informava ser a situação irregular. Em 1990, foi criada a Lei 8069/90 – Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), que reafirmou a visão da criança e do adolescente como sujeitos de direitos.

Com o ECA, mudou-se, também, a visão de proteção da criança e do adolescente, afirmando seu direito à família e à convivência comunitária. Antes do ECA, crianças e adolescentes, em situação especial – frequentemente causada pela pobreza – denominada ‘situação irregular’, eram recolhidos aos que se chamava de orfanato: uma estrutura montada para receber o “apenado”, o abandonado que, para lá, era dirigido, apartando-o da família, da escola, da comunidade e dos vizinhos. Esse era um espaço para cumprimento de sentença judicial ou não, do qual somente o adolescente sairia, quando alcançasse a maioridade ou tivesse um encaminhamento para um trabalho semi remunerado – ‘colocação sob soldada’.

Com o ECA, instituiu-se o termo abrigo às estruturas existentes para dar a conotação de transitórias - para receber crianças e adolescentes que para lá deveriam ser conduzidos em situações excepcionais, sendo o abrigamento uma medida protetiva dos seus direitos, em sintonia com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

No ano de 2009, foi votada a Lei Federal nº 12.010/2009, que efetivou mudanças no trato das instituições que desenvolvem medidas de proteção para crianças e adolescentes. Segundo Baptista (2010, p.400), “a primeira mudança que se evidencia é terminológica: a utilização do termo ‘acolhimento institucional’ em lugar de ‘abrigo’ não significou expansão de sentido, mas utilização de termo assumido pelo Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária –

PNCFC, onde é explicitado que “o Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes pode ser oferecido em diferentes modalidades como: Abrigo Institucional para pequenos grupos, Casa Lar e Casa de Passagem”.

O espaço no qual a pesquisa foi realizada refere-se às casas lares do Lar Escola São Francisco de Assis, no município de Santo André – ABC Paulista, onde são atendidas 165 crianças/adolescentes, em medida de proteção, conforme preconizado pelo ECA, em seu artigo 92.

Independente da época, o Lar Escola São Francisco abriga crianças de zero a 17 anos e 11 meses. Ao atingir a maioridade, com 18 anos, os adolescentes são ‘obrigados’, por determinação judicial, a deixar a casa e viver sua vida independente, fora do abrigo.

A atual sede desse abrigo foi inaugurada em 9 de novembro de 1985, mas ele já existia anteriormente – período que também foi pesquisado por meio deste projeto – quando era gerido pela extinta PROSSAN – Promoção Social de Santo André, que se tornou, mais tarde, Secretaria de Inclusão Social, como resultado de muitos avanços pautados em legislações, principalmente na LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social.

No ano de 2003, o abrigo saiu da gestão da pasta da Inclusão Social e passou para a pasta da Educação, que firmou convênio com uma instituição, Régua e Compasso, para que executasse/administrasse o serviço.

Esse convênio findou-se, e uma nova ONG - Organização Não Governamental - o Instituto Castanheira de Ação Cidadã, foi criada especialmente para executar o serviço. Em sua gestão, muitas mudanças ocorreram, tanto em relação a pessoal - gestores, técnicos e educadores - quanto em relação a concepções e ações praticadas no trabalho desenvolvido com crianças e adolescentes e, sucessivamente, com suas respectivas famílias.

O Lar Escola São Francisco, nessa administração passou a ser formado pela casa sede e outras 11 casas lares. Morando na sede, considerada a porta de entrada, havia uma média rotativa de 30 crianças e, morando nas casas lares, uma média de até 15 em cada uma (o que nem sempre era possível acontecer em razão do número elevado de abrigamentos que cotidianamente ocorria).



No ano de 2003, o Lar São Francisco de Assis passou a chamar-se Lar Escola São Francisco de Assis, para justificar sua ligação à Secretaria de Educação e Formação Profissional.

Em 2007, iniciei minhas atividades profissionais nessa instituição, como Assistente Social, e foi dentro desse espaço que comecei a envolver-me mais com o atendimento às crianças e adolescentes abrigados.

Dentre as situações que me intrigavam, a maior delas era sobre o trabalho desenvolvido com foco na preparação dos adolescentes que teriam de deixar o abrigo por motivo de sua maioridade civil. Conjuntamente a essa questão, estava a ausência de políticas de atendimento efetivo a esses jovens que, ao longo de suas histórias de vida, passaram por situações diversas de exclusão e de perdas concomitantes.

Na dinâmica profissional vivenciada no abrigo, fui percebendo a complexidade que existia para cada ação, visto que o resultado delas remetia à vida do outro em todos os seus aspectos. Compreendia que esse trabalho requer de cada profissional e de cada educador um envolvimento comprometido e responsável, mas que, em contra partida, não dependia unicamente de o seu agir profissional, mas de uma série de fatores e de efetivações que perpassavam por políticas públicas e pela rede social que a compunha.

Percebi que no momento em que escolhi o tema, eu já havia sido escolhida por ele, e essa afirmação se revelou desde o momento da escolha do tema, a partir do ponto de partida, onde e como tudo começou. Senti-me tocada e provocada, desejando, assim, pesquisar sobre esse tema, paradoxalmente, exaltado e reduzido.

Em março de 2009, o convênio com essa ONG – ICAC – foi interrompido e assumiu o serviço, outra organização, sendo esta, o NECA. Esse novo momento do abrigo, com a gestão do NECA – momento em que me desliguei do abrigo – culminou em novo processo de mudanças e essas, historicamente, apresentaram-se como formas de rupturas, ao analisarmos que um processo se dá por reconstruções, mas também por continuidade e respeito aos sujeitos que demandam dos serviços. Esse convênio foi breve, durou apenas um ano e dois meses e, quando encerrado o convênio em junho de 2010, no dia seguinte, em primeiro de

julho do mesmo ano, por meio de processo de licitação – o primeiro processo licitatório da história do convênio do abrigo – assumiu o Instituto Brasil Novo que é vinculado a uma instituição católica, Salesianos. Assim, até o momento, a gestão do abrigo e das casas lares mantém-se com essa última organização.

Percebendo, nesse contexto, que, na situação de partida, são vários os sentimentos e sensações por parte desses adolescentes - e que esse momento era frequentemente visto, assistido e considerado como fato natural por quem atuava com eles - surgiu o desejo de pesquisar sobre o significado e as representações que esses jovens vivenciam na expectativa do momento do anúncio de sua desvinculação da instituição de acolhimento, em decorrência da maioridade civil.

Por considerar que essa vivência está relacionada diretamente com o modo de funcionamento do Lar Escola – com as metodologias aplicadas – entendemos que, para chegarmos nos sujeitos dessa pesquisa e estudarmos sobre suas histórias de vida para, então, compreendermos quais significados por eles são atribuídos sobre o momento de seu desligamento da instituição, foi preciso conhecermos a história do abrigo, aproximarmos-nos de cada referencial e ações instituídas em cada momento histórico.

Então, realizamos, inicialmente, uma pesquisa sobre a história da instituição e descobrimos que, assim como, muitas histórias de vida de crianças e de adolescentes que vivem nesse abrigo são fragmentadas, a própria história institucional também o é. Foi um árduo trabalho, um desafio, pois foi desvendamento, requereu procura de sujeitos – trabalhadores do abrigo – que passaram por lá em diferentes momentos. A medida que íamos captando dados por meio de relatos, deparávamos com novas informações e com a necessidade de procurarmos novos sujeitos que detinham outras partes da história: esse foi um verdadeiro mosaico com muitas peças, tantas, que não vamos conseguir mensurar, mas sua montagem foi interessante e, hoje, de grande relevância, pois não existem registros documentais.

Tematizando a questão central da pesquisa proposta, partimos para um estudo baseado na inquietação por ter visto adolescentes saindo da instituição de modo angustiado, ansioso e incerto, com interrogações que dão sentido ao medo do “isolamento”. Nessa circunstância – muitas vezes, sem a família biológica, sem a presença da família estendida e sem o “abrigo”,

que, até então, era a sua referência de lar – a questão que fica é: “E Agora?”. O que significa para esse adolescente crescer ou passar grande parte de sua vida num abrigo? E o que significa para ele ter que deixá-lo por causa da maioridade civil? O quanto esse abrigo representou tutela ou espaço de acolhida e de socioeducação? Quais foram as contribuições para que esse adolescente pudesse alcançar autonomia e assumir sua vida independente fora do abrigo? E suas raízes familiares, como foram trabalhadas durante seu período de abrigamento? Quais as expectativas e perspectivas desse adolescente sobre seu futuro?

Com as primeiras aproximações ao tema de estudo, certificou-se que a sociedade moderna busca soluções institucionais para suas necessidades sociais, inclusive para crianças e adolescentes que precisam de medidas de proteção. Nessas soluções emergem dois caminhos para enfrentamento dessa questão: implementar políticas públicas que visem ao atendimento às necessidades das famílias no sentido de empoderá-las (dar-lhes condições) para assumir o seu papel, conforme preconizado no artigo 227 da Constituição Federal do Brasil :

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão;

ou, apropriar-se de uma outra política pública de Assistência Social, sendo esta o da institucionalização de crianças e de adolescentes.

Vemos, no entanto, que, no primeiro caminho, persiste a ausência de respostas efetivas e necessárias do Estado, as quais não dão conta das reais demandas das famílias – principalmente das famílias pobres - para dar suporte aos cuidados da população infanto juvenil. Então, frequentemente, a opção recai sobre o segundo caminho que é, exatamente, o da institucionalização e, por ausência de um acompanhamento adequado com as famílias, muitas vezes, chegando esta à perda do poder familiar, de modo a contradizer o 23 do ECA que diz a falta ou carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou a suspensão do poder familiar.

Isso significa que, por ocasião dessas faltas, cabe ao Estado dar o suporte necessário às famílias de origem para que possam manter suas crianças e adolescentes junto de si. Para tanto, além de uma infraestrutura de serviços - como creches, escolas em período integral - as famílias deveriam ter acesso a programas oficiais de auxílio. No entanto, a ausência desses recursos, desse acesso e a situação de pobreza são os fatores que mais levam à institucionalização de crianças e adolescentes.

Na nossa sociedade, a história da institucionalização de crianças e adolescentes aponta nos que, além de um número elevado de “abrigamentos”, há também morosidade do poder judiciário. Com isso, crianças crescem em instituições, vivenciam diferentes formas de rupturas, de perdas e de descaracterizações de sua singularidade, tendo que se adaptar a determinados grupos e metodologias que vão atribuindo lhes uma identidade que não lhes pertence (identidade atribuída) e acatadas pelos adolescentes, como parte de sua autoconservação dentro daquele espaço e tempo. Nesse processo, a morosidade, a adaptação e as circunstâncias vividas por seus familiares, muitas vezes, levam ao seu afastamento de sua família e, por consequência, à perda do convívio familiar.

Nessa circunstância, a criança cresce na instituição, torna-se adolescente, aproxima-se de sua maioridade civil, dando início a um novo momento de sua vida. A eminência desta passagem pode configurar um ‘drama da vida real’, historicamente resultante de pedagogias tutelares que estiveram presentes no interior da instituição de acolhimento, onde o adolescente começa a ouvir que ‘está chegando o momento de sua partida’. Ansiedade, insegurança e medo assolam o ambiente, refletem no coletivo e, principalmente, nesse adolescente que terá de assumir um papel desconhecido para o qual não foi preparado.

Enquanto reflexão sobre o cotidiano na instituição e sobre o momento da saída, é importante refletir sobre o que nos aponta Isa Maria Guará

A questão do caráter provisório e transitório da medida do abrigo não impede que o tempo presente na instituição seja vivido como possibilidade de desenvolvimento da criança e do adolescente e que o bem-estar seja tão importante quanto o bem-sair (GUARÁ, 2006: 67).

Essa autora, tratando de abrigos, remete a uma ampla revisão de paradigmas e de práticas vivenciadas - os quais, muitas vezes, pautavam-se em modelos segregacionistas de confinamento - apresentando a necessidade de torná-los comunidades de acolhida e de socioeducação:

Um patamar importante poderá ser alcançado, se for definida uma nova identidade para o abrigo que indique claramente sua função social, ou seja, a de comunidade de acolhida, voltada para a socioeducação. Comunidade, porque crianças e educadores experimentam, juntos, uma vida de convivência e compartilhamento de objetivos em busca da inclusão social plena de cada criança e adolescente. De acolhida, porque o cuidado é um aspecto essencial do atendimento direcionado a um público com demandas complexas de proteção especial. Por fim, uma comunidade de socioeducação, porque ela se planeja para oferecer uma educação pessoal e social, considerando as características de cada integrante. Essa comunidade precisará de um programa de atendimento que tenha espaço para a reflexão e a ação no que diz respeito à vida cotidiana e seus eventos: a recepção e o desligamento das crianças, as atividades de recreação e lazer no abrigo e na comunidade, a socialização, o trabalho com as famílias, o plano personalizado de atendimento e a inserção dos abrigados na vida cidadã, em condições de usufruir de seus serviços (GUARÁ, 2006 64).

Suas reflexões sobre as necessidades de uma atuação efetiva com vista ao momento da partida contribuíram para o desenvolvimento das discussões que permeiam o terceiro capítulo deste estudo:

O acolhimento e a proteção não podem criar, entre os educadores e as crianças, uma relação de dependência e descompromisso com o projeto de vida da criança ou do adolescente. Relações externas, estimuladas com a rede de apoio social e familiar, ajudam muito no momento de partida da criança ou do adolescente, que devem ser preparados com responsabilidade e competência, pois o desligamento é cercado sempre de insegurança e ansiedade. [...] A preparação planejada do desligamento pode oferecer maior segurança para os que saem do abrigo[...] Por isso mesmo é muito importante que se pense em projetos e ações de apoio e acompanhamento às crianças e aos adolescentes que se desligaram do abrigo. (GUARÁ, 2006, p. 66-67).

A partir da aproximação empírica, constatamos que, distante do direito à convivência familiar e não podendo – decorrentes diversos motivos - preservar cotidianamente sua identidade em razão de diferentes metodologias institucionais impostas, o que deveria ter sido uma medida de proteção pautada numa pedagogia emancipatória, passou a ser firmada por “ajuda” e medo, gerando, assim, um despreparo para o momento difícil da saída imposta pelo alcance da maioridade civil.

Para conhecer os significados atribuídos pelos adolescentes sobre o momento de sua saída, fez-se preciso, conhecer sua história de vida, conhecer a história institucional, bem como, a vivência desses adolescentes durante seu período de acolhimento.

Que espaços são esses? O que esses espaços promovem além do aparente? Quem são os sujeitos dessa história? Como vivem e como se revelam?

O que se presentificou, aquele contexto, foram ações cotidianas antagônicas: uma verdadeira necessidade de vir a ser. O que muito se destacou em minhas observações foram as atitudes de subalternidade em relação à instituição, presentes na vida desses sujeitos, em resposta aos direcionamentos impostos pelos dirigentes e educadores. Nesse sentido, como não trazer a reflexão sobre a cotidianidade? Como não trazer a reflexão sobre a cotidianidade efetivada no abrigo no qual os sujeitos viveram sua experiência de vida? Por isso a importância da história do abrigo – determinante no modo de ser daquela cotidianidade.

O objeto desta pesquisa foi desvelar e compreender os significados objetivos e subjetivos, agregados ao momento da saída de adolescentes da instituição de acolhimento, ao completarem 18 anos de idade.

Houve dois pontos fundamentais que requereram ser estudados e tratados nesta pesquisa. Um deles foi a reconstituição da história da instituição, e o outro, a história de vida dos sujeitos da pesquisa contada por eles mesmos.

Assim, os objetivos que nortearam a pesquisa foram:

Conhecer o significado que tem para os adolescentes crescer ou passar significativa parte de sua vida numa instituição de acolhimento. Conhecer, principalmente, o que significa para ele ter que deixá-la ao alcançar a maioridade civil.

Compreender em que medida essa instituição representou para o adolescente um espaço de tutela ou de acolhida e socioeducação. Que contribuições houve para que esse adolescente pudesse alcançar autonomia e assumir sua vida independente, fora da instituição? Quais as suas expectativas e perspectivas de futuro?

Desvendar a história da instituição revelou como foi tratada essa questão em todo o seu processo de constituição.

Oferecer, em termos operacionais, contribuições à prática cotidiana de educadores que atuam na operação da medida protetiva no abrigo, bem como indicadores ao município, quanto à necessidade de implementação de novas políticas para essa demanda, que deixa de se enquadrar como adolescentes para garantias constantes no ECA e em programas de governo e, também, não se enquadra no critério família, uma vez que são solteiros.

Desse modo, os procedimentos para a coleta de informações, durante os diferentes desdobramentos da pesquisa, processaram-se a partir da utilização de vários instrumentos, tais como: observação participante; pesquisa documental; entrevistas para coleta de depoimentos de gestores e técnicos; e de história oral, com os adolescentes.

Dentre os procedimentos adotados nessas entrevistas, foi utilizado termo de consentimento livre e esclarecido dos sujeitos da pesquisa e, utilizados, também, instrumentos como gravador, filmadora e máquina fotográfica.

Importante destacar, que o projeto que norteou esta pesquisa e, desencadeou o estudo apresentado nesta dissertação, foi apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa – CEP – da PUC São Paulo.

A observação participante foi baseada e firmada na pesquisa em três momentos distintos, sendo eles: na experiência empírica durante o período em que atuei como Assistente Social dessa instituição; em visitas a essa Instituição e às suas casas lares, para a realização da pesquisa da FIO CRUZ – Fundação Oswaldo Cruz, enquanto pesquisadora no Levantamento Nacional sobre Acolhimento Institucional; em razão da realização da pesquisa de campo.

A pesquisa documental, considerando os objetivos da pesquisa, foi uma primeira aproximação ao objeto, na busca de informações que pudessem existir em prontuários diversos e registros existentes, como diários de campo; relatórios sociais; fotografias; cadernos de ata etc.

A pesquisa documental forneceu subsídios para uma primeira aproximação que teve como objetivo perceber os significados atribuídos pela instituição às medidas de proteção. Subsidiou, também, o conhecimento de dados referentes à história da implementação e implantação do Lar Escola São Francisco. Esta história está, ainda, fragmentada e sem registros contínuos, o que tem sido um grande desafio no percurso desta pesquisa: trabalhar a constituição dessa história, apresentada como um mosaico, havendo a necessidade de localizar diversos sujeitos que passaram pela gestão do lar para que fornecessem seus depoimentos.

Quanto às entrevistas, foram realizadas de duas naturezas: semiestruturadas para coleta de depoimentos de gestores e técnicos; e de história oral para conhecimento da história de vida dos adolescentes, e os significados e competências que foram sendo construídos nessa trajetória, no sentido de prepará-los para uma vida autônoma, após seu desacolhimento institucional.

As abordagens principais da pesquisa aconteceram por meio de história oral que, segundo Portelli (1997) “é àquela que nos conta menos sobre eventos que sobre significados, que sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas” com adolescentes que vivenciam as prévias do desligamento do acolhimento institucional.

Assim, por meio da história oral, pretendeu-se atingir, a partir da construção da narrativa, grande empenho na relação do relator com sua história, considerando, também, que, a partir das fontes orais, requereu-se atenção, por parte do pesquisador, ao sujeito da pesquisa sobre sua subjetividade ao narrar.

Os procedimentos para a apreensão dos significados estiveram precedidos de uma organização que teve por referencial as categorias analíticas do método: a totalidade, a história e a contradição.

Essa análise teve o apoio dos conhecimentos acumulados a partir da nossa própria vivência – experiência profissional cotidiana e da observação participante.



Os leitores perceberão que esta pesquisa buscou enfatizar o significado da realidade socialmente construída pelos adolescentes, a partir dos dados, observações, depoimentos e histórias orais contadas pelos próprios sujeitos. Sua análise deu-se à luz de teorias que a subsidiaram, levando em conta tanto as relações sociais e de classe, perspectivando seu contexto sócio histórico e as subjetividades impressas nas relações estabelecidas.

Ainda, além dos discursos institucionais sobre o significado do momento de saída de adolescentes da instituição de acolhida (abrigo), ao completarem 18 anos de idade, para essa análise, recorreremos a teorias que fundamentaram o que foi coletado, assistido e vivenciado pelo pesquisador, seguindo o que nos aponta Portelli (1997), quando diz que “nesta técnica, o que é realmente importante é não considerar a memória apenas um depositário passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”.

Na perspectiva dos direitos, analisamos, também, essas questões, a partir do artigo 92, Inciso VIII do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente que preconiza que as entidades que desenvolvem programas de acolhimento institucional devem efetivar a preparação gradativa para o desligamento e, a partir deste, refletir sobre sua prática cotidiana, inclusive ao contemporâneo plano individual de atendimento (PIA) realizado nos serviços de acolhimento - modalidade abrigos.

No primeiro capítulo, apresentamos o universo em que a pesquisa foi realizada, a história do município de Santo André, situado na região do Grande ABC e, nele, percorremos dos primórdios à contemporaneidade.

No segundo capítulo, a ênfase esteve sob o desvendamento da história do Lar Escola São Francisco de Assis – sede e casas lares – em todos os tempos – e mostramos que parte dessa história se manteve obscura, ao não localizarmos fontes reveladoras de sua determinada época, mas contamos com muitos depoimentos que nos indicaram fatos, acontecimentos, mas, principalmente, proporcionaram-nos clareza sobre as diferentes metodologias aplicadas por diferentes gestões que assumiram os serviços. Descobrimos o quanto essa história se caracteriza como um mosaico, repleto de partes fragmentadas, mas que, por sua vez, respondem aos infortúnios, ainda presentes na vida cotidiana de crianças e de adolescentes em medida de proteção.

Sobre o acolhimento institucional e o cotidiano de crianças e de adolescentes que vivem em abrigo, tratamos, no terceiro capítulo, desta dissertação, que denominamos como “tecendo o acolhimento, a estadia e o momento da saída”. Neste capítulo, mostramos que, para tratar sobre a questão norteadora – o momento da saída – faz-se preciso compreendê-la como um processo que tramita desde o ato da chegada – na acolhida – passando pelo dia a dia da instituição, considerando, assim, as determinações políticas, sociais, econômicas, históricas, culturais e os jogos de forças sociais existentes, vendo e entendendo, além do aparente as tramas das relações sociais e o processo contínuo de movimento. Nesse sentido, apresentamos fatores objetivos e também subjetivos, presentes no cotidiano, e que se presentificam na vida dos adolescentes, mesmo quando fazem a travessia.

No quarto e último capítulo, apresentamos as narrativas captadas por meio deste estudo, no momento da pesquisa de campo, que se deu pela história oral. Neste último capítulo, apresentamos, também, as análises dos relatos e dos significados atribuídos pelos próprios sujeitos da história.

Fechamos a porta – o estudo da temática – sem trancar com as chaves, para que outros pesquisadores e atores – trabalhadores da área – possam entrar e dar contribuições, pois a entendemos como exploração inacabada, e o que ficou foram os ecos dos primeiros gritos de um silêncio que há anos perdurava. Chegamos às considerações finais – jamais na conclusão – reafirmando nosso compromisso e nossa intenção de repensar esse contexto, acreditando que existem possibilidades diferentes acerca do momento da saída de adolescentes da instituição de acolhimento ao completarem a maioria civil, e, entendemos esse momento, como peculiar às suas vidas, para além, da medida de proteção por tempo de validade.



## ***I CAPÍTULO***

### ***APRESENTANDO O MUNICÍPIO DE SANTO ANDRÉ - UNIVERSO NO QUAL A PESQUISA FOI REALIZADA***

*Quanto mais conscientemente faça a sua história, tanto mais o povo perceberá, com lucidez, as dificuldades que tem de enfrentar, no domínio econômico, social e cultural, no processo permanente da sua libertação. (FREIRE, 1990, p.41).*

Só de Sacanagem

“Meu coração está aos pulos!  
 Quantas vezes minha esperança será posta à prova?  
 Por quantas provas terá ela que passar?  
 Tudo isso que está aí no ar: malas, cuecas que voam entupidas de dinheiro, do meu dinheiro, do nosso  
 dinheiro que reservamos duramente pra educar os meninos mais pobres que nós, pra cuidar  
 gratuitamente da saúde deles e dos seus pais.  
 Esse dinheiro viaja na bagagem da impunidade e eu não posso mais.  
 Quantas vezes, meu amigo, meu rapaz, minha confiança vai ser posta à prova?  
 Quantas vezes minha esperança vai esperar no cais?  
 É certo que tempos difíceis existem pra aperfeiçoar o aprendiz, mas não é certo que a mentira dos  
 maus brasileiros venha quebrar no nosso nariz.  
 Meu coração tá no escuro.  
 A luz é simples, regada ao conselho simples de meu pai, minha mãe, minha avó e os justos que os  
 precederam:  
 " - Não roubarás!"  
 " - Devolva o lápis do coleguinha!"  
 " - Esse apontador não é seu, minha filha!"  
 Ao invés disso, tanta coisa nojenta e torpe tenho tido que escutar. Até habeas-corpus preventivo, coisa  
 da qual nunca tinha visto falar, e sobre o qual minha pobre lógica ainda insiste: esse é o tipo de  
 benefício que só ao culpado interessará.  
 Pois bem, se mexeram comigo, com a velha e fiel fé do meu povo sofrido, então agora eu vou  
 sacanear: mais honesta ainda eu vou ficar. Só de sacanagem!  
 Dirão:  
 " - Deixa de ser boba, desde Cabral que aqui todo o mundo rouba. "  
 E eu vou dizer:  
 "- Não importa! Será esse o meu carnaval. Vou confiar mais e outra vez. Eu, meu irmão, meu filho e  
 meus amigos. Vamos pagar limpo a quem a gente deve e receber limpo do nosso freguês. Com o  
 tempo a gente consegue ser livre, ético e o escambau."  
 Dirão:  
 " - É inútil, todo o mundo aqui é corrupto, desde o primeiro homem que veio de Portugal".  
 E eu direi:  
 " - Não admito! Minha esperança é imortal!"  
 E eu repito, ouviram?  
**IMORTAL!!!**  
 Sei que não dá pra mudar o começo, mas, se a gente quiser, vai dar pra mudar o final".  
 (Composição de Elisa Lucinda e Interpretação de Ana Carolina)

Segundo Myrian Veras Baptista, “há relatos que nos contam como os portugueses  
 formularam um projeto de exploração das novas terras e de aculturação de seus moradores,  
 quando chegaram ao Brasil, no século XVI, e depararam com as nações indígenas que  
 ocupavam o território. A estratégia incluía a vinda dos jesuítas para catequizar os nativos e  
 facilitar a colonização. Diante da resistência dos índios à cultura europeia e à formação cristã,  
 os padres resolveram investir na educação e na catequese das crianças indígenas, consideradas  
 “almas menos duras”.

Diz, ainda, que muitas dessas crianças eram deliberadamente afastadas de suas tribos.

Relata-nos que entre 1550 e 1553, foram criadas as Casas de Muchachos – “protoforma dos abrigos e internatos educacionais que perduram até hoje” (SPOSATI apud VERAS, 2006, p.21) – custeadas pela Coroa portuguesa. Essas casas abrigavam os curumins ou “meninos da terra” e constituíam-se, em consonância com o projeto colonial português, em um espaço de transmissão e consolidação dos valores europeus (os invasores) para a população indígena (os invadidos).

A história de Santo André - universo no qual a pesquisa foi realizada - tem suas raízes nesse contexto e na trama que envolveu o processo de colonização portuguesa em nosso país. Tanto na história da cidade quanto na história da instituição de acolhimento pesquisada, vamos encontrar indícios de uma cultura na qual interesses não expressos mascararam-se atrás de aparências e de propostas humanizadoras.

## **1.1 Conhecendo Santo André**

Fundada em 08 de abril de 1553, estando hoje com 458 anos de existência e de muitas histórias, Santo André é identificada em seu brasão como “Paulistarum Terra Mater”, que significa, “Terra Mãe dos Paulistas”, fazendo alusão ao fato de que a fundação do município de Santo André é o marco zero da história do povoamento do planalto paulista.

Para falarmos desse município, precisamos – percorrer sua história (imbricada na história do Brasil) desde a sua colonização. Entendemos que, desde sua constituição, passando por sua emancipação distrital e chegando ao seu novo cenário, a sua história vem deixando sua marca, o que nos possibilita desvendar a cidade com um olhar que vai além de sua aparência.

Nesse sentido, fazer um percurso sucinto que transitou desde os seus primórdios até a contemporaneidade permitiu o acesso a revelações - advindas da investigação - que possibilitou a clarificação de sua instigante constituição e desenvolvimento, concomitante com a percepção de que os modos pelos quais se afirmam as políticas existentes e as relações sociais e humanas neste território, expressam reflexos da totalidade dessa história, composta por jogos de interesses, por estratégias e por um antagonismo que se presentificam na vida

cotidiana de sua população, principalmente, na vida dos sujeitos sociais inseridos na classe pobre e na vida dos sujeitos desta pesquisa.



Imagem Panorâmica da Cidade extraída do site: [www.santoandre.sp.gov](http://www.santoandre.sp.gov)

Nos primórdios do século XVI, devido a diversos ataques às terras conquistadas no novo continente, Portugal, a partir de 1530, aumentou consideravelmente seus esforços para colonização das costas brasileiras. Nesse processo, Martim Afonso de Souza foi mandado para as terras brasileiras com a tarefa de fundar vilas no sentido de fortificar o seu litoral.

Degredado, na primeira década do século XVI, o português João Ramalho aportou nas praias de São Vicente e, adentrando as matas para além da serra, fundou o povoado de Santo André da Borda do Campo. Tendo-se casado com Bartira, filha do cacique Tibiriçá, da tribo dos Guainazes, teve muitos filhos<sup>1</sup>.

Em 1532, quando Martim Afonso de Souza aportou em São Vicente, João Ramalho foi recebê-lo. Nesse mesmo ano, Martim Afonso transpôs a Serra para oficializar o povoado de Santo André da Borda do Campo que, por sua posição geográfica, teria papel predominante no desenvolvimento do território paulista. Nomeou, então, João Ramalho como capitão-mor do Campo de Piratininga.

---

<sup>1</sup> Essa história da colonização e do português João Ramalho permite-nos entender a incidência de nomes de bairros, de vilas e de ruas importantes da cidade.

A figura de João Ramalho é importante no desenrolar da história porque ele conhecia algumas tribos e conseguia estabelecer contato com as mesmas, de forma a ajudar o processo de colonização da região. Há muito tempo, João Ramalho reivindicava a elevação do local onde morava à categoria de vila, mas suas petições sempre haviam sido negadas, porque a principal intenção de Portugal era a de povoar o litoral.

Isso acontecia porque, nos primeiros anos da história brasileira, os portugueses tinham grande preocupação em defender a costa de possíveis invasões de franceses e holandeses - países que não compartilhavam da divisão expressa pelo Tratado de Tordesilhas que dividiu as terras a serem descobertas entre portugueses e espanhóis<sup>2</sup>.

No início do século XVI, os países que tivessem terras onde pudessem explorar as riquezas minerais, em especial o ouro e a prata, estavam à frente dos demais, pois essas eram as moedas correntes, indicadoras de riqueza. Explicam-se, então, o interesse pelas terras da vasta colônia portuguesa e a nova diretriz política de desbravamento do interior.

Foi, em 1553, que seu pedido foi atendido, e foi criada a vila de Santo André da Borda do Campo pelo Governador Geral Tomé de Souza. Nesse momento, a busca pelo ouro impulsionava as entradas para o interior, e isso favoreceu o seu desenvolvimento.

Para suportar os constantes ataques de indígenas das margens do Paraíba, João Ramalho construiu, à sua custa, muros defensivos no entorno do povoado. Em 1553, o então governador geral Tomé de Souza concedeu ao povoamento o status de vila, e João Ramalho auxiliou o padre Manoel da Nóbrega a instalar, no Campo de Piratininga, um colégio vicentino e, no chamado Pátio do Colégio, celebrou a missa inaugural, em 25 de janeiro de 1554<sup>3</sup>.

Passados quatro anos, Nóbrega verificou que, apesar da assistência permanente de João Ramalho, o colégio não iria conseguir sobreviver devido aos permanentes ataques indígenas. Também, em Santo André, os ataques dos Tamoios aos habitantes eram constantes.

---

<sup>2</sup> Esse tratado foi celebrado em 1494 em Tordesilhas, município da província de Valladolid, na Espanha. Era um acordo entre os Reis Católicos da Espanha Fernando e Isabel e o rei de Portugal, D. João II, que repartia entre os dois reinos a posse das terras descobertas e a descobrir. Delimitava as esferas de ação de Portugal e da Espanha nos descobrimentos marítimos, traçando uma linha imaginária a 370 léguas das Ilhas de Cabo Verde, no Oceano Atlântico. As terras a leste pertenceriam a Portugal e a oeste seriam da Espanha. Esse tratado vigorou até 1750, quando foi revogado.

<sup>3</sup> Esse colégio e a data da missa constituem-se nos principais marcos da fundação de São Paulo.

Para proteger o colégio jesuíta, toda população andreense mudou-se, com seu pelourinho, para junto do Pátio do Colégio, e a antiga vila foi destruída pelos Tamoios, deixando de existir como unidade administrativa e passando a ser apenas um bairro de São Paulo.

A região passou por um período de estagnação, tornando-se local de passagem entre o Porto de Santos, a capital e o interior. Já em 1561, grande parte das terras foi concedida como sesmaria a Amador de Medeiros, ouvidor da Capitania de São Vicente. Boa parte dessa sesmaria foi repassada, em 1637, à Ordem de São Bento, que formou ali a Fazenda São Bernardo - área atualmente ocupada, em grande parte, pelo município de São Bernardo do Campo. Outra área importante de domínio dos beneditinos era a Fazenda São Caetano, doada em 1631, pelo Capitão Duarte Machado e sua esposa Joana Sobrinha. As outras terras eram menores e foram passando por vários donos até o início do século XX, quando foram loteadas.

Nesse período, a atividade econômica estava restrita à subsistência e à locação de pastagens para as tropas. As duas fazendas da Ordem de São Bento - São Bernardo e São Caetano tinham atividades mais regulares: a primeira produzia gêneros alimentícios e a segunda fabricava tijolos e artefatos de cerâmica. Essas fazendas ficaram com os beneditinos até 1870, quando foram compradas pelo Estado para a criação de colônias de imigrantes. Antes disso, porém, ao redor da fazenda São Bernardo foi-se criando um pequeno núcleo urbano, que, mais tarde, garantiria a criação do município desse mesmo nome.

Durante os três séculos seguintes, a região da antiga vila de Santo André permaneceu em completo abandono. A localização da vila nunca mais pôde ser precisada. Em 1735, os itinerantes que faziam a jornada pela Serra do Mar edificaram uma pequena capela, onde faziam suas paradas e orações, dedicada á Nossa Senhora da Conceição da Boa Viagem, próxima à antiga fazenda São Bernardo, nas imediações da antiga vila de Santo André da Borda do Campo<sup>4</sup>. Ao redor da capela, começaram a se concentrar numerosos habitantes e, em 1805, o povoado foi elevado a Curato<sup>5</sup>. Em 1812, o Marquês de Alegrete elevou a localidade à categoria de Freguesia, dando-lhe o nome de São Bernardo.

---

<sup>4</sup> Esse local onde é hoje a Vila Luzita, região onde se concentra uma população em situação de alta vulnerabilidade.

<sup>5</sup> Termo religioso, derivado de cura ou padre, que era usado para designar aldeias e povoados.



Um fator importante no contexto de modernização da região, em meados do século XIX, foi a instalação de uma ferrovia nas proximidades do Rio Tamanduateí, a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí (São Paulo Railway) ela passava pela localidade, e lá havia uma parada de trem, o que fez com que a região tomasse impulso sendo procurada por novos moradores. Esse empreendimento visava à melhoria do transporte de produtos agrícolas do interior para o Porto de Santos, em especial, o café, que começava a ser produzido em larga escala na Província de São Paulo. Devido a esse impulso, em 1889, a região foi transformada novamente em município, com o nome de São Bernardo da Borda do Campo, com sede em São Bernardo, tendo como Distritos Santo André, São Caetano, Ribeirão Pires e Paranapiacaba - englobando toda a área da atual região do Grande ABC - esse município nasceu sob a marca da industrialização, utilizando, predominantemente, a mão de obra de imigrantes. Tal situação começou a atrair indústrias que se aproveitavam das facilidades de transporte, da disponibilidade de áreas próximas à linha férrea e ao rio, além dos incentivos fiscais apresentados pelo município. Essas indústrias eram, em geral, ligadas à produção química, têxtil e de móveis. Além disso, foram surgindo pequenos negócios como carpintarias, funilarias, sapatarias, barbearias, pequenas pensões e restaurantes, que foram dando uma feição mais urbana à região.

A expansão industrial de Santo André remonta ao final do século XIX, e caracterizou-se por muito tempo por um misto de produção industrial e artesanal. As primeiras indústrias que se instalaram na cidade foram a Tecelagem Silva Seabra & Cia, conhecida também como Fábrica Ypiranguinha, por estar sediada na região conhecida por esse nome. Foi inaugurada em 1885, e produzia brim de algodão. Essa indústria operou até a década de 1970. Outra tecelagem instalada, ainda no século XIX, foi a Bergman, Kowarick & Cia, que iniciou suas atividades em 1889 e fabricava casemiras. A primeira fábrica de móveis foi a Companhia Streiff de São Bernardo, inaugurada em 1897, e produzia, principalmente, cadeiras.

Além disso, outras tecelagens menores foram se instalando no início do século XX, como a Fiação e Tecelagem Santo André (1908), a Fábrica de Tecidos de Algodão (1920), a Fábrica de Tecidos São Geraldo (1926), o Jutificio Maria Luiza Ltda (1933), entre outras. Essas empresas eram, em sua maioria, pequenos empreendimentos gerenciados por seus proprietários. Todas já desapareceram, principalmente por não terem conseguido se impor às inovações tecnológicas, após a década de 1950. Outras, porém, fundadas nesse mesmo

período, modernizaram-se, como a Companhia Chimica Rhodia S/A e a Companhia Brasileira de Seda Rhodiaseta.

Na década de 1930, o distrito de Santo André já abrigava várias indústrias importantes. Possuía a Estação de São Bernardo, por onde era transportada grande parte dos produtos ali produzidos e tinha, entre seus moradores, vários políticos influentes. Devido ao seu vertiginoso desenvolvimento, superior ao distrito sede e aos demais distritos, e por possuir as mais importantes indústrias e a maior população, o Governo Estadual, em 1938, alterou o nome do município de São Bernardo do Campo para Santo André e transferiu sua sede para o então distrito de Santo André. Tal situação levou à transferência da sede do município de São Bernardo para Santo André, em 1939. Toda a região do Grande ABC, composta por vários distritos, passou, então, a ser denominada pelo nome Santo André.

No entanto, já na década de 1940, iniciaram-se vários movimentos emancipacionistas, e os distritos foram tornando-se municípios. Em 1945, foi a vez de São Bernardo do Campo; em 1949, São Caetano do Sul e, em 1953, Mauá e Ribeirão Pires. A partir de então, Santo André perdeu mais da metade de seu território, passando a ter uma área de 174,38 quilômetros quadrados. Hoje, Santo André é constituída pelos distritos: Sede, Capuava e Paranapiacaba.

Na década de 1950, além dessas mudanças, outras puderam ser sentidas no que se refere à tipologia das indústrias da região. Com os investimentos estatais e o capital estrangeiro, ocorreu um crescimento no setor automobilístico, mecânico, metalúrgico e de material elétrico. Santo André passou a abrigar várias indústrias de autopeças. O setor industrial foi, então, delineando outro perfil. A mão de obra tornou-se mais especializada, e as máquinas mais produtivas. Nesse momento, a mão de obra deixou de ser determinante para o aumento da produção.

Na década de 1970, houve um momento de expansão e concentração da indústria na Grande São Paulo. Foi o período denominado de "milagre econômico". Na década seguinte, o ritmo de crescimento sofreu um decréscimo, culminando com a recessão dos anos 80.

A partir da segunda metade dos anos 80, a economia da região, que era marcada pela indústria metalúrgica, começou a enfrentar outra realidade decorrente da chamada "guerra fiscal", principalmente, promovida por outras cidades do interior paulista, que ofereciam terrenos praticamente de graça e tributos bem menores. Muitas empresas metalúrgicas

começaram a sair da cidade. A maior parte dessas empresas de Santo André produzia componentes para montadoras automobilísticas da região, como a Volkswagen, a Scania, Ford, Mercedes-Benz, em São Bernardo do Campo, e General Motors, em São Caetano do Sul.

Além do setor de autopeças, os de componentes para refrigeração, eletroeletrônicos e produtos de borracha, como pneus, também formavam a característica industrial de Santo André. Logo o cenário econômico de Santo André, que se baseava na indústria, mudou bastante. Outros fatores, além da guerra fiscal, também fizeram com que esse cenário mudasse: Mão de obra mais barata em cidades do interior e mudança no perfil de consumo merecem destaque na análise da mudança do comportamento econômico de Santo André.

Uma maior abertura econômica ao capital externo, iniciada no governo de Fernando Collor de Mello e intensificada no governo de Fernando Henrique Cardoso, também contribuiu para a mudança do cenário econômico de Santo André e do ABC paulista. Era mais vantajoso para grandes empresas e para o consumidor comum optar por produtos estrangeiros. Assim, muitas empresas metalúrgicas de componentes viram os lucros caírem vertiginosamente.

Apartir dos anos 90, o setor de comércio e serviços começou a crescer e ser opção para o crescente desemprego na região. No período transitório da indústria para o setor de serviços, vários galpões de fábricas tradicionais transformaram-se em *shopping centers*, lojas de automóveis e, até mesmo, grandes templos de igrejas evangélicas. Exemplos são o terreno da Black & Decker, que atualmente é o Grand Plaza Shopping, na avenida Industrial, Bairro Jardim; onde era a empresa metalúrgica Festo, hoje é o supermercado Coop, na Avenida Pereira Barreto, Vila Gilda; o terreno antes ocupado pela KS Pistões, também na Avenida Pereira Barreto, Bairro Paraíso, hoje é um conjunto residencial de classe média, entre outros vários exemplos.

O desafio do início deste século XXI está relacionado à criação de novas alternativas para a cidade que se vai transformando. O poder político alega estar buscando alternativas para garantir melhores condições de vida a seus moradores.



Imagem Panorâmica da Cidade extraída do site: [www.santoandre.sp.gov](http://www.santoandre.sp.gov)

## **1.2 Cenário Contemporâneo de Santo André**

Para dissertar sobre Santo André consideramos importante iniciar com informações sobre onde esse município está situado geograficamente e, então, partirmos para dados que nos revelem como está formatado seu cenário contemporâneo.

Santo André é um dos municípios que compõem a região metropolitana da capital do Estado de São Paulo, mas antes de nos aprofundarmos nas belezas e nas mazelas que contém, vamos entender sobre sua localização. Assim, faremos um breve percurso sobre o Brasil, sobre o Estado de São Paulo, sobre a Capital paulista, chegando à sua região metropolitana.

O Estado de São Paulo é uma das 27 unidades federativas do Brasil e está localizado no sul da região sudeste do país. Esse Estado possui 645 municípios, ocupando uma área de 248 209,426 quilômetros quadrados e, entre seus municípios, encontramos sua capital, São Paulo.

A capital paulista é a sexta maior cidade do planeta, e sua região metropolitana, com 19 223 897 habitantes, é a sexta maior aglomeração urbana do mundo. Trata-se do principal

centro financeiro, corporativo e mercantil da América Latina. É a cidade mais populosa do país, da América do Sul e de todo o Hemisfério Sul, sendo, também, a cidade mais influente no cenário global e a décima quarta cidade mais globalizada do planeta.

Na região metropolitana de São Paulo, também conhecida como Grande São Paulo, reúnem-se 39 municípios e, é entre eles, que está situado o município de Santo André - que integra um subgrupo de sete municípios que compõem a chamada Região do Grande ABC: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

É importante destacar que o município de Santo André pertence a uma região conurbada, ou seja, com habitações e uso do solo contínuos entre municípios, muitas vezes com linhas "imaginárias" que determinam os seus limites. Os municípios limítrofes de Santo André são: São Paulo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Suzano, Mogi das Cruzes, Santos, Cubatão, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.



regiões limítrofes

A distância de Santo André até a capital paulista é de 22 km, considerando o percurso entre a Praça do Carmo, situada no centro de Santo André, até a Praça da Sé, considerada o Centro Histórico e Marco 0 da capital do Estado.

Santo André é formada por três subdistritos: o primeiro subdistrito corresponde à região da Vila Luzita e adjacências; o segundo subdistrito corresponde aos bairros situados depois da linha de trem, ou seja, o bairro de Utinga e adjacências; e a região central que corresponde a um terceiro subdistrito.

Com a recessão econômica dos anos 80/90, houve uma mudança no perfil econômico de Santo André: o emprego que antes era quase garantido na cidade, com o fim do crescimento industrial, começou a ser buscado em outros municípios. Assim, como resultado das mudanças no mundo do trabalho e da ampliação urbana municipal, Santo André foi obrigado a investir em vias rápidas de acesso, ainda que a quantidade de semáforos, de cruzamentos, congestionamentos e até mesmo buracos no asfalto não permitam, hoje, que essas vias sejam tão rápidas assim. Também o município investiu na criação de linhas de ônibus que passaram a interligar o município com as outras regiões e, ainda, tiveram de ser levadas aos bairros que ampliaram a configuração urbana da cidade. Basicamente, o sistema de transporte coletivo de Santo André passou a ser formado por redes de linhas de ônibus - municipais, intermunicipais, intermunicipais seletivas e Corredor ABD de trólebus - e pelos trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM). Esse sistema é centralizado no Terminal Rodoviário de Santo André (TERSA).

Os principais acessos para Santo André de carro, hoje, são: Avenida dos Estados, Avenida Pereira Barreto, Avenida Dom Pedro II, Perimetral, Rua Oratório, Avenida Atlântica, Avenida Lions e Rua dos Vianas. Além dessas vias de acesso, Santo André é servido pelas seguintes rodovias: Rodovia Índio Tibiriçá (SP-31) - Rodovia Antonio Adib Chammas (SP-122) e Rodoanel Mário Covas (SP-21).

Santo André concentra-se em uma área de 174,84 km<sup>2</sup> e uma população de 673.914 habitantes, sendo 350.706 pessoas do sexo feminino – que compreende a 52,04% - e 323.208 do sexo masculino, que, por sua vez, compreende 47,96% do universo total populacional. Santo André ocupa a 6ª posição de cidade mais populosa no Estado de São Paulo e de 26ª no Brasil.

Desses dados resulta uma densidade demográfica de 3.854,46 hab./km<sup>2</sup>. De acordo com dados do IBGE<sup>(2010)</sup>, todos os 673,914 habitantes residem em áreas urbanas, 239.722 domicílios são particulares e, desses, 212.919 encontram-se ocupados. No panorama habitacional, 150 domicílios são de uso coletivo.

Grande parte da população do município descende de imigrantes italianos, espanhóis, portugueses, japoneses e alemães. Mas não se deve desconsiderar a sua história anterior a essa imigração: sua formação de origem portuguesa, indígena e africana.

O perfil da população, desde a década de 1960, tem mudado com o fluxo migratório de pessoas de outros estados para o município, que aumentou bastante. Estima-se que, atualmente, cerca de 20% da população de Santo André não seja de paulistas: é composta, principalmente, de baianos, mineiros e paranaenses, que são os imigrantes nacionais mais numerosos.

A cidade é formada por 127 bairros, embora o mapa utilizado pelos órgãos públicos contemple apenas 117 áreas censitárias, que correspondem a 88 bairros na área urbana e 29 na área de mananciais. Cabe-nos, portanto, refletir onde estariam situados os demais bairros, uma vez que, segundo levantamento realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010), neste município não há áreas rurais.

Com um olhar atento para além dos dados apresentados, constatamos que, em Santo André, são numerosas as demandas por e dos serviços públicos, principalmente de programas sociais para o atendimento da população pobre, pois é grande a incidência de espaços de vulnerabilidade social. As áreas de favelas ganham destaque nesse cenário e são áreas com volume significativo de famílias que nelas precariamente habitam.

Trata-se de uma população expressiva, que vive cotidianamente com os mínimos sociais e que depende, majoritariamente, de meios de sobrevivência ligados a programas de transferência de renda.

Por meio de atendimentos sociais em diferentes serviços municipais, vê-se que, muitas mulheres são arrimos de família e que, por estarem nessa condição, precisam de espaços educativos pedagógicos e de cuidados para seus filhos, ou seja, famílias que dependem de creches e de escolas fundamentais em tempo integral. Entretanto, o município dispõe de apenas 25 creches que não conseguem dar conta do número real de sua demanda, e suas escolas funcionam em período parcial. Essas creches distribuem suas vagas nas modalidades de: período integral e períodos semi-integral (chamados, semi-manhã e semi-tarde) - ou seja, a criança só pode ter acesso e permanência ou no período da manhã, ou no período da tarde. Na maioria dos casos, o período semi-integral oferece um tipo de serviço fragmentado, mas

dispõe de dados estatísticos politicamente interessantes, porque apontam um número de atendimento maior do que o período integral, uma vez que, em um mesmo espaço, o número de atendimento duplica em razão da contagem de uma criança pela manhã e outra pela tarde, na mesma vaga.

Esse atendimento parcial, na realidade, representa um problema na vida cotidiana das famílias, uma vez que não atende às reais necessidades de sua demanda. São famílias que necessitam de vagas em período integral, seja pelas condições de trabalho de suas cuidadoras (em geral, as mães) cuja carga horária no serviço é integral, seja em razão de problemas intrafamiliares (de saúde, sócio-econômico, violência, e outros), que podem gerar risco social ou pessoal para a criança no período de ausência do lar da principal cuidadora.

As listas de espera para vagas em creche chegam a um total de 1700 nomes em 2011, sendo que 4.3 mil crianças precisam de vagas no município e, destas, apenas 5356 encontram-se matriculadas nas 25 creches públicas e 18 creches conveniadas existentes. Enquanto crianças não conseguem essa inserção – que se dá por meio de critérios seletivos – mães precisam deixar seus filhos em condição de risco ou abandonarem oportunidades de trabalho que garantiriam os recursos necessários para a melhoria dos cuidados para sobrevivência de sua prole, o que causa rebatimentos, por vezes sérios, na realidade familiar.

Em cada momento de mudança de gestão pública, os critérios de seleção para vagas em creches, também são alterados e, desde 2010, os novos critérios são:

Prioridade 1 - Mãe ou responsável trabalhador com criança em situação de risco;

Prioridade 2 - Criança com riscos relacionados às condições de saúde;

Prioridade 3 - Mãe ou responsável trabalhador sem criança em situação de risco;

Prioridade 4 - Mãe ou responsável não trabalhador com criança em situação de risco;

Prioridade 5 - Mãe ou responsável não trabalhador.

Essa manobra – critérios de seleção – contradiz o artigo 54, Inciso IV do ECA, que preconiza ser dever do Estado assegurar atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade.



Outro impacto dessa ausência de vaga situa-se na ampliação do volume de atendimentos (28.000 famílias) nos quatro CRAS – Centro de Referência da Assistência Social distribuídos em quatro bairros do município, e no número de famílias referenciadas nos CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social (2220 famílias). Isso significa que tanto sobrecarregam os serviços básicos quanto os serviços especiais referenciados pelo CREAS. Quando a família se torna demanda do CREAS, é porque já atingiu um nível de necessidade e urgência de atendimento considerado de média ou de alta complexidade, ou seja, uma situação de quase extrema precariedade dessas famílias.

No contexto das mudanças do mundo do trabalho e seu reatamento na vida dos sujeitos sociais, percebe-se que, muitas vezes, o mais significativo ao poder público é o universo da representação política municipal, isto é, a existência de 546.789 eleitores.

De acordo com dados do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/2000 - Santo André ocupa, hoje, no ranque do IDH – Índice de Desenvolvimento Humano - do Estado de São Paulo, a 24ª posição, com índice de 0,835. Seu PIB – Produto Interno Bruto - segundo o IBGE <sup>(2008)</sup>, está em 23º lugar no país, o que corresponde a R\$ 13.446.559.390,00 e sua renda anual per capita é de R\$ 20.018,82.

Em 2010, com a realização de novo levantamento feito pelo IBGE, foi revelado que a receita orçamentária de Santo André está no valor de R\$ 1.284.293.975,00. Em contrapartida, suas despesas chegam a R\$ 1.089.478.953,00.

Santo André possui seis distritos policiais e é servido por dois batalhões de Polícia Militar, com várias companhias. De acordo com o levantamento da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, em 2005, os delitos mais registrados em Santo André foram os assaltos, os roubos e furtos de veículos, os sequestros-relâmpago e os sequestros. A região do ABC Paulista, entre 2001 e 2003, assustou a Polícia Civil quanto ao número de sequestros realizados, e Santo André abrigava uma boa parte de seus cativeiros, só perdendo para a zona Sul da capital paulista. O número de roubos e furtos de veículos ainda assusta, tanto é que o seguro de um carro popular registrado em Santo André é mais caro que o seguro registrado em outras regiões de São Paulo. O desemprego e a necessidade de um efetivo policiamento maior são apontados como motivos para a violência que acontece em Santo André.

Apresentar dados populacionais, geográficos, econômicos, sociais, mercadológicos e, concomitantemente, discorrer sobre as famílias andreenses (naturais ou migradas) remete-nos a ir além do aparente, além de dados estatísticos, pois é o que está invisível que nos possibilita instigar um novo diálogo, compreender como, de fato, vivem ou apenas sobrevivem seus habitantes, diante de um cenário de mudanças e de impactos que, certamente, reflete no cotidiano de cada família.

É nesse sentido que, perpassando por sua história, por suas crises conjunturais e analisando a “luta” de muitos habitantes para sobreviverem em meio a tantos rebatimentos, introduzimos um novo questionamento que nos levará, conforme a expressão popular, “ao x da questão”. E os jovens?

De acordo com a idade estabelecida pela ONU – Organização das Nações Unidas e endossado pelo Estatuto da Juventude é considerado jovem todo ser humano entre 15 e 29 anos de idade. No território brasileiro, existem 48 milhões de jovens, sendo que 34 milhões estão na faixa etária entre 15 e 24 anos de idade, segundo dados do IBGE 2010.

A questão da juventude aparece neste capítulo porque, ao realizar a pesquisa para conhecer a história do município, deparamo-nos com muitos interlocutores políticos e de políticas públicas que, ao serem abordados, não apresentaram indicadores de atenção adequada aos lugares de pertencimento desses jovens no cenário local. Por outro lado, é no instigante desvendamento da história e das organizações das famílias pobres que se consegue apreender que a juventude não possui espaços adequados, atrativos, nem mesmo educativos que contribuam para a sua formação e para seu desenvolvimento pessoal e social.

No cerne das discussões e da constatação da necessidade de desencadear um movimento a favor da ampliação quantitativa e qualitativa de espaços educativos, esportivos e culturais para crianças, adolescentes e jovens - para além de números que representem apenas dados estatísticos e de uma amostragem que não corresponde à realidade vivida pelo povo – é que voltamos nossa atenção e entendimento para as contribuições deixadas por Paulo Freire sobre o homem novo, a mulher nova e a educação.

Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar. A educação das crianças, dos jovens e dos adultos têm uma importância muito grande na formação do homem novo e da mulher nova. Ela tem de ser

uma educação nova também, que estamos procurando pôr em prática de acordo com as nossas possibilidades. Uma educação completamente diferente da educação colonial. Uma educação pelo trabalho, que estimule a colaboração e não a competição. Uma educação que dê valor à ajuda mútua e não ao individualismo, que desenvolva o espírito crítico e a criatividade, e não a passividade. Uma educação que se fundamente na unidade entre a prática e a teoria, entre o trabalho manual e o trabalho intelectual e que, por isso, incentive os educandos a pensar certo. Uma educação que não favoreça a mentira, as idéias falsas, a indisciplina. Uma educação política, tão política quanto qualquer outra educação, mas que não tenta passar por neutra. Ao proclamar que não é neutra, que a neutralidade é impossível, afirma que a sua política é a dos interesses do nosso povo. (FREIRE, 1990,p.79).

Segundo levantamento realizado, pudemos verificar que Santo André ainda possui uma carência de expansão de áreas de lazer e de recreação, apesar de constatarmos a existência de várias casas de espetáculos, clubes particulares, parques públicos e um Centro Histórico e Ecológico, o de Paranapiacaba. Cabe refletirmos sobre a acessibilidade da expressiva demanda que compõe a classe pobre do município a esses espaços, os quais, de fato, representam beleza, harmonia, lazer e, também, orgulho de viver em Santo André.

Para o turismo histórico, além do Museu Municipal e da Casa do Olhar, na região central de Santo André, uma opção é a Vila de Paranapiacaba. No Museu Ferroviário, é possível conhecer a da história do crescimento do estado de São Paulo através dos trilhos da SPR - São Paulo Railway, que ligavam Santos - no litoral paulista - a Jundiaí, no interior do Estado. A época era a do café e da imigração, principalmente, da Europa. A Vila de Paranapiacaba, com construções tipicamente inglesas, foi criada para ser uma vila de ferroviários. Além das exuberantes construções de madeira de lei, é possível conferir o sistema funicular de tração de trens do século retrasado e máquinas e composições em exposição, como o Locobreque. Há histórias de personagens simples, que, por meio de atos heróicos, em meio às dificuldades da época, chegaram a salvar centenas de vidas. Em Paranapiacaba, também é possível realizar turismo ecológico, por trilhas em meio à Mata Atlântica preservada, que reservam paisagens não comuns ao meio urbano, como cachoeiras e vegetação nativa povoada por animais em extinção.

Também, para quem gosta de caminhadas e parques, as opções apresentadas na sede do município são o Parque Prefeito Celso Daniel e o Parque Central. O Parque Prefeito Celso

Daniel era uma chácara pertencente à empresa General Eletric, encampada pela administração municipal. Inicialmente, a chácara chamou-se Parque Duque de Caxias e, depois, Parque Prefeito Celso Daniel, em homenagem ao prefeito assassinado em janeiro de 2002. Possui pistas para caminhadas, lagos com peixes, quadras poliesportivas e uma atração especial: uma figueira enorme com mais de 150 anos.

O Parque Central era um terreno muito extenso, pertencente à Rede Ferroviária Federal e depois à Light, antiga companhia de energia elétrica do estado de São Paulo. Milhares de árvores, garças e outras aves, cinco lagos com peixes, pistas para caminhadas, ciclovias, parque de diversões para as crianças, espaço para aerodelismo e uma concha acústica para espetáculos musicais são os destaques do parque.

Para as crianças, há também o Parque Regional da Criança "Palhaço Estremilique", na região do segundo subdistrito de Santo André. O local conta com brinquedos para várias idades. Também funciona dentro do parque a EMIA (Escola Municipal de Iniciação Artística), que oferece cursos gratuitos de diversas expressões artísticas para várias idades.

Também em Santo André, no bairro de Santa Terezinha, no Teatro Conchita de Moraes, situa-se a primeira Escola Livre de Teatro do Brasil, referência internacional na formação de atores e pelo seu método pedagógico colaborativo.

Muitos dos antigos salões de cinema de Santo André transformaram-se em igrejas evangélicas ou foram demolidos para estacionamentos e mercados. Os cinemas, agora, ficam por conta dos *shoppings*: O *Shopping Grand Plaza* (rede Cinemark) e *Shopping ABC* (rede *Playarte*). A cidade também conta com pequenos clubes esportivos particulares e temáticos, como o Clube de Portugal do Grande ABC.

Por outro lado, há precariedade de acesso para crianças, adolescentes, jovens e famílias pobres, na maioria desses espaços de lazer e entretenimento.

Vale destacar que, baseando-se em experiência empírica, sabemos que muitos municípios desconhecem a existência da maioria desses espaços, inclusive os espaços públicos, e que não existe divulgação adequada dos mesmos, muito menos de programas, sejam eles culturais ou educacionais, que favoreçam efetivamente o acesso das famílias andreenses, exceto as escolas municipais e as instituições de acolhimento, que costumeiramente levam crianças e adolescentes para vivenciarem momentos de lazer e de

entretenimento nos parques público: (Parque Central e Parque Prefeito Celso Daniel, além do Parque SABINA - maravilhoso parque da ciência, que fica na região central).

Esses espaços cercam-se de ambulantes comercializando doces, lanches, refrigerantes, água e, até mesmo, brinquedos, o que causa o desejo de consumo em todo o público infanto-juvenil. Em contrapartida, essas ofertas acabam sendo outro meio de inacessibilidade, deixando claro, novamente, que nem tudo é igual para todos.

A demanda por uma rede de hospitais, clínicas e postos de atendimento médico públicos e particulares é densa em Santo André.

Podemos perceber, no dia a dia, que são numerosas as filas e os demorados momentos de espera por agendamentos em serviços de saúde. Sabemos que esse dado não é uma característica peculiar do município, mas de todo o território nacional. Entretanto, não é porque esse seja um problema geograficamente abrangente, que não pontuaremos que a precarização local é uma questão preocupante, que gera mais um problema de política pública interferindo na vida das pessoas, principalmente, daquelas de classe pobre que não detêm meios para financiar atendimentos médico- hospitalares particulares e que, ao não se servirem desse serviço - para si ou, em especial, para seus filhos – sejam configurados como negligenciadores dos devidos cuidados consigo e com a própria família.

Com relação ao sistema público de saúde destacam-se a existência do Hospital Estadual Mário Covas, do Hospital e Pronto Socorro Municipal, da Faculdade de Medicina da Fundação do ABC e 38 Unidades Básicas de Saúde.

Quanto à rede particular de atendimento médico, além de várias clínicas, que se concentram no Bairro Jardim e na Vila Assunção (bairros nobres), há cinco hospitais particulares de referência.

A partir dos dados apresentados e, com a notória ausência de efetividade nas políticas públicas ao alcance de uma significativa camada populacional, partimos para outra reflexão que está diretamente ligada ao completo descaso “do morro acima”.

Buscamos ver o que acontece com crianças, adolescentes e jovens de famílias pobres, procurando entender porque uma política pública que tem como proposta realizar uma medida

que os proteja – o acolhimento institucional - passou a ser a saída para “resolver” problemas advindos da pobreza, da falta de acesso, da falta da garantia de direitos preconizados em lei.

Olhando atentamente para a história e percorrendo caminhos que nos levam a análises de totalidade é que nos certificamos de que a contradição realmente permeia essa situação e que, até aqui, tem impossibilitado novas oportunidades, acessibilidade, dignidade, justiça e direitos a essas pessoas. Deixou, inclusive, de possibilitar a convivência familiar sob o mesmo teto, reforçando a culpa que muitos carregam por não serem “capazes” de manter a sobrevivência de seus próprios filhos e que por isso, têm que pagar, como “castigo”, com a dor do afastamento de entes queridos para que sejam cuidados pelo Estado. Nesta “lógica”, as famílias acabam, com o passar do tempo, acreditando que, de fato, o melhor para os seus filhos é viver sob responsabilidade do Estado e não sob o risco de sua “incapacidade” protetiva. Passam, então, a crer e até a verbalizar que: “o amor não enche a barriga de ninguém”. Essa condição acaba sendo, de fato, para essas famílias, um sofrimento ético-político.

Diante da história da cidade, das reflexões que estiveram presentes, bem como do próximo capítulo em que abordaremos a história da instituição pesquisada - o Lar Escola São Francisco de Assis – remeto-me ao que Myrian Veras Baptista nos traz:

um olhar para a história das crianças e dos adolescentes no Brasil mostra que muitas de suas vulnerabilidades ocorreram por pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas. (BAPTISTA, 2006, p.33).

As aproximações com essa história também nos mostram realidades complexas e contraditórias, contruídas no contexto das diversas conjunturas criadoras e consolidadoras do Estado brasileiro, do mesmo modo pontuado, rigorosamente, por Myrian Veras Baptista (BAPTISTA, 2006, p.21, in Coletânea Abrigar).

Diante desse estudo sobre a história da cidade de Santo André, consideramos que essa construção foi de extrema importância, para que nos subsidiasse de maneira mais clara e próxima da história institucional que, por sua vez, possibilita-nos analisar, com maior precisão, os modelos instituídos desde o processo de sua constituição até os dias atuais, cujos

interesses não declarados pudessem tornar-se evidentes diante de seus expressivos rebatimentos na vida dos sujeitos sociais usuários dos serviços prestados.

Assim, ao conhecer Santo André, partimos para outro estudo – esse, ainda mais denso, sobre a história da Instituição de Acolhimento Lar Escola São Francisco de Assis e, cujos resultados obtidos por esse percurso é que compartilhamos no próximo capítulo, que se encontra repleto de desvendamentos.



## *CAPÍTULO II:*

### **DESVENDANDO A HISTÓRIA DO LAR ESCOLA SÃO FRANCISCO DE ASSIS**

Se podes olhar, vê.  
Se podes ver, repara”.  
(José Saramago)



*“E assim chegar e partir, são só dois lados da mesma viagem, o trem que chega é o mesmo trem da partida, a hora do encontro é também despedida. A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar.” (Milton Nascimento e F. Brant).*

Falar da história do Lar Escola São Francisco de Assis é mais do que dissertar sobre uma instituição que possua registros de sua existência, que tenha documentada a sua constituição e seus marcos legais e que tenha registrado seu processo de desenvolvimento. Sua história é como um mosaico com muitas peças soltas. Para refazê-lo, foi preciso descobrir pessoas, contatá-las, requerer parte de seu tempo, resgatar recordações que se encontravam perdidas, aguçar memórias... Acima de tudo, contar com a sua disposição para se expor – mesmo que de modo indireto e com preservação de identidades. Ao ir reconstruindo cada parte, foram revelados fatos e acontecimentos que desvelaram situações. Em alguns casos, apesar da importância de determinados fatos, seu desvelamento não ocorreu por informações das pessoas diretamente ligadas a eles, mas por outras. Essas informações encontravam-se ocultas, por vezes, pelo desejo individual de não revelá-las, por vezes, como forma de descaracterizar a identidade institucional. O acesso a essas informações foram de importância fundamental para a compreensão de uma série de fatos que ocorreram e, ainda, ocorrem na instituição.

Ressaltamos que ao tratarmos dessa história, não tivemos acesso a qualquer tipo de documento registrado, pois, durante toda a busca, deparamo-nos com a informação de que não existem registros. Foi uma busca incansável, inesgotável e, por consequência, talvez inacabada. Foi por meio de depoimentos que conseguimos refazer, compreender sua história, certificando-nos sobre sua veracidade.

Para a reconstituição dessa história, conversamos com pessoas diversas que fizeram parte de seus diferentes momentos, como a vizinhança local, os funcionários públicos de diferentes secretarias que lá trabalhavam nas épocas estudadas, alguns atores de diferentes Organizações Não Governamentais – ONG's, que passaram pelas gestões da instituição, os técnicos e os educadores que compuseram, em algum momento, o quadro funcional da mesma. Dentre

esses últimos, incluímo-nos, na medida em que pudemos trazer para análise dados de nossa própria experiência empírica, quando também fomos sujeitos dessa história. Ouvir o público alvo desse contexto foi de suma importância para irmos além dos dados, para realizar uma análise baseada na apreensão de quem esteve presente e vivenciou as diferentes fases do que ora chamamos de mosaico.

A primeira entrevistada depoente inicia sua fala com a seguinte frase: *“A história do Brasil nos remete a refletir sobre um comportamento de querer levar vantagem em tudo e isso não mudou, isso está refletido fortemente na história das instituições, em especial, na história desta instituição”*.

Essa frase, inicialmente explicitada por uma das entrevistadas, remete-nos ao mesmo patamar de reflexão que Myrian Veras Baptista nos traz:

em algumas conjunturas, os cuidados que essas crianças e adolescentes recebiam frequentemente mascaravam interesses de outras pessoas, os quais pouco ou nada tinham que ver com o seu bem-estar. (BAPTISTA, 2006, p.33).

O Lar Escola São Francisco de Assis - conhecido até 2003 como Lar São Francisco - é uma instituição de acolhimento de crianças e de adolescentes de 0 a 17 anos e 11 meses, como medida de proteção, conforme preconizado pelo ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente em seu artigo 92. Essa instituição está localizada na Rua Ibirá, 350, – no bairro Paraíso, em Santo André.

## **2.1- Lar São Francisco de Assis – sua gênese**

É uma instituição pública da Prefeitura do município de Santo André, que foi criada para abrigar crianças e adolescentes em condição de orfandade ou de abandono. Sua história tem início em meados dos anos 1960, que se deu em razão de uma solicitação do poder judiciário ao poder executivo, relacionada à necessidade de um abrigo municipal para acolher crianças. Foi nesse contexto que crianças e adolescentes, que viviam em uma casa de freiras, no mesmo município, foram transferidos para uma nova sede, que seria gerenciada diretamente

pelo, Poder municipal. Entre esse período e a década de 1980, poucas informações puderam ser acessadas, há uma lacuna de vinte anos.

Até o ano de 2003, mais precisamente no mês de julho daquele ano, o Lar Escola São Francisco de Assis pertencia à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social do município (antiga PROSSAN – Promoção Social de Santo André), que desenvolvia ações de “promoção social”, de benevolência, caracterizadas por um viés caritativo.

Nesse momento da história, o prefeito da cidade era o Sr. Newton Brandão, e a primeira dama, a Sra. Maria Pires da Costa Brandão. As gestões desse prefeito ocorreram nos seguintes períodos de administração pública de Santo André: de 1969 a 1973, de 1983 a 1988 e de 1993 a 1996. Durante esses 12, anos o abrigo municipal esteve sob o comando da primeira dama. Nessa época, segundo informações, era sensível a manipulação do poder judiciário pelo poder executivo.

Em relação aos primeiros anos dessa gestão, não foi possível obter informações. Relatos mostraram-nos que, em meados dos anos 1980 e 1990, existia forte influência do poder executivo sobre os ditames da instituição, que as crianças eram tratadas de uma perspectiva paternalista, e todas eram consideradas “parcialmente” como se fossem filhos. Em contrapartida, o abrigo funcionava como se fosse uma escola ou, mais especificamente, um colégio interno. Nesse cenário, vivendo sob este teto institucional, as crianças usavam cotidianamente uniformes – verdes, parecido com os uniformes do exército nacional. Era, de fato, uma situação que ocorria, conforme analisa Isa Guará, quando faz um estudo sobre abrigos, deixando clara “a prevalência de condutas e propostas de atendimento marcadas pela coletivização e homogeneização do cotidiano” (Guará, 2006,p.59).

Nessa lógica do primeiro damismo, de tratar as crianças e adolescentes como se fossem “filhos”, eram estabelecidos horários para tudo o que acontecia na instituição: para as refeições, para os banhos, para os estudos, para rezar e para dormir. Tudo o que acontecia baseava-se em regras, em disciplinamento obrigatório.

Todo o tipo de atendimento que as crianças precisavam era realizado no interior da instituição. Nela, havia espaços de lazer (área aberta e quadra de esporte) e de atendimentos médicos. Inclusive, havia uma enfermaria que, segundo depoimentos, era equipada de

diazepan, de carbamazepina, de gardenal. A partir de relatos sobre essa época, pudemos entender que o processo de segregação esteve presente, marcando a vida das crianças e dos adolescentes que ali viviam.

A década de 1980 e 1990 caracterizou-se pela longa permanência de crianças e adolescentes abrigados. Uma das razões dessa situação situava-se no fato de que já havia morosidade do poder judiciário em tomar providências e acelerar o andamento dos processos que definiam o destino dessas crianças, fosse para o retorno à família biológica ou para a família estendida ou, ainda, para uma colocação em família substituta. Outra razão era o fato de não haver, na instituição, um trabalho, no sentido de preparar o retorno das crianças para suas famílias.

Em razão dessa longa permanência, muitas crianças ali cresceram e, com o tempo, suas famílias foram-se afastando ou sendo afastadas, ou seja, sendo impossibilitadas de terem convívio e proximidade com seus filhos, netos, sobrinhos, enfim, com suas crianças ali abrigadas. Algumas famílias mudaram de local de moradia, algumas para outras cidades e, até mesmo, para outros estados, frequentemente não deixando seus endereços. Nesses últimos casos, a permanência das crianças e dos adolescentes no abrigo tornava-se a única alternativa.

Segundo informações obtidas, homens importantes e influentes, em prática de atos extra conjugais, engravidavam as parceiras ocasionais e, para não serem descobertos, levavam as crianças recém-nascidas para o abrigo, de forma a não serem identificados pela comunidade ou pela própria equipe que ali trabalhava. Para tanto, estrategicamente, faziam-no em momentos oportunos, preferencialmente à noite. Essa foi uma época em que o ato de abrigar era livre, ou seja, qualquer munícipe poderia levar uma criança para abrigamento na instituição sem qualquer formalização.

Esses fatos não têm registro, uma vez que não existem prontuários das crianças e adolescentes abrigados até essa época, nem mesmo documentos, como fotos, relatórios, livros de abrigamentos, livros de desabrigamentos, cadernos de registros diários ou qualquer outro que revele fatos ou identidade das crianças e adolescentes que por ali passaram em diferentes condições e momentos.

Em 1985, a antiga sede do abrigo passou por uma reforma e foi nesse momento que a instituição mudou, em 9 de novembro de 1985, para um novo espaço com características arquitetônicas de ambiente escolar, que foi denominado Casa de Apoio. O abrigo permanece parcialmente nesse espaço até os dias atuais.

## **2.2- Lar São Francisco de Assis – sua história no imediato pós ECA**

No ano de 1988, a Constituição Federal, também conhecida como Constituição Cidadã, em seu artigo 227, diz

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Com essa mesma determinação, em 1990, a partir de processos de lutas de diferentes movimentos sociais, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que contempla, pela primeira vez, após anos de descaso, indiferença e tratamento desumano, direitos legalmente direcionados às crianças e aos adolescentes. É a partir desse estatuto que crianças e adolescentes passam a ser sujeitos de direitos.

No ECA, está inscrito que os serviços de abrigo teriam que se reordenar. A questão que se coloca, em relação àquele momento de sua história é: os abrigos de Santo André, nessa época, se reordenaram? Essa é uma questão que deu um sentido a ser percorrido pela presente pesquisa.

Na análise da história da instituição, procuramos ver qual o impacto que as legislações causaram no seu modo de agir, de prestar serviços de sua responsabilidade e quais as dificuldades enfrentadas para essa adequação, principalmente, para desenvolver um modo de olhar e de atuar que fosse diferente do que até então existia.

Um dos grandes avanços em relação ao surgimento do ECA – hoje com 21 anos – foi no sentido de conceber às crianças e os adolescentes abrigados, medida protetiva como sujeitos de direitos e, entre os direitos preconizados, destacam-se a importância da preservação de

vínculos entre irmãos, a convivência familiar e comunitária, a garantia da excepcionalidade e provisoriedade. Também foi preconizado, como direito, a efetivação da preparação gradativa das crianças e dos adolescentes para o seu desligamento institucional – o que significa prepará-los, tendo em vista o seu desenvolvimento, a sua autonomia e a sua emancipação – o que vinha contrariar as práticas, até então, existentes de tutela, de assistencialismo, de paternalismo, de conservadorismo e de benemerência.

Entretanto, mesmo com a exigência contida na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente, muitos anos se passaram, e as atitudes no interior de boa parte dos abrigos continuam, na atual década, a serem desenvolvidas de acordo com “a velha maneira resistente de se fazer”, com a manutenção da segregação, do disciplinamento e da constante violação de direitos.

No ano de 1991, foi criado o CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – no município de Santo André, sob a lei nº 6737/90.

Sabemos que o Lar São Francisco, até 1994, manteve-se como gestão municipal direta, ligado à administração da PROSSAN. Nessa época, a secretaria de Promoção Social de Santo André, passou por um processo de reordenamento e, enquanto política pública, tornou-se Secretaria de Assistência e Inclusão Social, - gerida por um profissional em cargo de comissão. Foi, neste contexto, que a diretora da secretaria designou uma funcionária efetiva – assistente social - para dirigir o abrigo.

Em 1997, em razão de um novo processo eleitoral municipal, retornou ao poder, o prefeito Celso Daniel. Essa nova gestão compreendeu os anos de 1997 a 2000. Depois, Celso Daniel foi reconduzido pela terceira vez para administrar a cidade no período entre 2001 e 2004, mandato este que foi interrompido por seu trágico assassinato em janeiro de 2002, quando o cargo foi assumido por seu vice, João Avamileno.

No percurso da história, entre setembro de 1997 e janeiro de 2003, o abrigo teve, em sua direção, outra funcionária pública – a psicóloga, Maria Cecília Visioli. Segundo ela, ao assumir o serviço, assustou-se com o que deparou: uma situação precária de atendimento, com um espaço assustador, com péssimas condições de moradia e de convivência, ambiente que chegava a ser insalubre. Além dessas questões, havia também uma situação extremamente

grave - a ausência de prontuários e de registros diversos, referentes à vida das crianças e dos adolescentes acolhidos.

Naquela ocasião, ser designado para atuar como educador ou para coordenar o abrigo era sinônimo de castigo, de isolamento ou congelamento de funcionários. Assim, diante desse problema, a coordenadora começou a “provocar” o órgão público para dar respostas aos problemas existentes, solicitando e cobrando melhorias. A argumentação contraposta era de que não havia verba suficiente para as melhorias necessárias, tampouco para dar cobertura ao objetivo que se assumia naquele momento - o de qualificar os serviços prestados e o de fazer valer as legislações que, segundo a depoente,

*Foi uma constante argumentação de que não se tinha verba para investir nas melhorias necessárias do abrigo. Então, a alternativa imediata foi recorrer à minha rede pessoal de relacionamento, solicitando apoio e parceria para aquisição de bens materiais que pudessem subsidiar as necessidades que eu havia detectado. Foi assim que, pouco a pouco, começaram a ocorrer algumas melhorias. Outro grande desafio foi dizer para as crianças e para os adolescentes que eles eram sujeitos de direitos e que queríamos ouvir o que eles tinham a dizer sobre suas vidas e suas passagens no abrigo. Nos atentamos aos relatos das famílias que ainda estavam próximas e nos empenhamos para que houvesse convívio familiar. Esse processo não se dá como um toque de mágica: requereu compromisso, tempo, recurso, adesão dos demais educadores / trabalhadores. Foi preciso superar os limites institucionais e começar de algum lugar pois, de fato, o maior “susto” foi saber que não haviam prontuários porque tinham sido destruídos num incêndio – incêndio este não registrado em órgão policial, nem no órgão público, nem no poder judiciário - não foi presenciado por ninguém.*

A partir dali, começaram a ser registradas as histórias, foi criado um sistema de armazenamento de dados, passaram a ouvir as crianças e os adolescentes, os educadores da época e algumas famílias que visitavam seus filhos. Relatos mostraram-nos que, nessa fase, houve um árduo trabalho e que, a partir dali, começaram a ser feitos os registros dos casos e dos acompanhamentos diários, bem como os acessos aos números dos processos.

Muitas ações diferenciadas do que até então existia começaram a acontecer, uma nova rotina, uma nova metodologia, um novo gerenciamento, um reordenamento. Sobre essa fase a entrevistada diz

*Não deixou de ser um choque. Com esse novo modelo, [onde] chega alguém e diz para essa criança e para esse adolescente que eles passaram a ser sujeitos de direitos... isso não foi e nem é simples. Eles passaram um longo período vivenciando a segregação e o desrespeito[...] as crianças e os adolescentes freqüentavam uma casa de apoio que era, na verdade, uma extensão do abrigo, onde desenvolviam atividades externas. Quando iniciamos o trabalho no abrigo, as crianças não tinham o direito de ir ao cinema. Ficou claro para mim que, em nome da “proteção”, afirmava-se cotidianamente um processo cruel de segregação. Em plena década de 2000, os atendimentos médicos para as crianças ainda se davam no interior do abrigo por um médico que mantinha uma relação de vínculo com as crianças e, por isso, de confiança. (entrevistada C.V.).*

A entrevistada desligou-se da instituição em janeiro de 2003, mas deixou um bom legado, uma herança de bravura e de respeito à singularidade de cada criança e de cada adolescente. Esse fato permitiu que os outros que a sucederam dessem continuidade aos cuidados com cada sujeito, com sua documentação, pois, conforme a mesma nos relatou em entrevista, existem três grandes coisas e atos que devemos crer e fazer valer.

*A primeira é de que o processo de aprendizado está ligado à memória; a segunda, é que quando uma família tem acompanhamento, ela caminha e, a terceira, que as crianças abrigadas têm os mesmos direitos que os nossos filhos e isso só é reconhecido se fizermos de fato valer seus direitos.*

Entendemos que os direitos das crianças e dos adolescentes precisam ser respeitados, se quisermos obter resultados de qualidade pela nossa ação. A garantia desses direitos é que irá engendrar a possibilidade de outro presente e de tornar possível um outro futuro. Já se faz preciso - porque já se faz tarde - colocar crianças e adolescentes brasileiros num patamar de importância de fato: vê-las e tratá-las como crianças do presente e não apenas como responsáveis pelo futuro do país, pois, neste sofisma (argumento falso para induzir a erros), vemos o Estado prevaricar (trair ou fugir do dever, faltar - por interesse ou má fé - aos deveres que lhe compete). Assim, entendemos que é no presente que precisamos agregar novos valores e comportamentos no trato de crianças e adolescentes em acolhimento institucional - não protelando os seus direitos (que já estão postos constitucionalmente), para que sejam garantidos em um futuro que, historicamente, não percebemos quando chegará.

Durante a abordagem com a depoente, perguntamos sobre o perfil dos educadores da época. A mesma preferiu resumir com a afirmação de que os educadores e técnicos de abrigo



são tão excluídos quanto as crianças e adolescentes que ali vivem, e que esse processo reflete, cotidianamente, nos educadores que passam a agir em resposta ao que esperam deles – um comportamento resignado, descrente de possibilidades futuras.

A depoente encerrou a entrevista falando sobre a complexidade do abrigo, mostrando que no ambiente em que ele foi constituído, não havia espaço para a valorização da identidade dos que ali viviam (crianças, adolescentes, educadores), ao contrário, havia um processo permanente de desvalorização, e que esse fato se evidenciava também na imagem institucional historicamente precarizada.

De fevereiro de 2003 a meados de maio do mesmo ano, uma nova coordenadora (assistente social) foi designada para assumir a direção do abrigo, mas sua permanência no cargo não ultrapassou quatro meses. Nesse período, a mesma conseguiu dar continuidade ao modelo existente.

Depois, a gestão do abrigo foi assumida durante um mês por outra funcionária que não está mais atuando na prefeitura de Santo André. Sua passagem foi tumultuada. Conforme diversos relatos foi um período em que a secretaria, argumentando não dispor de verba suficiente para manter as medidas protetivas, precarizou as verbas disponibilizadas para a manutenção do abrigo. Nessa mesma época, ocorreu o óbito de uma adolescente que foi considerado resultado de negligência. Na ânsia de pulverizar esse fato para que não repercutisse como mais um escândalo municipal, (já havia o escândalo do assassinato do prefeito Celso Daniel), decidiu-se por um novo reordenamento do abrigo, que viesse sanar esses dois problemas – da verba e do óbito da adolescente - de uma vez.

A decisão política foi desvincular o Lar São Francisco da Secretaria da Assistência Social e passar o serviço para a Secretaria da Educação, que, naquele momento, era dirigida por Cleusa Repulho.

Foi em julho de 2003 que a Secretaria de Educação assumiu legalmente o serviço de acolhimento e, assim, o Lar São Francisco passou a se chamar Lar “Escola” São Francisco de Assis.

Nessa lógica, o governo municipal acreditou que a verba proveniente da Secretaria de Educação poderia acabar com a escassez de recursos, suprindo, assim, as necessidades do serviço, de modo a atender as legislações vigentes sobre atendimento e qualidade das ações prestadas em abrigos.

A secretária de educação – que, na ocasião, era noiva de um técnico jurídico da prefeitura (o qual terá, posteriormente, um papel na história do abrigo) - considerou que formalizar convênio com alguma organização não governamental – ONG, para fazer a gestão do abrigo, seria de suma importância para desburocratizar o serviço. O argumento foi que a educação, apesar de ter verba, precisava licitar todas as compras que fizesse e, uma ONG teria apenas algumas limitações referentes ao tipo de produto que poderia comprar com a verba repassada. Em contrapartida, teria flexibilidade nas compras, uma vez que não precisava abrir processo de licitação com fornecedores, apenas cotar três orçamentos.

Foi assim que se deu início a um novo momento da história do Lar Escola São Francisco de Assis que permanece, há oito anos, sendo o único abrigo do Brasil que não se encontra sob a responsabilidade da Política de Assistência Social – por meio da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social municipal -, mas da Secretaria da Educação.

Além dessa mudança, outra ocorrida foi que a Secretaria de Educação considerou que todo esse processo aconteceu de modo inesperado e em curto prazo e que precisaria dar conta de respostas rápidas e de impactos eficientes. Decidiu, então, efetivar o compromisso assumido, celebrando termo de convênio com uma ONG.

Dessa maneira, nasce um novo momento e, a partir dele, muitos impactos que cotidianamente vêm rebatendo expressões diversas e adversas na vida das famílias, das crianças e dos adolescentes andreenses que se encontram à mercê desse serviço.

### **2.3- A introdução do terceiro setor na história do abrigo municipal**

No contexto institucional, a primeira medida tomada pela Secretaria da Educação foi celebrar convênio com uma ONG. Como não dispunha de prazos para abrir licitação, esse convênio foi realizado com uma ONG que já prestava serviços à Secretaria. A organização

que assumiu o abrigo denominava-se Régua e Compasso - que mantinha fusão com outra organização, ABAED, da qual não conseguimos a informação sobre o nome completo.

Dentre as cláusulas determinadas em convênio de parceria, uma delas era de que haveria um representante do governo na posição de encarregado do abrigo. Assim, foi designado um funcionário da Secretaria da Educação para ser o guardião / representante legal das crianças e dos adolescentes junto à Vara da Infância e da Juventude da comarca de Santo André – VIJ. Cabia-lhe acompanhar o cotidiano do abrigo, incluindo monitorar a efetivação das disposições constantes em convênio, tal como a qualidade dos serviços prestados.

A funcionária convidada para ser a encarregada do abrigo era uma professora concursada, chamada Célia que, até então, estava atuando em cargo de comissão em escola de educação infantil. Essa encarregada ficou no cargo apenas durante um mês, tendo pedido para voltar para o antigo cargo, porque considerou estressante atuar no abrigo. Segundo informações, a mesma alegou ser aquele um lugar que leva as pessoas a adoecer. Após sua saída, o cargo de encarregada foi assumido por outra professora da rede, Adriana Reiguel – em parceria com Marcos Vilela – diretor executivo da ONG Régua e Compasso.

Em setembro de 2003, ainda no início da parceria, mais uma encarregada, Adriana, deixou o cargo por motivo desconhecido. Assumiu, então, Denise Rodrigues que, em entrevista, disse-nos que, naquele momento, a Secretaria da Educação instituiu, como desafio para o trabalho no abrigo, que ele deveria dar certo “custe o que custar”. Desse modo, não haveria limites para que a ação no abrigo desse certo. Nesse contexto – no dizer dessa encarregada ao analisar e narrar as atitudes perversas que permearam o funcionamento do abrigo - descobriu-se “que o poder mexe até mesmo com a ética dos técnicos”.

Denise Rodrigues disse-nos que Alan Cortez de Lucena (noivo da secretária) representava a ABAED e que dois técnicos, Luciano e Renato, - respectivamente, coordenador e técnico do abrigo - que atuavam e representavam a gestão técnica da ONG Régua e Compasso, que tinha em sua diretoria outra composição (desconhecida nesta pesquisa), da qual os mesmos não partilhavam.

Nesse momento da história do abrigo, todos os funcionários (que eram servidores públicos) foram desligados, e a nova organização contratou novos funcionários celetistas.

### 2.3.1 As artimanhas de uma nova fase

A encarregada do abrigo da época, Denise (formada em direito e pedagogia), relata-nos em entrevista que, pela primeira vez no abrigo, houve um período com composição de equipe técnica formada por uma assistente social, dois psicólogos e uma pedagoga. Também, foi iniciado, pelo coordenador técnico (Luciano), um trabalho com as famílias das crianças e dos adolescentes abrigados, que não atingiu a totalidade, mas deu o primeiro passo para a concepção de que seria relevante esse investimento.

Nessa gestão, começa haver maior movimentação no abrigo. Novas ações vão sendo incorporadas, alguns projetos criados e implantados, aumenta o número de famílias que visitam seus filhos. Foi incorporada, também, a concepção de educador e de formação profissional advindas da filosofia da Secretaria Municipal: todos os funcionários, independentemente de cargos e de funções, eram considerados educadores, e a formação profissional deveriam abranger todos os envolvidos no serviço. Para isso, foi criado um núcleo de formação no próprio abrigo. Lembremos que a ideologia era: “dar certo a qualquer custo”.

Nesse período, acabou temporariamente o processo de segregação: as crianças e os adolescentes começaram a participar de projetos e programas educativos e esportivos fora do espaço do abrigo, acompanhados pelos educadores -, e a convivência comunitária passou a fazer parte de seu cotidiano. A encarregada da época retrata que cada vez mais as crianças e os adolescentes começaram a participar de atividades fora do abrigo, a fazerem passeios, natações, conhecerem lugares novos... e afirma: “as crianças e os adolescentes tinham que ir, tinham que participar, tinham que se evidenciar, porque “tudo tinha que dar certo”. Existia a ideia do grande, do melhor, do mais bonito e do mais sedutor. Nessa gestão, as crianças passaram a ser atendidas também pela rede de serviços, de saúde, de atendimento psicossocial, entre outros.

A encarregada não tinha plena clareza de seu papel, pois isso não lhe havia sido explicado, era como se não compusesse plenamente a equipe, até a sua sala era separada. Passou, então, a assumir a iniciativa de organizar e melhorar os prontuários das crianças. Foi quando cada

criança teve garantidos seus prontuários individuais. Ela criou, também, uma metodologia para o registro nos documentos das crianças e dos adolescentes, e dos eventos ocorridos no abrigo - o que propiciou uma organização positiva para a organização de dados, que se manteve até o início do ano de 2009. Foi uma construção árdua, porque não havia dados precisos. Muitas dessas crianças e adolescentes não tinham termo de acolhimento, nem relatos de sua história de vida anterior ao período da medida de proteção.

Essa organização funcionava da seguinte maneira: as pastas continham divisórias por tipo de assunto. Na sua abertura, havia a identificação da criança ou do adolescente (nome completo, data de nascimento e filiação) e, posteriormente, pouco a pouco, foi sendo incrementada a inclusão da foto da criança/adolescente.

1ª divisória: relatórios sociais sobre dados existentes referentes à vida da criança e relatos de informações enviadas para a Vara da Infância e Juventude sobre o cotidiano da criança ou do adolescente e de sua relação e vínculo com sua família;

2ª divisória: dados sobre saúde (relatórios, agendamentos, resultados de exames etc.);

3ª divisória: dados sobre educação (escola onde foi matriculada a criança ou o adolescente, informações sobre sua frequência em unidades esportivas e relatórios de acompanhamento escolar);

4ª divisória: determinações judiciais (termo de acolhimento institucional, autorizações judiciais, termo de desacolhimento, entre outros relativos à VIJ – Vara da Infância e Juventude e ao CT – Conselho Tutelar.

Em 2004, com o rompimento da fusão das organizações que faziam a gestão do abrigo, “nasceu” uma nova instituição para o município de Santo André – uma instituição criada especificamente para atender o convênio do abrigo. Desde sua criação, essa instituição surgiu repleta de repercussões e especulações em toda a rede municipal. Foi idealizada e criada pelo advogado Alan Cortez de Lucena (noivo da secretária da Educação e antigo representante da ABAED, em convênio anterior) e registrada com o nome de Instituto Castanheira de Ação Cidadã-ICAC.

O ano de 2004 foi também marcado por muitas especulações, pois se tratava de um ano de efervescência política - processo eleitoral municipal - e o prefeito da época, João Avamileno, era candidato à reeleição. Nesse sentido, em nenhuma hipótese poderia ocorrer, naquele

momento, qualquer problema que viesse gerar escândalo – o que levou a Secretaria da Educação a tomar cuidados especiais para garantir o lema que “tudo deveria dar certo no abrigo, a qualquer custo”.

Nesse novo momento de mudança, no abrigo, ocorreram trocas de alguns educadores e de alguns técnicos. Nesse contexto, os novos gestores realizaram ações de rupturas e de introdução de uma nova metodologia que repercutiram, principalmente, na vida das crianças e dos adolescentes.

Nessa gestão, o coordenador técnico contratou uma nova assistente social, Dalva Martins (colaboradora nesta pesquisa), que iniciou um novo trabalho no abrigo, direcionado por um olhar social. Desenvolveu ações acirradas de acompanhamento familiar, passando a “provocar” a VIJ para perceber a existência de crianças e adolescentes que nunca haviam sido chamados por seu setor técnico, pela promotoria ou pela juíza, para que fossem ouvidos. Em entrevista, Dalva Martins comentou: “era como se algumas crianças, principalmente alguns adolescentes, não existissem”.

No início de 2005, o coordenador técnico foi desligado da instituição e, em razão disso, novamente mudou o cotidiano do abrigo. Esse coordenador era um técnico que tinha conquistado o carinho e a confiança das crianças e dos adolescentes, em um convívio intenso e dinâmico. Portanto, esse desligamento desencadeou um processo de ruptura que deixou suas marcas. Na verdade, nos momentos em que um educador do abrigo tinha sido desligado, as crianças e os adolescentes nunca foram informados dos motivos que levaram a essa decisão, e isso sempre os intrigava e os afetava subjetivamente. Com a saída desse coordenador técnico, agregou-se um novo profissional para o cargo, que deixou de ser ocupado por um psicólogo para ser ocupado por uma pedagoga.

Nesse contexto de mudanças, foi criado um setor chamado jurídico-social, composto pela assistente social e por profissionais de Direito, que tinham por responsabilidade o acompanhamento dos processos e o seguimento dos casos das famílias.

O prefeito João Avamileno foi reeleito para um novo mandato que perdurou de 2005 a 2008 – período em que durou a gestão do ICAC na administração do abrigo.

Nessa época, começou uma relação de aproximação entre a encarregada Denise (representante da Prefeitura no abrigo) e a nova gestão. Começou, também, uma parceria entre a encarregada e a assistente social que, com o investimento acirrado junto aos casos, consegue que os processos tomassem novos rumos e que as crianças e os adolescentes comessem ser chamados pelo setor técnico da VIJ. Novas autorizações judiciais para visitas de familiares no abrigo começaram a ser liberadas: foi a “era do fazer acontecer”. Em decorrência desse movimento, o ICAC ampliou o quadro de funcionários do setor jurídico social do abrigo, contratando dois estagiários de Direito (Taís e Vinícius).

A nova gestão do abrigo começou a locar imóveis para que o atendimento tornasse o feito de ‘casas lares’, distribuindo e acomodando melhor as crianças e os adolescentes.

As ‘casas lares’ foram montadas em áreas privilegiadas, bairros bem localizados e, em sua maioria, em áreas nobres. Eram casas amplas, arejadas, com vários cômodos, banheiros com banheiras, algumas com hidromassagem. Entre elas, havia uma de tal luxo que as crianças só haviam visto na televisão e ficaram deslumbradas.

Essas casas lares (que permanecem compondo o abrigo até hoje) não ficavam próximas à região em que as famílias das crianças e dos adolescentes residiam, nenhuma delas se situava na região do 1º subdistrito - onde vive a maioria das famílias. Segundo o CREAS, essa é uma área considerada “bolsão de pobreza”. É notório que essa questão contradiz o ECA em seu artigo 101, inciso 7º:

§ 7º O acolhimento familiar ou institucional ocorrerá no local mais próximo à residência dos pais ou do responsável e, como parte do processo de reintegração familiar, sempre que identificada a necessidade, a família de origem será incluída em programas oficiais de orientação, de apoio e de promoção social, sendo facilitado e estimulado o contato com a criança ou com o adolescente acolhido. (Incluído pela Lei nº 12.010, de 2009).

Foram montadas equipes para cada casa, compostas por mãe social – uma nova figura que se implantou com base no modelo de abrigo das Aldeias SOS; uma educadora pedagógica para apoiar o processo escolar – lições, reuniões escolares, entre outras atividades correlacionadas; uma monitora para o acompanhamento nos atendimentos de saúde, em atividades externas diversas e para complementar o cuidado das crianças e adolescentes nas casas; uma ajudante de serviços gerais para os serviços de faxina, a cada 15 dias. Existiam

duas equipes por casa que atuavam por turno. Toda a rotina e organização das casas ficavam por conta dessas equipes. Havia quatro coordenadoras com formações diversas (pedagogia, direito e psicologia). Essas coordenadoras eram responsáveis pelo funcionamento das casas. Nessa época, existiam 11 casas, que depois se ampliaram com mais duas. As coordenadoras, embora não se alocassem nas casas, passavam por elas diariamente para orientações e acompanhamentos de rotina. A parte técnica era acompanhada, especificamente, pelas assistentes sociais, que ficavam sediadas na casa sede (local onde se realizavam os acolhimentos dos recém-chegados, onde era a moradia dos bebês e das crianças de até 7 anos de idade e, também, daqueles que não se adaptavam nas demais casas).

As casas-lares possuíam um modelo de vivência diferente da casa sede. Com característica residencial, procuravam manter juntos os grupos de irmãos – até que algum deles não “causasse” - o que significava atrapalhar a rotina da casa. Nessas casas lares, as crianças e os adolescentes tinham quem lavasse e passasse suas roupas, cozinhasse, fizesse matrículas em cursos, os acompanhassem até as escolas ou a qualquer outro local... Enfim, esse modelo estendia o ato de cuidado a um ponto que impossibilitava ao adolescente desenvolver seu auto cuidado, seu senso de autonomia, sua possibilidade de ter contato preliminar com atividades que contribuíssem, de modo educativo, para o seu desenvolvimento, o seu preparo para a vida fora do abrigo, quando se desligassem da instituição.

Havia muito mistério em relação às casas lares: um cuidado inexplicável para manter o sigilo de seus endereços. Nelas, as crianças não podiam receber visitas, nem de suas famílias, nem dos amigos ou das famílias desses amigos. As visitas concentravam-se no abrigo sede (o primeiro, constituído na Rua Ibirá) e ocorriam somente aos domingos, em horários determinados, ou seja, todos os familiares das crianças abrigadas de uma única vez - das 14h às 16h horas, com o acompanhamento de um assistente social. As crianças e os adolescentes eram levados por uma educadora até esse abrigo, para poderem estar com suas visitas, caso tivessem autorização judicial para tanto.

Nesse período, houve um investimento maior no serviço de abrigo. Na ocasião, o custo por criança era de seiscentos reais mensais e os equipamentos – casas, mobílias e alimentos – eram de qualidade muito superior à que existia em momentos passados. Começou, então, um aumento acelerado e descontrolado de abrigamentos, indo de um número estimado de 50



crianças para 140, chegando, em 2007, a 167 o número de crianças e adolescentes abrigados na gestão do ICAC.

Novas crianças e adolescentes chegavam diariamente acompanhadas por um conselheiro tutelar – em sua maioria, do primeiro conselho tutelar, situado na região da vila Luzita. Este fato se deve por ser essa área de alta vulnerabilidade, concentrando, em média, mais de 90% das moradias das famílias das crianças e dos adolescentes em medida de proteção da cidade.

No ato do abrigamento – naquela ocasião não se falava em acolhimento – a maioria dos motivos registrados nos termos de abrigamentos referiam-se à negligência – alguns desses atos especificavam o tipo de negligência que a criança havia sofrido mas, em muitos termos, não acompanhava detalhamento. Assim como em outros abrigos, o Lar Escola São Francisco de Assis recebia crianças vítimas de todo o tipo de violência: em estado grave, decorrentes de falta de cuidados básicos; abuso e violência sexual; agressão física – espancamentos com sequelas gravíssimas; violência psicológica... mas, em sua maioria, os laudos destacavam a negligência. Nesses casos, quando a equipe social começava a ouvir a criança, conhecer a família, acompanhá-los minuciosamente, certificava-se de que a maioria estava atrelada à questão socioeconômica para a qual não caberia a medida de abrigamento. Nesse sentido, estava-se afastando as crianças e os adolescentes da convivência com sua família, contradizendo ao artigo 19 do ECA que diz, toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família.

Nesse período, o gestor trouxe para trabalhar no abrigo, seus dois irmãos, Alex e Aruanã. O primeiro integrou a equipe de compra e controle de alimentos, e o segundo integrou o setor administrativo, encarregado da manutenção e controle dos veículos que transportavam as crianças, os adolescentes e os educadores para as atividades diversas.

Em dezembro de 2005, a encarregada do abrigo - Denise Rodrigues - deixou o cargo, retornando para uma unidade escolar. Em janeiro de 2006, uma nova encarregada chegou ao abrigo: a pedagoga Sonia Ferrari, que assumiu o cargo, no qual permanece até hoje. Estando há mais de 5 anos no Lar Escola São Francisco, é a encarregada de maior tempo no cargo da história do abrigo.

Em sua chegada à instituição, ela não foi informada sobre suas funções, que eram monitorar ações, verificar se o termo de convênio estava sendo seguido na prática, zelar pelo patrimônio público, fazer interface entre governo e organização parceira e assumir o papel de guardiã das crianças e dos adolescentes.

Em sua gestão, a encarregada acomodou-se no setor jurídico-social e, com o apoio da Assistente Social Dalva, foi tomando conhecimento das questões do abrigo e de sua demanda. Passou a conhecer cada processo, acompanhar de perto “e sem pedir licença” cada caso, tornando-se parceira da equipe do setor jurídico social. Em pouco tempo, já estava completamente envolvida com o trabalho.

E, assim, vivendo e vendo muitas situações, muitas mudanças metodológicas, muitos momentos de rupturas no interior do abrigo, presenciando muitas trocas de funcionários, mudanças de coordenação técnica, viu de perto a aceleração de crianças sendo abrigadas (de modo muitas vezes não cabíveis). Presenciou também trocas constantes de convênio com organizações não governamentais e, por isso, tramitou por diferentes perfis de gerência dos serviços - que perpassou por momentos de arrogância a momentos de simplicidade do fazer.

Essa encarregada pôde, então, confirmar - tanto quanto as demais quatro entrevistadas - que, ao juntarmos as peças dessa história fragmentada e sem registros (que nomeamos de mosaico), o grande desvendamento foi de que, na história do Lar Escola São Francisco de Assis, o que sempre prevaleceu foi a “cultura do dano”. Essa expressão, para as entrevistadas, significa que, em cada gestão, tudo o que existiu na gestão anterior teria de ser destruído e precisava ser reconstruído instantaneamente, a partir de um novo modo de fazer, com a imagem da nova gestão, deixando em *outdoor*: o modo como agora é feito, é sem dúvida, o melhor.

Quando a entrevistada foi trabalhar no abrigo, a instituição conveniada era o ICAC - Instituto Castanheira de Ação Cidadã, que ficou até março de 2009, quando, a partir de 01 de abril, por meio de convênio, a gestão foi para o NECA – Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente mantendo-se até junho de 2010, quando a Secretaria de Educação, por meio de licitação, firmou convênio com o Instituto Social Brasil Novo, que se mantém há menos de 1 ano frente à gestão dos abrigos – hoje com 8 casas lares e 1 abrigo sede.

Sonia Ferrari diz que, durante o convênio com o Instituto Castanheira, por força do contrato, ela era a responsável legal pelos acolhidos. Deixou de ter essa responsabilidade somente em 2009, com a chegada do NECA que a assumiram.

No percurso histórico da instituição, não foi padronizado um modo de realizar o acolhimento, o acompanhamento, o desligamento e o retorno das crianças e adolescentes para suas famílias: em cada fase da instituição, um novo modo de atuar foi sendo incorporado, e seus usuários foram tendo que se adequar ao instituído. No estudo da história da instituição, aparecem informações de que, em cada época, ela expressava o significado que lhe era atribuído por quem a gestava e por aqueles que atuavam em seu espaço como “cuidadores”.

#### **2.4 Contando sobre as Gestões: ICAC, NECA e Brasil Novo**

Percebendo, ainda, morosidade por parte da VIJ, quanto aos processos das crianças e dos adolescentes, o ICAC estabeleceu uma aproximação direta com o poder judiciário. A assistente social intensificou o acompanhamento familiar e os meios para viabilizar o convívio familiar das crianças. A encarregada e a assistente social perceberam a necessidade de ampliar o quadro da instituição. Solicitaram e foram atendidas com a contratação de mais uma assistente social, de nome Eliana. A partir daí, começaram a perceber resultados no andamento dos processos.

A encarregada confirma que passaram por muitas mudanças, quanto aos modos de atuar no abrigo, o que sempre causou muito impacto para as crianças e para os adolescentes. Era como se a opinião deles não tivesse valor algum. As decisões sobre suas vidas eram tomadas sem que houvesse respeito com eles, o que era uma violação quanto a seus direitos. Também, o procedimento de trocar equipes a cada nova gestão fez com que passassem por sofrimentos constantes. Sempre existiu uma espécie de naturalização em relação às perdas afetivas dessas crianças e jovens.

Relata que, no trabalho do abrigo, construído no cotidiano das crianças e dos adolescentes, durante um período da gestão do ICAC, deu-se uma desacelerada na participação das crianças

em atividades externas, o que fez com que ficassem muito ociosas no período em que não iam à escola. A maior parte do tempo ficavam em casa vendo televisão.

Quanto à relação da equipe do abrigo com as famílias, disse que, excetuando-se o trabalho das assistentes sociais, o restante da equipe não tinha muito contato com elas. Em alguns casos e situações, percebia-se algum preconceito nas atitudes desses outros técnicos e educadores.

Considera que, no período pós 2006, quanto ao momento de acolhimento, as crianças e os adolescentes eram trazidos pelos conselheiros tutelares, sem muito critério, para a casa sede. Lá, ficavam por algumas semanas e, durante esse período, a equipe os observava para depois escolher em qual casa lar eles se adaptariam melhor.

Já, por ocasião do desacolhimento, num dado momento, sempre a equipe das casas promovia uma despedida. Antes disso, quando era caso de retorno à família de origem, havia todo um trabalho com essa família, realizado pela equipe.

Quando a saída, o desacolhimento era por motivo de maioridade civil, a equipe de assistentes sociais providenciava que o jovem fosse inserido no programa de aluguel social – programa da política de Assistência Social municipal -, mas afirma que não havia um trabalho consistente no sentido de preparar o adolescente ou jovem<sup>6</sup> para o seu desligamento.

Em relação ao momento da saída por maioridade civil, a encarregada considera que “a preparação deles se dava de acordo com o perfil e desenvolvimento de cada adolescente. Alguns se encontravam preparados, pois eram jovens que aderiam ao estudo e à oferta de emprego, já outros adolescentes / jovens não tinham condições para enfrentar os desafios da vida adulta, principalmente longe da proteção do abrigo que, segundo a mesma – Sonia: “tudo sempre dependia da aderência do jovem”.

O único apoio ou suporte oferecido ao jovem era de fato o “Aluguel Social” – pago durante 3 meses, com possibilidade de ser prorrogado por mais 3 meses de pagamento de

---

<sup>6</sup>De acordo com a ONU– Organização das Nações Unidas, considera-se jovem todo ser humano com idade entre 15 e 29 anos.

pensão ou locação de imóvel- nos casos em que o jovem não tinha família de origem para retornar (perda da convivência familiar ou em caso de orfandade ou abandono).

Afirma que não existia, nem mesmo hoje existe, nenhum tipo de acompanhamento quando esse adolescente do abrigo completa 18 anos e diz “Infelizmente, não é feito um acompanhamento pós saída, até porque o convênio não permite que ocorra qualquer tipo de despesa com maiores de idade”.

Em dezembro de 2006, morreu Allan Lucena, presidente do ICAC , e, em janeiro de 2007, assumiu seu posto seu irmão Aruanã Lucena. Assim, nasce um novo momento para o Lar Escola São Francisco de Assis, que, segundo vários depoimentos – inclusive de vizinhos residentes e de comerciantes do entorno do abrigo - foi esse, o pior momento da história do lar. Surge ali a era da administração.

Administrar o lar como se fosse um negócio, como se a matéria prima fosse, objetos e não seres humanos – crianças e adolescentes.

Durante a gestão do ICAC, muitas mudanças ocorreram, principalmente de técnicos e educadores. Cada um trazia consigo uma visão diferente, considerando, assim como as ONGs, que o seu modo de fazer era melhor do que a metodologia empregada anteriormente por técnicos que o antecederam, fazendo com que a demanda desse serviço ficasse submetida às suas determinações. Muitos profissionais passaram pela coordenação e pelos setores técnicos do abrigo durante a gestão do ICAC.

Durante um primeiro período dessa nova fase de Aruanã frente à gestão do abrigo, a encarregada Sonia foi convidada a dirigir a equipe social:

Um dia, o Aruanã me chamou até o escritório administrativo do ICAC e me convidou para assumir a coordenação do setor social do abrigo, a princípio achei estranho o fato porque eu não pertencia ao ICAC, mas à prefeitura de Santo André e estava no abrigo em cargo de comissão por meio da secretaria que faço parte, a de educação. Mas ele argumentou muito bem que precisava mudar “a cara do abrigo, do serviço social em especial no sentido de ampliar o atendimento com as famílias e investir em desabrigamentos”. Sua proposta incluía a ampliação de profissionais de Serviço Social – o que de fato ajudaria muito. Depois fiquei intrigada com a possibilidade de estar tirando o direito da Dalva (assistente social) de ser coordenadora de um setor que corresponde à sua formação acadêmica, espaço de trabalho em que, mesmo diante de tantos

desafios e recursos empregados, a mesma com muita competência e responsabilidade dominava positivamente, ou seja, eu que aprendi tudo ali com ela não me sentiria bem, mas ficou claro que se eu não aceitasse, outra pessoa poderia assumir e destruir o que de modo árduo e sem soberba vinha sendo construído. Foi assim que assumi a coordenação do Serviço Social. (Sonia Sabo Ferrari).

Em julho de 2007, conseguiram a ampliação da equipe social com a contratação de mais quatro novas assistentes sociais e é nesse contexto, que se dá início a minha participação, enquanto sujeito dessa história.

Foi um processo seletivo muito difícil, parecia que a contratação era para uma empresa multinacional que trabalhava com comércio de peças. A soberba, a arrogância e o caráter onipotente do gestor ficaram marcados em todos os profissionais que estiveram nessa seleção de quatro fases. Ela foi iniciada na sede do ICAC, com duas passagens (seleção) por psicólogos, no próprio abrigo, e finalizada onde tudo começou, na sede do ICAC. Selecionaram as quatro Assistentes Sociais (Aline, Érika, Shirley e eu mas) como houve muita confusão e revolta dos participantes, Erika e Shirley desistiram antes mesmo de iniciarem as atividades.

Pudemos ver e viver muitas situações arbitrárias, muitas disputas por posição de poder atingindo técnicos, muito descaso com as prioridades das crianças e dos adolescentes. Tivemos muitas dificuldades e enfrentamentos no trabalho com as famílias e na intenção do retorno dessas crianças e desses adolescentes ao seu convívio familiar. O preconceito e a discriminação estavam estampadas nas atitudes e nas falas de muitos que compunham outras equipes técnicas e de educadores.

Foi uma fase em que todos os dias, rigorosamente, ocorriam novos abrigamentos de crianças, de adolescentes, um aumento significativo de bebês e em grupos numerosos, de irmãos. As casas começaram a não comportar tantos abrigamentos. Casa sede houve um inchaço e foi preciso começar a procura por novos imóveis, para serem locados para a instalação de novas casas lares.

Os motivos de abrigamentos eram, em sua maioria, conforme relatamos anteriormente, por negligência sem maior detalhamento, e o abrigo, por sua vez, não podia recusar-se a

abrigar, uma vez que a VIJ endossava as representações dos Conselhos Tutelares. O que mais incomodava não era o fato do abrigo ter de se adequar e ampliar para atender, mas sim, o fato de que no acompanhamento das famílias, o Serviço Social constatava a ligação do acolhimento por motivo de pobreza, descaracterizando o serviço e infringindo a lei, conforme preconizada no ECA, causando, dessa maneira, sequelas talvez jamais curadas na vida dessa demanda, que, segundo fala constante da encarregada da época, inclusive para o próprio conselho tutelar:

Se a gente ficar considerando a pobreza das famílias andreenses e abrigando ilegalmente por esse motivo, é melhor subir os muros, fechar portões e jogar uma lona na cidade transformando-a num grande abrigo. (Sonia Ferrari).

Essa questão remete-nos a verificar a distância e a contradição existentes entre as leis em vigor, a partir de 1988 e a realidade histórica dos abrigos, em especial, desse universo pesquisado, dificultando, ainda mais, efetivação dos direitos humanos nesse país.

Quanto às visitas das famílias aos seus filhos, só acontecia mediante apresentação de termo judicial autorizando, pois o entendimento jurídico do abrigo na época primava por obediência às determinações da juíza: cumpra-se. Essa postura prejudicou, muitas vezes a vida de muitas crianças, adolescentes e famílias, quanto à garantia da convivência familiar e comunitária. Muitas famílias demoravam longo período até obter a autorização. Enquanto isso, era nítido o sofrimento de todos os envolvidos nessa condição. Pudemos ver, naquele cotidiano, o que a autora Bader Sawaia chama de sofrimento ético-político<sup>7</sup>. Sofrimento que tem sua gênese na “consciência do sentimento de desvalor, da deslegitimidade social e do desejo de ser gente.” (SAWAIA, 1995, p.109).

Percebemos, ao longo de dois anos – de 2007 a 2009 – a dificuldade das crianças e dos adolescentes abrigados em preservar suas identidades, mas também do próprio abrigo, enquanto instituição, não ter definida a sua identidade ou tê-la constituída a partir da imagem que lhe foi imposta: excluída, prostrada, conservadora, depósito de frustrações, lamentações e de marginalização e, assim, tanto as crianças, quanto os adolescentes, educadores e a

---

7. “A dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto” (SAWAIA, 1995).

instituição acabaram ocupando um lugar do não ser, de não ter um projeto capaz de promovê-los a um patamar de direitos e respeito. Ao contrário, todos foram submetidos a metodologias que mudavam o tempo todo, como se fosse uma vestimenta fácil de ser trocada, colocando o abrigo como um “mal necessário”, ou seja, colocando a própria instituição num lugar de abandono que não dispunha de saída para sua condição de excluído e que assim, refletia no cotidiano de todos os envolvidos que acabavam se situando exatamente nessa condição. Por muito tempo, essa situação vem perpetuando-se, dificultando, assim, a ultrapassagem do abandono, do messianismo e do fatalismo<sup>8</sup> ao protagonismo, a uma nova cultura e às políticas públicas de qualidade.

Apesar de hoje saber que, para existirem as mudanças necessárias na instituição, não só depende de atitudes do gestor, como também dos funcionários – educadores – permanece a consideração de que o fator de maior peso nessa história foi de que, assim como as crianças e os adolescentes eram desrespeitados em sua singularidade, os educadores também viviam sob a pressão de fazer conforme a gestão ditava. Eles eram ali passageiros, ou seja, instáveis, não tornando possível criar um projeto coletivo de mudança, no sentido da autonomia, ao invés da permanente cultura da reprodução do não ser, que submete uns aos outros a figura do ser excluído, insignificante e desprovidos de novos projetos de vida. Ficou claro que quem detinha o poder estava, por seus interesses privados, reproduzindo a lógica do Estado, que tenta a todo o momento criar e desenvolver, neste país, um exército de seres sem cabeça, não pensantes, não críticos, e distantes de um processo contra a hegemonia.

Em uma das diversas mudanças ocorridas ainda na gestão do ICAC, uma nova coordenação pedagógica assumiu instituída pelo ICAC, e mudou-se, também, a estrutura das equipes por setores. Em torno de uma mesa de vidro oval, coordenação e técnicos decidiam semanalmente a vida de crianças e de famílias – de modo natural para a maioria e de repúdio e indignação de poucos, que, mesmo sendo voto vencido, tentavam estrategicamente amenizar as sequelas que poderiam advir dessa mudança. Ali, em toda segunda-feira, ocorria o ritual de passagem, ou seja, levantavam-se os conflitos de final de semana, e a medida prática sempre se voltava para readaptações, ou seja, em uma casa, com grupo de irmãos, um ou mais deles tivesse cometido algum comportamento desarmonioso, já era considerado um perigo à harmonia da casa, sendo imediatamente retirado e transferido para outra casa lar, para viver

---

8. De acordo com Yamamoto, no fatalismo e no messianismo, a prática social aparece travestida de concepções naturalistas e idealistas da vida social..



com outro grupo de acolhidos e educadores. Costumeiramente havia essas mudanças e, com elas, a violação do inciso V, do artigo 92 do ECA que preconiza o não desmembramento de grupos de irmãos.

Além desse tipo de decisão, criticavam com muita naturalidade ações ou reações das famílias durante a semana anterior e, então, davam a sentença: chamar a família para pontuar com ela os fatos e deixar claro que a não retratação implicaria cancelamento da visita semanal de duas horas ou, diretamente, elaborar relatório para a juíza comunicando o que consideravam de má conduta ou, ainda, não permitindo a ida de um dos filhos – quando esse “causava” – esse era o termo – para não ver a família na semana seguinte de visita. Foi uma fase de luta constante para tentar garantir os direitos daquelas crianças e adolescentes. Foi uma fase muito difícil, mas que, embora causasse na equipe de assistentes sociais, de alguns pedagogos e de poucos educadores o desejo de se desligar voluntariamente da instituição, não conseguíamos, uma vez que deixar a instituição significava permitir que fossem ampliados as brechas de violação, o que causaria para crianças e famílias um abandono significativo de apoio.

A gestão do ICAC foi uma fase muito complicada para o cotidiano do abrigo. Adolescentes de todas as casas juntavam-se em frente ao portão da sede, e o porteiro e seguranças não os deixavam entrar. Eles buscavam chamar a atenção de modo a incomodar a vizinhança, os comerciantes locais. O uso de drogas era uma constante, além de fatos sequenciais de furtos com envolvimento deles. A própria gestão do abrigo conduzia os adolescentes para a delegacia para fazer boletim de ocorrência. Ampliaram-se, nesse contexto, internações dos adolescentes – meninos e meninas – em clínicas de recuperação particulares, pagas pelo ICAC, com verbas repassadas em várias cidades de São Paulo, mas os resultados, após algum tempo de internação, mostravam-nos que não eram medidas que vinham sanando a questão da dependência, mas segregando o problema e a visibilidade ruim que permeava.

Enquanto sujeito dessa história, eu percebia que a intencionalidade da organização não vinha ao encontro da real necessidade dos adolescentes, sendo esta de um tratamento eficiente e efetivo a eles que tinham bastante energia, que tinham oferta de atividades, mas nada que realmente tivesse que ver com eles, com seus desejos e necessidades de fato – eram atividades que a equipe valorizava ou dispunha delas e não atividades que, realmente, agregassem algum valor a eles.

Não houve nenhum investimento durante a vivência desses adolescentes em sua trajetória de abrigamento, não houve, nem mesmo, a preocupação com o momento de saída. Ao contrário, foi notório e declarado que esse momento de desligamento institucional, aos dezoito anos de idade, era um alívio para a instituição. Esse momento de partida representava a eliminação natural de um problema que não teria solução. Tudo isso – que, inclusive, subjetivamente é fortíssimo – incomodou-me bastante e trouxe-me a novos caminhos, sem deixar de estar com os olhos atentos para uma mudança de comportamento institucional em que acredito ser possível, para que possibilidades venham a surgir para esse público. Acreditamos no que a compositora Elisa Lucinda e a cantora Ana Carolina diz que, se existir vontade podemos mudar o rumo da história: sei que não dá pra mudar o começo, mas, se a gente eles (acréscimo nosso) quiser, vai dar pra mudar o final [...].

Durante o percurso, positivamente nada mudou para qualificar, de fato, a vivência de crianças e de adolescentes, durante sua medida de proteção. Ao contrário, a cada dia, novos problemas e novas formas de descaso foram surgindo.

Na última fase dessa gestão, foi instituído um departamento de RH, que ficava situado nas dependências do próprio abrigo e não no escritório sede do ICAC.

O RH terminou de mudar e agravar os rumos do abrigo, pois essa foi uma época em que funcionários, ao falarem das crianças e dos adolescentes, faziam comentários humilhantes, vexatórios, de total descaso.

O RH separou setores, montou equipes com coordenações setorizadas por áreas profissionais, permitiu que o trabalho realizado por equipe fosse unificado, deixando de ter as características até então existentes, desconstruindo a dinâmica das ações, inclusive de referências de acompanhamento de crianças, de adolescentes e de trabalho com famílias.

Essa nova organização ficou da seguinte maneira:

- Permaneceu a quantidade de casas lares e manteve-se o abrigo sede como casa de acolhimento ou de punição aos que desrespeitavam as regras nas casas lar;
- As equipes técnicas ficavam alocadas na sede e não nas casas lares;
- R.R. (psicólogo contratado na época há 8 meses) assumiu a coordenação do setor psicossocial;

- D.M. assumiu, enfim, a coordenação social;
- R.D. (que já tinha experiência no abrigo e mantinha-se em convênios com outras ONGs desde que o abrigo foi assumido pela secretaria de educação) assumiu a coordenação pedagógica;
- Os demais técnicos ficaram divididos por equipes e trabalhando cada profissional de área diferente em casas lares pré determinadas – independente do acompanhamento que faziam anteriormente, ou seja, mudaram-se as relações com as crianças.

A relação do profissional de RH e do setor psicossocial foi-se consolidando fortemente e, pouco tempo depois, o coordenador do setor psicossocial passou a ser coordenador geral e mudar totalmente o que já havia sido alterado.

Percebeu-se, naquele momento, a forte presença manipulativa frente às crianças, um jogo de sedução que pretendia cotidianamente cooptar as crianças e fazê-las reproduzir a necessidade da existência daquele grupo. Esses profissionais passaram em muitos casos e momentos, a ser mais importantes do que as próprias famílias, que, na ocasião, passaram, ainda mais, a ser culpabilizadas pela condição de acolhimento de seus filhos e dos fatos que os levaram para tal proteção. Começou a expandir conflitos na própria rede de atendimento, com serviços de acompanhamento dessas famílias que tinham, como objetivo, contribuir para a preparação e organização dessas famílias para receberem seus filhos de volta. Para eles, esses profissionais que estavam, nesse momento do abrigo, na coordenação geral e na gestão de RH, agiam com propósito de cooptar as crianças aos seus interesses pessoais (de manutenção em cargos de liderança no abrigo e da imagem de que eram imprescindíveis para a visibilidade de falsa qualidade nos bastidores da rede social municipal). A importância da imagem continuou em evidência e a manutenção dessas crianças, nesse dado momento, era de que o lugar ideal para elas era no interior dos “muros do abrigo”<sup>9</sup>.

Quando “boatos” municipais ocorriam e, por ventura, ameaçavam a permanência da instituição e dessa equipe, eles se reuniam com as crianças, principalmente com as mais fragilizadas emocionalmente, e criavam uma situação para que pudessem cuidadosamente ser mantidos em seus empregos. Em meados de setembro de 2008, surgiram boatos de que o

---

<sup>9</sup>Metáfora utilizada originariamente por Anadir de Carvalho Cunha, em sua dissertação de mestrado intitulada: O dia seguinte: a vida além dos muros de adolescentes regressos do programa casas de convivência”, 1999, PUC SP.

prefeito João Avamileno não assinaria renovação de convênio e que o prefeito recém eleito – Aidan Ravim tiraria todos os funcionários das casas, causando, assim, medo e incerteza nas crianças e nos adolescentes. Então, fizeram protestos no interior do abrigo com cartazes de desenhos e frases do tipo: “fora Aidan, fora prefeito, você odeia a gente[...]”.

Foi uma fase de imposição de poder de quem recebia para, profissionalmente, estar ali. Por outro lado, havia a fragilidade dos que sempre pagavam de alguma maneira, em nome da proteção. No lugar da proteção como se deveria investir, vimos um forte investimento estratégico de manipulação no sentido da manutenção daquela ordem, ou seja, daquela lógica semelhante à lógica do Estado, “deter um poder centralizador”, de não dar respostas efetivas quanto aos direitos dos sujeitos, de realizar ações imediatistas, criando programas focalizadores, investindo na tutela de sua demanda em vez de investir na emancipação desses sujeitos.

Quanto aos investimentos financeiros de modo geral, pontuaremos no próximo capítulo, mas consideramos importante socializar como se davam as compras, as festas e as festividades. Havia qualidade nos produtos adquiridos, mas a forma como eram selecionados e de como chegavam para as crianças (roupas, calçados etc) também era contrário ao ideal, pois enquanto estivemos atuando na instituição, vimos que as crianças, em especial, os adolescentes, não tinham autonomia para ir às lojas escolher o que queriam, modelos que tivessem que ver com o seu estilo, mesmo que o valor fosse inferior ao adquirido. De modo geral, os modelos dos produtos eram iguais, o que gerava uniformidade. Chegavam produtos, e alguns adolescentes se recusavam a receber dizendo que não gostavam, e as respostas eram sempre as mesmas: “não tinham nada em casa e agora querem ficar escolhendo no abrigo, deixa sem oferecer novamente que ele vai ceder, vai usar”.

Quanto a datas comemorativas, cada uma delas era concebida de maneira diferente para cada técnico e cada educador que compunha o quadro do abrigo. Elas perpassavam não só a formação de cada um, mas sua visão de mundo e compreensão da realidade que não se resumia, necessariamente, naquele espaço e tempo. Para a totalidade do grupo de profissionais de Serviço Social e, parcialmente de pedagogia, que viam cada sujeito em sua totalidade e respeitando os fatores sóciohistóricos, além da singularidade, ou seja, o método utilizado perpassava realmente pela visão de mundo de cada um.

Em outubro de 2008, aconteceu novo processo eleitoral municipal e, após doze anos consecutivos do partido dos trabalhadores no poder, foram derrotados inesperadamente pelo candidato AidanRavin. Ficou claro que o povo se pronunciou, de que funcionários públicos, indignados, com posturas arbitrárias de chefias comissionadas intervieram fortemente, contrapondo-se a manutenção. A comunidade andreense não estava escolhendo esperançosamente por novo prefeito, mas estavam mostrando sua força coletiva diante de tantas indignações.

Começaram novas especulações e, no interior do abrigo, a questão que ficou foi: o prefeito Avamileno assinará (antes de deixar o cargo em dezembro de 2008) o termo de convênio com prorrogação até março de 2009, para que haja negociação e possibilidade de convencimento do ICAC junto à nova gestão administrativa em se manter, frente ao serviço do abrigo? Assinou, mas, naquele momento, as estratégias não funcionaram como se havia planejado.

Em janeiro de 2009, eu retornei ao abrigo após licença maternidade e encontrei um ambiente completamente desestabilizado, profissionais (técnicos) agitados, as crianças e os adolescentes abalados emocionalmente diante da possibilidade de novas perdas, pois alguns técnicos haviam passado essa insegurança para eles. Havia educadores inseguros, funcionários em geral com aviso prévio assinado, porque o governo local não se havia pronunciado a respeito dos rumos do abrigo. Para colocar pressão, caracterizando abandono do abrigo, o ICAC partiu para os avisos dos funcionários, que teve, de fato repercussão, mas, não atingiram sua expectativa de desestabilizar o governo diante da possibilidade de não conseguir outra organização para assumir o serviço. Para a surpresa geral, o secretário Ademar de Barros, da secretaria de Assistência e Inclusão Social da gestão do PT, continuou no cargo na nova gestão pública e, diante de problemas com as contas públicas e investimento aplicado, além de irregularidades nas prestações de contas do Lar Escola São Francisco de Assis, a imprensa começou a procurar gestores do ICAC, prefeitura e ex prefeito para prestarem esclarecimentos.

A solução foi a nova gestão pública deixar claro que existia, de fato, irregularidades nas prestações de contas do ICAC, deixou o serviço de acolhimento institucional mantido na Secretaria de Educação, devido aos recursos de que dispunha, mas transferiu a

responsabilidade do acompanhamento e monitoramento do serviço com a Secretaria de Assistência Social, além de não aceitar convênio com o ICAC após março daquele ano.

Enquanto isso, de modo silencioso, o secretário de Assistência Social (A.B.) juntamente com sua secretária adjunta (R.B.) estavam negociando com uma nova organização e, quando a encarregada, na época, foi chamada pela secretária de educação para conhecer os gestores da nova organização que assumiria gestão do abrigo, por meio de convênio, descobriu que os trâmites estavam quase certos, e de que um projeto muito interessante havia sido apresentado e enchido de boas expectativas o secretariado da nova gestão pública, pois havia a possibilidade de o abrigo tornar-se referência não somente nacional como também internacional. Nesse momento, a encarregada descobriu que a gestora era prima do ex-prefeito Celso Daniel e de que a organização se chamava NECA e que estava ligada de alguma maneira com a PUC de São Paulo. Quando informou parte da equipe de serviço social, foi este um motivo de comemoração, de expectativa positiva daqueles que já não conseguiam ter esperança, caso houvesse a manutenção da lógica existente.

Quando houve o anúncio sobre a vinda do NECA para a gestão do abrigo, intensificou-se o desespero de muitos, não pela instituição, mas pelo medo de perder a ‘zona de conforto’ historicamente instalada. Muitos profissionais começaram a afetar as crianças, os adolescentes e pressionar o governo para tratar de transição e de sua situação. O prazo aproximava-se do fim, e o NECA não aparecia para a transição. Em uma tarde, chegaram acompanhados da secretária adjunta, contrapondo-se aos comentários e posições dos técnicos que questionavam a todo o momento sobre a metodologia a ser seguida, tentando manter a existente, o que prontamente ficou anunciado que não haveria essa possibilidade.

Foram muitos questionamentos, poucas respostas, mas a certeza de que, em período de experiência, todos os técnicos se manteriam, o que não ocorreu. Chegou o final do convênio em 30 de março e, em 1º de abril, assumiu o Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Crianças e Adolescentes, sob a direção de Heloisa Daniel e coordenação de Aurimar Pacheco.

A transição do ICAC para o NECA foi tumultuada. Tanto os gestores do ICAC quanto os diferentes sujeitos abordados nesta pesquisa afirmam que as portas da instituição estavam abertas para receber a nova equipe diretiva, entretanto não ocorreu dessa maneira. Com isso,

foi gerada uma grande desestabilidade emocional, não apenas nas equipes de trabalho, mas também nas crianças e nos adolescentes, o que pôde ser observado em seu cotidiano.

Pontos de fragilidade podem ser destacados na vinda dessa nova organização e, também, podem ser destacados muitos pontos positivos que se expressaram em avanços.

Em evento realizado no município e exposto em jornal de circulação, a gestora do NECA, em Santo André, declarou que a atuação de sua instituição era dividida em três fases distintas, com foco principal centrado no desabrigo de crianças e de adolescentes, pois o abrigo “não poderia continuar a ser um depósito de crianças”.

Segundo depoimentos de gestores do abrigo e observações feitas por técnicos (que ocuparam cargo de educador social sênior - coordenadores de casas lares), alguns mantidos após término do contrato com o ICAC e outros que se mantêm até hoje no Instituto Brasil Novo – que sucedeu ao NECA – ficou marcado que a missão do NECA era desabrigar grande número de crianças e em menor prazo, o que repercutiu de forma adversa.

Foi-nos relatado, por diferentes sujeitos – pela encarregada do abrigo, por coordenadores das casas lares (principalmente por aqueles que vivenciaram experiências nas diversas instituições que assumiram a gestão dos abrigos) e, também, por profissionais da rede (CREAS e VIJ), que pesava favoravelmente o conhecimento acadêmico, legal e sobre políticas públicas dos gestores mas, em contraponto, sua arrogância era visível não apenas nas relações com os trabalhadores mas também nas intervenções e nas relações com o público alvo.

Nessa gestão, houve a possibilidade de debater as legislações relacionadas com a infância – o que foi um ganho imensurável para aquele espaço e tempo, uma vez que, era um momento de reordenamento nacional de abrigos. Estava em evidência nos debates a necessidade de cumprir as leis, de fazer valer os direitos das crianças e dos adolescentes, enquanto sujeitos de direitos. Foi nessa mesma fase, que o Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária (de 2006) e a Lei 12010/09 entraram fortemente em cena, no sentido de fazer cumprir o que, há mais de 20 anos, estava preconizado pelo ECA e não estava sendo cumprido, efetivamente, no cotidiano das crianças e dos adolescentes em medida de proteção.

Destacamos que, por essa época, houve necessidade de implantar o PIA – Plano Individual de Atendimento (anexo). Foram também agendadas as Audiências Concentradas para garantir o prazo máximo de dois anos de permanência da criança e do adolescente no abrigo. Além dessas medidas, foram implementadas normas e padrões de atendimento que iam, desde o acolhimento e a estadia até o momento da saída. Podemos afirmar que, olhando para a história, esse foi um período de grandes avanços e vitórias, entretanto, impregnado também de novos cuidados.

O NECA trouxe para o abrigo um caráter mais técnico e político de ação. Contribuiu com discursos para que todos os atores envolvidos – trabalhadores – pudessem pensar a criança e o adolescente de outro jeito, e tratá-los com respeito.

Deponentes relataram que, na gestão do NECA, deixou-se claro que o melhor lugar para as crianças e os adolescentes era um núcleo familiar, com plena vivência comunitária e, acima de tudo, com seus direitos garantidos em seu cotidiano. A ideia chegou de maneira diferente, apesar de ter sido anteriormente difundida por profissionais de Serviço Social e por alguns outros profissionais de épocas que o antecederam. A diferença foi que, naquele novo momento, essa ideia estava sendo introduzida por uma equipe gestora que carregava consigo o poder, ditando regras como inimputáveis.

Melhores salários foram oferecidos aos funcionários. Aos técnicos, a oferta foi de 50% a mais nos proventos, para outros funcionários que atuavam em outros cargos e que, nesse momento, tiveram a possibilidade de coordenar uma casa lar, o aumento foi ainda mais significativo, chegando a 100% de seu antigo provento, o que gerou, de forma unânime, maior motivação e anuência, sem contraposição ao que estava sendo instituído como novidade.

Aconteceram muitas mudanças em curto prazo. Foi exatamente numa reunião, realizada a partir do início da noite de trinta de março de dois mil e nove, que os profissionais que se mantiveram no cargo de educador social sênior – coordenadores de casas lares – receberam os comandos para introduzir novas ações nas respectivas casas. Destacamos aqui que, quando existe uma determinada cultura institucional, torna-se eficaz uma nova implantação de metodologia mediante o direcionamento de gestores, pois isso implica duas alternativas: cumprir as determinações ou perder seu espaço de trabalho.



Por outro lado, existem pontos de fragilidade nesse tipo de incorporação, pois as ações não se efetivam pelo ato de crer que o novo modelo seja de fato o melhor. Então, acabam acontecendo fatos bons que, ao serem experienciados, ganham destaque dos operadores da ação, mas, também, pode acabar sendo criada uma situação de faz de conta: faz de conta que estou realizando a adequação, mas no invisível do cotidiano, reproduzo a ‘velha maneira’, pois, quando não se acredita no que se faz, não se reconstrói.

Várias proposituras foram apresentadas, ideias interessantes e bem orientadas que poderiam alavancar a qualidade do serviço, mas algumas não foram concretizadas, por exemplo, investimento na história de vida das crianças e dos adolescentes além dos registros necessários a serem inseridos no PIA. Claro que o tempo de vigência da organização em convênio com a prefeitura também implicou na interrupção do proposto, mas o desejo de investir nas histórias de vida, que surgiu muito antes do ano de 2009, não cessou, ao contrário, permanece não apenas como um desejo, mas uma necessidade.

Quanto à relação do NECA com o judiciário, foi revelado que, em nome da garantia dos direitos da criança e do adolescente, ocorreram descumprimentos judiciais, o que gerou, naquele momento, certa desconstrução da relação do abrigo com o poder judiciário, pois, até então, as trocas eram constantes, e o modo de realizar ações eram cuidadosas e davam-se a partir de boas argumentações devidamente registradas.

As informações obtidas foram de que crianças e adolescentes que não tinham autorização judicial para retornarem aos lares de suas famílias de origem, para passar determinados períodos ou eventos, eram viabilizadas pela gestão. Algumas dessas idas acabaram sendo tranquilas, mas outras acabaram sendo prejudiciais, isto é, casos de não retorno e de reincidência de desproteção.

As mudanças de equipes de trabalho também ocorreram frequentemente no decorrer de um ano em que o NECA esteve à frente do abrigo, desconsiderando, como nos diferentes momentos anteriores da história, o elo existente entre profissionais e crianças e adolescentes que ali viviam, além de desconsiderar que modos de vida são componentes majoritários de histórias de vida, e que, por melhor que seja uma metodologia, requer cuidado, quando se remete ao cotidiano do outro, pois esses, carregam consigo a subjetividade que precisa ser

considerada enquanto primária nas relações sociais. Tanto as mudanças de recursos humanos – educadores – quanto as mudanças metodológicas remetem a processos de ruptura.

Um ano depois, o abrigo viveu novo processo de mudança com o término desse convênio, que, inicialmente, foi de iniciativa da gestão do NECA de São Paulo, que considerou que as cláusulas contratuais deixavam brechas perigosas, além de retomar o objetivo real e central do núcleo, que é direcionado a estudos e pesquisas sobre crianças e adolescentes, e não a execução direta de serviços. Por outro lado, a prefeitura também não apresentou o interesse em renovar o convênio.

Foi aberto um processo de licitação, e concorreram as instituições: Dignitas e Brasil Novo. A primeira sob gestão dos diretores do NECA, em Santo André, e a segunda formada por uma equipe diretiva pertencente aos Salesianos.

Em 1º de julho de 2010, após esse processo de licitação, assumiu os abrigos de Santo André, o Instituto Brasil Novo, e começa assim, tudo de novo.

A instituição abriu as portas do abrigo para que pudéssemos realizar a pesquisa, tanto com os adolescentes – sujeitos desta pesquisa – quanto com funcionários e entrevista com José Padovezzi, coordenador pedagógico da instituição.

Durante a entrevista, o coordenador informou-nos de que as casas lares estão estruturadas com autonomia e expansão do número de funcionários: antes havia um coordenador e a equipe de educadores e, agora há, também, em cada casa, um técnico (assistente social ou psicólogo). “Esse modelo favoreceu o andamento e a qualidade do trabalho” (Padovezzi).

Nessa gestão, não houve retrocesso do modelo de mãe social, foram instituídos educadores com papéis e funções diferenciadas.

A introdução do Instituto Brasil Novo no Lar Escola São Francisco de Assis não foi diferente das demais que o antecedeu. Foi um processo marcado por uma chegada no dia seguinte em que o NECA se havia desligado da parceria.

Depoentes relatam que, apesar da precarização da ausência de um processo de transição, essa instituição chegou de modo mais respeitoso em relação ao trabalho que estava sendo desenvolvido e, principalmente, entendendo que aqueles espaços correspondiam ao lar de crianças e de adolescentes, que mereciam ter sua rotina preservada.

A princípio, considerou-se que as ações que estavam obtendo resultados positivos deveriam permanecer. A metodologia utilizada pelo Instituto Brasil Novo mostrou que havia uma soma entre ações que existiam de positivo, na época gestada pelo ICAC e pelo NECA, agregando-se a outras que trouxeram consigo.

Segundo a encarregada do abrigo, já há alguns anos existe um projeto de utilizar o terreno do abrigo sede da Rua Ibirá para desconstruir o modelo de estrutura escolar para que se construam casas lares. Esse projeto ousado e necessário vem se concretizando com a atual instituição, que mudou a organização administrativa para outro espaço da prefeitura – antigo CADE – e distribuiu todas as crianças para as casas lares. Nesse espaço, já estão sendo construídas duas casas lares com características arquitetônicas residenciais.

Durante a pesquisa, fizemos duas abordagens com a vizinhança, sendo um morador representando moradia residencial e o outro comercial – ambos há mais de vinte anos instalados no local. Buscamos saber como eles veem a instituição, os adolescentes e as gestões, ou seja, a política municipal e a instituição que gestou os serviços via convênio. Relataram que a fase mais complicada da história do abrigo foi na gestão municipal do PT, quando a gestão do abrigo esteve com o ICAC:

“os adolescentes ficavam tudo na rua, eles usavam drogas, mexiam nos carros, jogavam lixos e objetos nas casas vizinhas. A rua ficava repleta de bitucas de cigarros, quando, adolescentes de outras casas lares queriam entrar aqui no abrigo da Ibirá e os funcionários não deixavam eles entrar, começavam a bater no portão, ameaçar quebrar tudo[...] iam na lojinha da rua e enquanto uns distraiam o senhorzinho, outros furtavam objetos. Todos os vizinhos aqui, achavam um absurdo misturarem crianças com adolescentes, além de terem aqueles que já chegavam com histórias de infração... eram palavrões que não acabavam mais”. (Vizinho M.)

Acrescentou: *“a melhor fase do abrigo foi quando a gestão municipal era a do prefeito Nilton Brandão e que não tinha parceria com nenhuma ONG, quem trabalhava eram os próprios funcionários da prefeitura”*.

Já o depoente do comércio local disse que, na fase do ICAC, os adolescentes eram mais livres, pareciam mais felizes, apesar de tantos conflitos

Os adolescentes do abrigo são diferentes dos meninos que vivem na rua. Aqueles que vivem na rua são mais descolados, ligeiros, sabem sobreviver por si só. Agora, esses que vivem no abrigo, recebem tudo na mão, não sabem na verdade o que é a vida aqui fora – pensam que é fácil. Eu percebia muito isso quando pegavam bilhete de trólebus ou de qualquer outro ônibus – para ir para a escola – e vinham vender para comprar cigarro ou doces que não tinham no dia-a-dia. Suas conversas eram infantilizadas, tentavam dar uma de “malandros”, mas era nítido que não tinham noção nem dos preços dos produtos. (Vizinho E.)

Acrescentou: “Nesses últimos tempos – gestão NECA e Brasil Novo – os meninos estão mais sossegados, até apáticos, muitos foram embora, mas comentam e demonstram muita ansiedade e, ao mesmo tempo, tremenda falta de motivação, parece que não existe expectativa de futuro”.

Percebemos que o abrigo é de fato um lugar necessário, mas sua condição de vir a ser, concomitante, local em que os objetivos institucionais não correspondem inteiramente aos objetivos das crianças e dos adolescentes (seu bem-estar) torna o abrigo um lugar de não pertencimento e, assim, ao invés de proteção, proporcionava risco para muitos que, no seu tempo pré definido, terão que deixá-lo para viver por si só. As instituições (ONG's) precisam assumir-se, firmar suas missões e objetivos. Precisam realizar ações que, de fato, promovam a cidadania. Precisam criar e firmar projetos pedagógicos capazes de redesenhar a história de vida de cada criança e de cada adolescente ali acolhido.

Contudo, podemos reafirmar a necessidade de olhar para o abrigo com os olhos de um lugar de pertencimento, de quem – crianças e adolescentes – por motivos diversos, teve seus direitos violados e que precisa alcançar um patamar de respeito, deixar de ser somente um cidadão de papel. Faz-se preciso olhar para a instabilidade que ronda, que retorna e que se acentua no cotidiano desse abrigo, buscando novas formas para se romper com a permanência e com a naturalidade de um movimento marcado por mudanças contínuas, por interesses particulares e por rupturas que refletem negativamente no bem-estar de crianças, de adolescentes e de famílias (cujo espaço e tempos distintos, costumeiramente, disseminam a

desconstrução de novas perspectivas para o presente e de projeções de futuro para novos projetos de vida). Esperamos que a perspectiva do devir se apresente continuamente e coloque-se como nova e verdadeira possibilidade na vida de cada sujeito que ali vive.



### *CAPÍTULO III:*

#### **TECENDO O BEM CHEGAR, O BEM ESTAR E O BEM SAIR**

*“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”*

*(Fernando Pessoa).*

“Onde pus a esperança, as rosas  
 Murcharam logo.  
 Na casa, onde fui habitar,  
 O jardim, que eu amei por ser  
 Ali o melhor lugar,  
 E por quem essa casa amei –  
 Deserto o achei,  
 E, quando o tive, sem razão pra o ter.

Onde pus a afeição, secou  
 A fonte logo.  
 Da floresta, que fui buscar  
 Por essa fonte ali tecer  
 Seu canto de rezar –  
 Quanto na sombra penetrei,  
 Só o lugar achei  
 Da fonte seca, inútil de se ter.

Pra quê, pois, afeição, esperança,  
 Se perco, logo  
 Que as uso, a causa pra as usar,  
 Se tê-las sabe a não as ter?  
 Crer ou amar –  
 Até à raiz, do peito onde alberguei  
 Tais sonhos e os gozei,  
 O vento arranque e leve onde quiser  
 E eu os não possa achar!  
 (Fernando Pessoa)

Neste capítulo, propomos avançar na reflexão, buscando ampliar o debate além das questões legais e institucionais, alcançando, a invisibilidade existente, de crianças e de adolescentes que vivem sua cotidianidade em instituição de acolhimento. Tornar visível pode ser um passo imprescindível para que a sociedade perceba e incorpore a importância de sua participação efetiva e afetiva na defesa intransigente dos direitos da criança e do adolescente, iniciando-a pelo controle social. Nesta perspectiva, buscamos socializar descobertas, inquietações e possibilidades.

### **3.1 – Acolhimento e Cotidiano de crianças e adolescentes que vivem em abrigo**

Para tratarmos do cotidiano vivido por crianças e adolescentes em abrigo, faz-se preciso entender a dimensão que a categoria cotidiano nos traz enquanto espaço privilegiado de reflexão e de ação.

Segundo Carvalho (2010) “a vida cotidiana é percebida e apresentada diversamente nas suas múltiplas cores e faces”, sendo elas:

- a vida dos gestos, relações e atividades rotineiras de todos os dias;
- um mundo de alienação;
- um espaço do banal, da rotina e da mediocridade;
- o espaço privado de cada um, rico em ambivalências, tragicidades, sonhos, ilusões;
- um modo de existência social fictício/real, abstrato/concreto, heterogêneo/homogêneo, fragmentário/hierárquico;
- a possibilidade ilimitada de consumo sempre renovável;
- o micromundo social que contém ameaças e, portanto, carente de controle e programação política e econômica;
- um espaço de resistência e possibilidade transformadora.

A vida cotidiana é também vista como um espaço onde o acaso, o inesperado, o prazer profundo de repente descoberto num dia qualquer, eleva os homens dessa cotidianidade, retornando a ela de forma modificada. Afirma ser o cotidiano, um palco possível de insurreição, visto que nele atravessam informações, buscas, trocas, que fermentam sua transformação (CARVALHO, 2010, p.14).

Não podemos nem devemos ver e analisar o cotidiano isolado dos diversos fatores, eventos e significados que, cotidianamente, circunscrevem a vida do homem, uma vez que, para atuarmos sobre o cotidiano, precisamos de uma teoria crítica que parte de uma visão dialética da totalidade social, em que viver significa muito além de apenas sobreviver, é poder viver algo até o fim, para tanto, precisamos ter a clareza, ao analisarmos o cotidiano, de que, segundo Lefebvre apud Carvalho (2010, p.17), “o Estado moderno gere o cotidiano seja direta ou indiretamente. Diretamente pelos regulamentos e leis, pelas proibições ou intervenções múltiplas, pela fiscalização, pelos aparelhos da Justiça, pela orientação da mídia, pelo controle das informações etc”

O que é que escapa ao Estado? O insignificante, as minúsculas decisões nas quais se encontra e experimenta a liberdade (...). Se é verdadeiro que o edifício político-burocrático sempre tem fissuras, vãos e intervalos. De um lado, a atividade administrativa se edifica a tapar esses buracos, deixando cada vez menos esperança e possibilidades ao que podemos chamar de liberdade intersticial. De outro lado, o indivíduo procura alargar estas fissuras e passar pelos vãos (Lefebvre apud Carvalho, 2010, p. 17).



Carvalho afirma-nos que é dessa maneira que o Estado moderno assume o papel de gestor da sociedade. Essa gestão repousa sobre o cotidiano. Tratar sobre o cotidiano, por sua vez, significa analisarmos todos os aspectos que envolvem a vida humana: econômicos, políticos, sociais, pois, falamos aqui de um cotidiano em que homens são concebidos na lógica do ter e não do ser, são usados como manobra do Estado que, segundo Carvalho “a vida cotidiana é em si o espaço modelado (pelo Estado e pela produção capitalista) para erigir o homem em robô: um robô capaz de consumismo dócil e voraz, de eficiência produtiva e que abdicou de sua condição de sujeito, cidadão”.

Em suma, a vida cotidiana é, de fato, para o Estado e para as forças capitalistas, fonte de exploração e espaço a ser controlado, organizado e programado. Percebemos, no cotidiano do abrigo, que famílias, crianças e adolescentes são postos nessa condição e nela, vivenciam as amarras impostas que os impossibilitam, muitas vezes, de libertar-se das estratégias que os tutelam, objetivadas pela manutenção de uma ordem que não lhes concebem como cidadãos libertos do processo de hierarquia, mas sim, de uma vida de dependência e pragmatismo.

Somente no contexto que integra os diferentes fatos da vida social numa totalidade, se torna possível o conhecimento dos fatos como conhecimento da realidade. As partes encontram no todo o seu conceito e a sua verdade. O todo não é a soma das partes (Lukács, 1974: 23-4).

A totalidade é histórica e remete-nos a arrestar seu movimento e a sua direção. Enquanto devir histórico, não devemos analisar a dimensão da vida cotidiana sem considerarmos os processos.

A vida cotidiana no interior de um abrigo revela-nos mecanicidade, vivida dos mesmos gestos, ritos e ritmos de todos os dias, além de despertar, em cada sujeito, uma falsa sensação de segurança que os impede de acreditar em novas possibilidades.

Carvalho (2010) coloca que a vida cotidiana é heterogênea e também hierárquica, caracterizada por um conjunto de ações e relações heterogêneas que contêm em seu bojo uma certa hierarquia. Esta não é rígida nem mutável, como diz Agnes Heller, ela se altera seja em função dos valores de uma dada época histórica, seja em função das particularidades e interesses de cada indivíduo e nas diferentes etapas de sua vida.

“O cotidiano é a vida de todos os dias e de todos os homens em qualquer época histórica que possamos analisar” (HELLER,1972,p.20).

A vida cotidiana está inserida na história, que se modifica e também é propulsora de mudança nas relações sociais. A direção destas depende de sua consciência em relação ao seu desenvolvimento. Neste sentido, Heller (1972, p.20) diz-nos que a vida cotidiana não está fora da história, mas no centro do acontecer histórico e afirma que, a história é de fato, a substância da sociedade.

Refletir sobre a cotidianidade nos abrigos leva-nos a muitas inquietações, pois são marcadas por ações e características a-históricas, desconsiderando a vida dos sujeitos na sua inteireza, tornando-os alvo de diferentes metodologias que os remetem constantemente a novos modos de ser, onde se desconstrói sua especificidade enquanto essência humana. Existe um movimento no interior desse abrigo que indica a impossibilidade de novas possibilidades humanas. A partir de Marx, Heller cita a existência de cinco atributos que definem a essência humana e que são postos como potência, como possibilidade: o trabalho (não alienado), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade.

De acordo com Netto (2010), “na ótica lukacsiana, a vida cotidiana é insuprimível. Não há sociedade sem cotidianidade, não há homem sem vida cotidiana. Enquanto espaço-tempo de constituição, produção e reprodução do ser social, a vida cotidiana é inelimitável”. O que em Lukács, não lhe confere nenhum caráter meta-histórico:

Se em toda sociedade existe e se põe a cotidianidade, em cada uma delas a estrutura da vida cotidiana é distinta quanto ao seu âmbito, aos seus ritmos e regularidades e aos comportamentos diferenciados dos sujeitos coletivos (grupos, classes etc) em face da cotidianidade (Lukács, apud Netto, 2010, p.66).

Neste sentido, falar do cotidiano de crianças e de adolescentes no abrigo torna-se imprescindível para assim, tratarmos sobre a questão norteadora desse estudo: o momento de sua saída da instituição de acolhimento por “prazo de validade” – aos 18 anos de idade – pois, existem três fases dessa passagem que são relevantes e que tecem, sendo elas:

- O momento da acolhida: bem chegar;
- Os momentos cotidianos da vivência institucional: bem estar;

➤O momento da saída: bem sair – este último, conforme definido por Isa Guará (2006).

Abrigos precisam ser repensados e reordenados para além do papel, precisam criar uma nova cultura que seja direcionada para a libertação dos sujeitos que ali vivem sua cotidianidade.

Segundo Isa Guará (2006), “num contexto institucional de característica residencial, o cotidiano ganha novo significado. É possível refletir sobre uma pedagogia em que o espaço da prática educativa diária afirme sua potencialidade como produtor de saberes que podem ser capturados para reorganizar o presente e pautar o futuro”.

Fala sobre o abrigo como uma comunidade de socioeducação, definindo:

Uma comunidade de socioeducação e de cuidado deverá buscar, no invisível do cotidiano, novos significados e competências, com base nas histórias reais, mesmo nas que remetem esses indivíduos a perdas e dores. Será a partir delas que o grupo, e cada um em particular, poderá fazer emergir o desejo de planejar uma nova história. O abrigo precisa ser um ambiente que preserve, resgate e possibilite às crianças e adolescentes encontrar-se com a própria história, entender suas dificuldades e acreditar em sua capacidade de construir um novo projeto de vida, com mais atuação e autonomia (GUARÁ, 2006, p.65).

O que se presentificou no contexto do abrigo pesquisado foram ações cotidianas antagônicas, complexas e contraditórias, uma verdadeira necessidade de vir a ser, ou seja, o que muito se destacou foram atitudes de subalternidade, fazendo-se presente por parte desses sujeitos em relação à instituição, por meio dos direcionamentos impostos por dirigentes e educadores. Então, como não trazermos inicialmente a reflexão sobre a cotidianidade? Conforme Heller (2004, p.20) “a vida cotidiana é a vida do indivíduo. O indivíduo é sempre, simultaneamente, ser particular e ser genérico”.

Na realidade, em abrigos, o que comumente percebemos é o que Heller (op.cit. p.12) analisa sobre o indivíduo particular e o indivíduo na sua integralidade. Heller situa que “o objetivo do indivíduo particular é a autoconservação, que o indivíduo se identifica de maneira espontânea com o sistema de hábitos e exigências que permitem sua autoconservação, que fazem de sua vida algo mais cômodo e sem possíveis conflitos”.

A partir de análises de Agnes Heller, recordamos de ocorrências de situações diversas – durante experiência empírica, enquanto sujeito dessa história como Assistente Social da instituição – em que crianças e adolescentes temiam perder o afeto dos adultos (educadores) por motivos relacionados ao seu modo de ser, assim, firmando, muitas vezes, atitudes de subalternidade, bem como não se assumindo enquanto sujeito pleno de subjetividade, tendo que mascarar o seu eu, objetivando prevalecer sua autoconservação - vivência sem conflitos.

Vemos que essas instituições têm seu papel claro e definido de proteção e de garantia de direitos às crianças e adolescentes no sentido de visar a seu pleno desenvolvimento, mas ao contrário disso, de modo nivelado, percebemos o que Machado Pais (2008) coloca como enigmas do cotidiano, um verdadeiro uso de máscaras onde o grande desafio é desmascarar essas atuações cotidianas, procurando descobrir o que elas revelam a partir do que ocultam. A realidade aparece-nos mascarada, embora seja certo que elas, como os mitos, não podem explicar-se por si só.

Para desvendar o que as máscaras ocultam, Machado Pais (2008) diz ser necessário “decifrar os seus enigmas e que, a forma disso, seria pesquisando os usos que se fazem dessas máscaras, tomando como referenciais empíricos, diferentes cenários de atuação das máscaras, a começar pelos atos de nomeação que mascaram a realidade a partir do momento em que a nomeiam”.

O processo de chegada de crianças e de adolescentes no abrigo aparece em depoimentos, mas também, aparece em nossas lípidas memórias: a máscara posta na porta de entrada ao acolhê-los das mãos de um conselheiro tutelar ou oficial de justiça, entretanto, nos “primeiros passos” dessa nova fase imposta da vida, esse indivíduo não recebia o devido respeito enquanto sujeito, não havia um olhar para o seu eu, para sua identidade, para o que trazia de mais subjetivo, mas, uma ação especulativa e, muitas vezes, impositiva.

A acolhida necessária para o momento da chegada desses sujeitos não demonstrava ato de maturidade (percepção), respeito pela identidade do outro, nem afeto. Por outro lado, essas crianças e adolescentes, na maioria das vezes, vinham carregadas de medo do desconhecido, gerando neles, ansiedade e, em alguns momentos, agressão. Segundo Bader Sawaia (2006, p.120) “O homem, ao defrontar-se com aquilo que não conhece e domina, perde a capacidade

de controle, fica inseguro e, muitas vezes, desesperado”. Muitas foram as cenas da realidade que retrataram essa perda da capacidade de controle nas crianças e adolescentes.

O momento da chegada precisa ser repensado e conduzido de maneira que amenize o sofrimento que a criança e o adolescente trazem consigo no acolhimento, pois conforme apontado por Silva (2002)

Independentemente das circunstâncias muito variadas que determinam a institucionalização, a entrada de uma criança em um abrigo sempre será vivida como a concretização de uma ruptura, seja do ambiente familiar ou comunitário. A criança viverá essa experiência com a insegurança de quem entra em um universo que lhe é totalmente estranho” (SILVA, 2002, p.31).

Assim, analisamos que, se o processo de individuação do ser os identificam como sujeitos, como podemos encontrar uma definição que explique a plena ausência da individualidade nesse espaço – no abrigo?

Certo dia, em 2008, uma adolescente desse abrigo disse:

Tudo bem, eu não quero ter muito, eu só queria ter o que é meu de verdade; eu não ligo de emprestar, mas é muito ruim nada ser realmente seu (...) as roupas aqui é de todo mundo, sapato é de todo mundo, armário é de todo mundo (...), fui falar com a tia (P.) e ela me disse que sou uma menina chata e egoísta e que ela tinha certeza de que na minha casa eu não tinha nada disso, se pá nem o que comer e que ainda reclamo, que eu tinha mais é que agradecer todo mundo aqui. Tia, isso não é verdade, na minha casa eu não tinha muito, faltava muita coisa, mas o que eu tinha era meu; eu quero ir embora daqui (adolescente R.C.).

Falta de individualidade, armários e pertences sendo compartilhados por todos e aniversários, que são subjetivos, sendo realizados e festejados coletivamente. Ali existiam crianças e adolescentes que ficavam felizes com as festas, mas, também, outros sujeitos que sonhavam em ter “a sua festa”.

Percebemos, ainda, nesse modelo de acolhida, que tinham muitos alimentos e de qualidade, porém servidos em horários predefinidos, ou seja, aquele indivíduo não poderia

sentir fome ou vontade fora do horário, nem optar por comer em outro momento, uma vez que existia o risco de não poder ter acesso à comida.

Indivíduos que iam para a rede pública de ensino estudar e usufruir o direito da convivência comunitária, no entanto, diferente de outras crianças e adolescentes não institucionalizadas, não podiam levar colegas ao seu lar, à sua casa.

Contudo, não podemos deixar de destacar que, quando esse sujeito social chega ao abrigo, acabou de passar por uma situação marcada de violência e está vivenciando um processo de ruptura com seu meio familiar e social.

Nesse novo momento, tem de se adaptar a novos costumes e regras, além de vivenciar um processo, que chamamos, de ‘luto social’, por tratar-se de perdas vividas que não são sepultadas e, esse sentimento, perpetua-se na vida cotidiana dessas crianças e desses adolescentes acolhidos. Esse sujeito, muitas vezes, condiciona-se ao bloqueio de amar pelo medo que o assola de perder, e, assim, acaba criando mecanismos de autodefesa: por exemplo, a troca constante de educadores (enfraquecimento de vínculo) e metodologias de trabalho (em cada novo momento de gestão), sem visar prioritariamente os sujeitos sociais dessa história.

Diante desse cenário da vida cotidiana, outro questionamento: como fazer valer a importância desses sujeitos e o respeito por eles?

Conforme Jandira Mansur (2008), também entendemos que é preciso olhar e ver além do aparente, de que o frio pode ser quente, dependendo do olhar de quem o vê. Então, compreender que cada ser é único e que assim, deve ser visto, ouvido, considerado, trabalhado e promovido. É preciso compreender que cada sujeito carrega consigo sua identidade e que esta é permanência, mas também transformação, que de acordo com Sawaia (2006, p.121) “uma concepção não anula a outra, e uma não é melhor que outra, ao contrário, a tensão entre ambas permite conceber identidade como “identificações em curso”, isto é, identidade que, ao mesmo tempo em que se transforma, afirma um modo de ser”. Assim, precisamos intensificar o nosso olhar e nosso agir no sentido de compreender verdadeiramente que essas crianças e adolescentes vivem sob a óptica de identidade em construção cotidianamente e que, segundo Heller, “a vida cotidiana é a vida do homem

inteiro, em que o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade” (1972, p.17).

O artigo 94, inciso IV do ECA reforça a necessidade de desenvolver trabalhos (ações) no abrigo, de modo a preservar a identidade do adolescente oferecer ambiente de respeito e dignidade.

Foi preciso penetrar completamente, na vida cotidiana desses adolescentes, olharmos por várias “janelas” – ângulos – para ver o que de fato existia para além dos depoimentos, das metodologias instituídas em cada momento da história do abrigo, remetermos às narrativas que foram discursadas durante a pesquisa recente do Ministério de Desenvolvimento Social – em que participamos como pesquisadora – nas falas de alguns gestores, em abordagens com a vizinhança, durante a experiência empírica vivida enquanto pudemos compor o quadro de funcionários, durante o longo período de pesquisa de campo, na observação, mas, principalmente, nas revelações vindas dos próprios sujeitos. Quantas descobertas. É o mundo que se vê, do lugar onde se está.

À história da cidade, chamamos de descobertas de interesses; à história do abrigo, chamamos de mosaico e, neste momento, denominamos, como desvendamento, as informações e as reflexões sobre identidade e cotidiano de crianças e de adolescentes que vivem no abrigo. Como identificamos esses sujeitos? A princípio, pudemos ter o apoio da canção de Luis Carlos Sá e Sérgio Magrão, interpretada por Milton Nascimento – ‘eu caçador de mim’ – para revelarmos o invisível

*Por tanto amor  
Por tanta emoção  
A vida me fez assim  
Doce ou atroz  
Manso ou feroz  
Eu caçador de mim  
Preso a canções  
Entregue a paixões  
Que nunca tiveram fim  
Vou me encontrar  
Longe do meu lugar*

*Eu caçador de mim*  
*Nada a temer senão o correr da luta*  
*Nada a fazer senão esquecer o medo*  
*Abrir o peito à força numa procura*  
*Fugir as armadilhas da mata escura*  
*Longe se vai*  
*Sonhando demais*  
*Mas onde se chega assim*  
*Vou descobrir*  
*O que me faz sentir*  
*Eu caçador de mim.*

A partir dessa canção, começamos a encontrar algumas respostas para identificar esses sujeitos que vivem sua cotidianidade em uma instituição de acolhimento.

Segundo Heller (2004, p.37), “Não há vida cotidiana sem espontaneidade, pragmatismo, economicismo, andologia, precedentes, juízo provisório, ultrageneralização, mimese e entonação. Mas as formas necessárias da estrutura e do pensamento da vida cotidiana não se deve se cristalizar em absolutos, mas têm de deixar ao indivíduo uma margem de movimento e possibilidades de explicitação. Se essas formas se absolutizam, deixando de possibilitar uma margem de movimento, encontramos-nos diante da alienação da vida cotidiana”.

O momento da acolhida, conforme pontuamos anteriormente, precisa ser repensado, precisa ser dignificado. Ele contribuirá – mesmo que não imediatamente – a apoiar a criança e o adolescente que acaba de chegar ao abrigo – a se sentir de fato protegida e respeitada. Aquela chegada, segundo depoimentos de inúmeras crianças e adolescentes, é caracterizada por um ambiente feio, frio e grande. Afirmam que o abrigo não representa, na acolhida, a confiança de proteção, mas medo.

Já, no cotidiano, faz-se preciso existir o bem estar, a confiança, a coletividade como também, a individualidade, a subjetividade e as possibilidades inacabadas. Crianças, adolescentes e jovens precisam ser preparados cotidianamente para o momento de sua saída, precisam encontrar respaldo para acreditar que são possíveis novos projetos de vida e de



futuro. As experiências vividas no abrigo reforçam a necessidade tardia de se fazer existir, efetivamente, a defesa de um novo agir, de uma instituição que seja de socioeducação.

É preciso gestores e educadores que compreendam a análise de Paulo Freire (1982) sobre ‘a importância do ato de ler’, quando ele defende que a leitura do mundo precede até mesmo a leitura da palavra, de que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de “escrevê-lo” ou de “reescrevê-lo”, de transformá-lo por meio de nossa prática consciente num movimento dinâmico, dando significação à sua experiência existencial via representação da própria realidade. Que esses educadores promovam leituras críticas, que essas crianças e adolescentes possam vivenciar a liberdade e apreender práticas transformadoras do mundo. Que haja uma nova cultura, uma pedagogia emancipatória conforme Maciel (2009) baseado no pensamento de Gramsci.

Conforme poesia de Erico Veríssimo, “a vida começa todos os dias”. Não será possível um bem sair, se esse momento não for bem planejado, se ele não ocorrer de modo gradativo durante toda a estadia dessa criança e desse adolescente em medida de proteção no abrigo. O momento da acolhida e da passagem são primordiais para despertar a confiança e para prepará-los para a vida além do abrigo. Os educadores precisam confiar em si, no seu investimento humano e, principalmente, no jovem, pois entre as descobertas desta pesquisa, pudemos perceber a insegurança e a falta de confiança, muitas vezes, vindas dos próprios gestores e educadores – devido às próprias histórias ocorridas com aqueles que já saíram do abrigo aos 18 anos de idade. Há um provérbio chinês que diz:

“se quiser derrubar uma árvore pela metade do tempo, passe o dobro do tempo amolando o machado” (Provérbio Chinês).

Muito teríamos que dissertar sobre o cotidiano do abrigo, por ser este um tema complexo, mas o tempo condicionou-nos ao possível e, nele, buscamos agregar intencionalidade.

Está na hora das amarras serem rompidas. Essas, muitas vezes, prejudicam o desenvolvimento social, humano e peculiar da criança e do adolescente que vive em abrigos e que, por muito tempo, apesar do ECA preconizar a excepcionalidade no abrigamento e provisoriedade quanto ao período de institucionalização, jamais foi respeitado, começando a ser instituindo somente agora com a lei 12010 de 2009 que, por sua vez, preconiza limite de

dois anos em acolhimento institucional, considerando assim, a importância da convivência familiar.

Podemos destacar que a lacuna temporal – de 1990 a 2009 – da não efetivação do artigo 92, inciso VIII do ECA foi um dos maiores fatores que culminou na precarização de como se têm dado as saídas de adolescentes dos abrigos, quando chega a sua maioridade civil.

Sobre abrigamento de crianças e de adolescentes para medida de proteção, o artigo 92 do ECA determina

Art.92. As entidades que desenvolvam programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;
- III – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- IV – desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;
- V – não desmembramento de grupos de irmãos;
- VI – evitar, sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;
- VII – participação na vida da comunidade local;
- VIII – preparação gradativa para o desligamento;
- IX – participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

Parágrafo único: O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

O processo de reflexão nos abrigos requer continuidade e intensidade. Faz-se preciso pensar e repensar a importância do percurso. De acordo com Gulassa (2010) “pode se dizer que o processo abrigamento-desabrigamento começa já na acolhida, na chegada ao abrigo. Segue no dia a dia do convívio – quando, de diferentes maneiras, deve-se favorecer a autonomia e a construção de um projeto de vida. Em determinado momento, os próprios meninos e meninas começam a dar sinais de que precisam de novas possibilidades”. Não podemos ver a vida cotidiana dessas crianças e desses jovens no abrigo de modo fragmentado, como se fossem, simplesmente, etapas a serem cumpridas. A preparação para o momento da

saída deve-se iniciar já no momento da chegada e preparada de maneira gradativa e responsável.

Na coletânea Abrigos em Movimento número 3 (2010) – Imaginar para encontrar a realidade – destacam-se a criação de um quadro interessante e conciso sobre a construção de vínculos e autonomia da acolhida no momento da saída:

Chegando ao abrigo	Convívio	Sinais de Mudança - Transgressão <sup>6</sup>	Saindo do abrigo	Acompanhamento
Chegar. Estar.	Conquistar ferramentas necessárias para a autonomia.	Quando os jovens começam a reivindicar para si as decisões e escolhas, por exemplo: gerir seu próprio dinheiro, horários de saída e chegada.	Quando o jovem demonstra investimento nos próprios projetos.	Rede (de sobrevivência). Relações. Inserir é sempre um movimento. Não termina. Vínculo não acaba...
Acolhida.	Resgatar capacidade de sonhar, pensar, fazer, desejar.	Questionamento e transgressão das regras. Ataque aos vínculos, aos valores do abrigo.	Quando surgem as escolhas, as parcerias, as oportunidades de trabalho, moradia etc.	Apoio mútuo, solidário.
Começo do projeto de vida.	Re-significar.	Cuidar para não endurecer ou expulsar.	Quando o jovem se sentir pronto. Emancipação como conclusão mútua.	Construindo uma (nova) família.
Vincular-se.  Confiar.  Dar-se a conhecer.		Vislumbrar novas possibilidades. Reorientar investimentos pessoais. Momento para se abrir a novos caminhos.		Localizar-se.
		Projetar. Sonhar. Pensar. Fazer.		Conquista de alternativa de trabalho/moradia.
Ir, vir, ir, vir.				

<sup>6</sup> A expressão “transgressão” significa neste trabalho movimento de oposição, questionamento, rebeldia... tantas vezes percebido na adolescência.

Tabela 1 – NECA. Coletânea Abrigos em Movimento número 3 – Imaginar para encontrar a realidade. (2010, p.15).

Portanto, analisando a tabela apresentada acima, vemos que existem possibilidades, mas para isso, faz-se preciso, primeiramente, vontade política e, sucessivamente, firmada no cotidiano, ações e novos significados. Conforme apontado por Guará:

[...] o cotidiano de um abrigo pode e deve ser o espaço de novas rotinas que permitam aos educadores e abrigados construir juntos um ambiente de crescimento pessoal, de reelaboração de sonhos e projetos de futuro, de cuidado mútuo e de aceitação das diferenças. Uma comunidade socioeducativa deve ter uma intencionalidade educativa voltada para promover competências e atitudes de cooperação e ajuda entre educadores, crianças, adolescentes e seus familiares (GUARÁ, 2006, p.71).

É sobre o momento da saída de jovens da instituição de acolhimento – abrigo – aos 18 anos de idade, que trataremos no item a seguir.

### **3.2 – O momento da partida**

*“eu tropeço no possível, mas não desisto de fazer a descoberta que têm dentro da casca do impossível”.*  
(Carlos Drummond de Andrade).

Chegamos a um momento crucial do debate, porém ainda pouco discutido frente à dimensão da questão – o momento da saída de jovens de instituição de acolhimento, modalidade abrigo, ao completarem 18 anos de idade: e agora?

Apesar da relevância do tema, podemos dizer que tanto sua inserção nos debates quanto os investimentos efetivos e afetivos para a sua promoção ainda são embrionários. Assim, entendemos que se deve provocar o debate e convidá-los para o centro da questão, pois, como diz Confúcio:

Até que o sol não brilhe, acendemos uma vela na escuridão.” Confúcio (551 a.C. – 479 a. C.), filósofo chinês.

Certo de que o montante orçamentário deve-se concentrar em áreas prioritárias do atendimento à população infantojuvenil, evitando sua pulverização por meio de ações fragmentadas e desarticuladas, mas, no caso da verba destinada ao serviço de acolhimento – Lar Escola São Francisco de Assis, é repassado para a ONG através do convênio com a Secretaria de Educação, o valor de sete milhões e duzentos mil reais anuais qual representa em média, seiscentos mil reais mensais para 165 crianças e adolescentes acolhidos, ou seja, per capita de três mil e seiscentos reais, logo, os problemas existentes nas ações desta instituição não está diretamente ligada a investimento. Temos muitos caminhos para analisar a complexidade do abrigo.

Ao focalizar a temática criança e adolescente, Oliveira apud Telles (2011, p.53) aponta, adolescentes batendo à porta de empregos que não existem. A vulnerabilidade social da criança pobre comporia uma lista interminável, desde a miséria estrutural, agravada pela crise econômica, que lança os provedores do lar ao desemprego, até a completa desfiguração do Estado, que não consegue resolver os problemas educacionais e da violência.

As formas de intervenção sobre as situações de vulnerabilidade e risco social deveriam considerar a situação das crianças e dos adolescentes na sua totalidade, reconhecendo aspectos advindos não apenas da condição socioeconômica, mas também dos modos de sociabilidade, das estruturas de pertencimento e produção de significados” (TELLES,SUGUIHIRO, BARROS, 2011, p.54)

E acrescentam:

A falta de oportunidades no âmbito da educação, trabalho, saúde, lazer e cultura cerceiam o desenvolvimento pessoal, social e profissional de jovens, já que estas são fundamentais para a ascensão social. Em um contexto onde o estímulo e a valorização dos indivíduos são escassos, as chances de mudanças sociais desaparecem, sobretudo quando o Estado, a sociedade e o mercado estão travestidos de agentes componentes, harmônicos e preocupados em oferecer espaços e oportunidades para todos (op.cit.2011:54).

Conforme pontuado anteriormente, não conseguiremos obter resultados efetivos na vida dos jovens se não houver preparação gradativa para o seu desligamento.

Para aprofundarmos nossas reflexões sobre o momento da saída de adolescentes de abrigos, precisamos entendê-lo como um momento de maturidade imposta ao adolescente, em que, muitas vezes, não estão preparados para enfrentar o novo, principalmente, quando este novo representa a sua vida num contexto diferente de tudo aquilo que sua experiência existencial pode vivenciar. Um momento em que a ausência de alguém que o acolhe e coloca-o numa rede de relacionamento capaz de lhe possibilitar margem de movimento, acolhida e proporcione a ele um lugar de pertencimento, faz falta.

Após a saída do abrigo, é preciso que, ainda haja acolhida e proteção. Esse momento, diferente do que entendemos como ideal – lugar de pertencimento – para que o jovem em sua nova fase possa sentir maior segurança, transforma-se em fatos sequenciais de tomada de decisão e o jovem não se sente preparado, nem mesmo apoiado o suficiente para ingressar e ser responsável por sua própria sobrevivência.

Os jovens sentem medos que transitam entre todos os aspectos elencados no caderno 3 – Imaginar para encontrar a realidade – que são eles:

- Medo de enfrentar um terrível preconceito em relação a ele mesmo. Preconceito, inclusive, por ter passado pela instituição;
- Medo de enfrentar o desafio da exclusão-inclusão;
- Medo de enfrentar a solidão;
- Medo de não conseguir manter-se financeiramente.

Assim, se não houver boa passagem durante o abrigamento e preparação adequada e gradativa para o seu desabrigamento, dificilmente esses jovens conseguirão ver e viver sua saída de forma mais esperançosa, deixando de receber a proteção institucional para serem os responsáveis por si mesmos, por suas escolhas e desafios cotidianos.

Se resgatarmos em nossas memórias a chegada de nossos 18 anos, perceberemos o quanto é difícil esse momento na vida de um jovem se tiver que tomar decisões que os remete a ser responsável por si sem ter por perto o apoio ou mesmo a presença de pessoas com quem mantemos uma rede de relação, um lugar para onde voltar no final de cada dia, pessoas com quem possamos contar, mesmo que somente na condição de ouvintes.

Aos 18 anos, quem erámos, o que fazíamos, como pensávamos e como estavam elaborados nossos projetos de vida? Qual seria o significado para cada um de nós, se fosse imposta nossa saída de casa, naquele momento, para assumirmos sozinhos todas as responsabilidades? É, apesar de adolescentes de diferentes classes sociais verem a idade de 18 anos como início de uma nova fase ligada à liberdade de escolha, esse não é um desafio fácil de ser enfrentado. Você acaba descobrindo que a existência de uma rede é essencial e que, por mais que a liberdade seja almejada por jovens, ainda precisamos dessa rede de pertencimento – moradia, sustento, afeto, acolhida etc – para nos mantermos e até para podermos alimentar projetos de vida futura a serem assumidos, anos depois, quando, de fato – cada ser em seu tempo – adquirimos nosso estágio de maturidade e de preparação para uma vida autônoma. Mesmo assim, descobrimos o quanto é fundamental sentirmo-nos pertencentes a determinados grupos que nos amparam de diferentes formas – isso é não estarmos sozinhos.

O abrigo pode ser para esses jovens um lugar de pertencimento, deve estar aberto e pronto para atender a esse jovem após seu egresso, mas, ao contrário disso, fecham-se as portas para eles, quando não pertencem mais ao grupo inserido na medida de proteção.

Durante a pesquisa, um dos sujeitos (o adolescente I.) nos disse:

Eu não quero festa de 18 anos aqui no abrigo, quero vazar pouco antes, porque eu sei que quando eu apagar a vela do bolo dos 18 anos é porque meu prazo de permanência acabou e eu terei que lutar sozinho a favor de mim mesmo sem saber se vou conseguir ou não. Não vejo que as pessoas estão aqui realmente preocupadas com o que vai acontecer comigo depois.

É séria e complexa essa discussão, pois não apenas para esse jovem, mas também, para muitos outros que pude abordar no percurso da pesquisa e, também, durante minha passagem como assistente social desse abrigo. Para eles, significa que, quando chega o momento de apagar a velinha do bolo dos 18 anos é que o “prazo de validade venceu”. É cruel, mas esse é o significado que pudemos captar – é o momento da partida do abrigo para uma condição que desconhece e que causa medo. Atravessar o portão do abrigo e, infelizmente, sucumbir ao que lhe resta, ao que a vida lhe oferece. Muitas vezes são sucumbidos pelo capitalismo e seduzidos pelo tráfico. Dessa forma, para muitos, chega precocemente.



De acordo com Costa (2006), a autoconsciência é a dimensão da identidade. Diz que, no pórtico do Templo de Apolo, em Delphos, já estava escrito: “Conhece-te a ti mesmo”. Então, o autor questiona: o que é autocompreender-se?

Percebemos, assim, o quanto é importante a autoconsciência nesse processo de mudança que é imposta ao jovem. Costa diz que a compreensão não é apreensão de alguma coisa apenas pela dimensão racional do ser humano (logos). Compreender é diferente de se ter uma explicação racional de algo. Nesse sentido, o ato de compreender envolve as dimensões do sentimento (pathos), do instinto (eros) e da espiritualidade (mytho). Por isso, afirma que a compreensão não pode ser reduzida a um conhecimento intelectual, pois a compreensão abrange o ser humano em todas as suas dimensões coconstitutivas (logos, pathos, eros e mytho). Diz que explicar é uma tarefa da razão, que racionaliza, logo, compreender torna-se uma tarefa que remete a uma tarefa do ser em sua totalidade, complexa e irreduzível. Costa acrescenta em suas reflexões que

Autoaceitar-se é o ato pelo qual a pessoa diz sim a si mesma, não mediante o conhecimento, mas o (re)conhecimento de suas forças e de suas limitações. O (re)conhecimento das suas forças a leva a ter consciência dos pilares em que se apoiar para decidir e agir. O (re)conhecimento das limitações leva à humildade de procurar ajuda, de não se bastar a si mesma, de aprender a necessidade do trabalho em equipe. O ser humano cresce e amadurece quando aprende a assumir a sua essencial incompletude (COSTA, 2006, p.94).

Quanto à autoestima, o autor afirma que essa é a base do aprender a conviver, que o encontro consigo mesmo é condição para o encontro com o outro. Porém, diante de processos contínuos de perdas e rupturas que crianças e adolescentes enfrentam no interior desses abrigos que compõem o Lar Escola São Francisco de Assis, torna-se invisível a existência de autoestima dos mesmos. Vemos adolescentes sofrendo com a falta de boas oportunidades de vida, culpabilizando-se pela condição vivida e não tendo projeções de uma vida melhor, principalmente, ao se desligarem da instituição que é, para a maioria deles, a única possibilidade que provisoriamente possuem. COSTA (2006, p.94) acrescenta “para ter a sensação de que tem valor para si mesma (amor próprio), ela precisa ter certeza de que tem valor para alguém”.

Somente quando esse jovem reconhece que tem força é que uma autoconfiança autêntica começa a surgir. Surge quando ele percebe que, apesar de vivenciar momentos de insegurança e medo decorrentes das mudanças em sua vida, precisará ser autônomo e manter-se em todos os aspectos que envolvem a sobrevivência humana, tendo que ser responsável por si mesmo, ter pertencimento, de que pode contar com apoio para enfrentar desafios, vencer dificuldades e realizar seu projeto de vida, de presente e de futuro.

Ser autoconfiante é saber-se dotado de pilares interiores, é ter a disposição sadia de, quando em situação de confronto com dificuldades, desafios e adversidades, apoiar-se, primeiro, em suas próprias forças, reconhecendo, porém, que, se necessário, é preciso buscar ajuda externa (COSTA, 2006, p.95).

Esses jovens não encontram o apoio de que precisam após seu desabrigo. O aluguel social por tempo determinado – benefício social municipal – é um suporte que, por si só, não corresponde às reais necessidades do jovem ou à totalidade de apoio de que precisam.

De acordo com Gulassa

O grande apoio na saída é a rede na comunidade e no próprio abrigo. Ninguém sobrevive sozinho e toda a rede de apoio construída dentro do abrigo e da comunidade deve estar e se manter presente também na saída. O adolescente pode contar com as amizades de outras crianças e de adultos feitas no abrigo. Assim, há a possibilidade de se reavincular, sem o medo do abandono e de rupturas abruptas (GULASSA, 2010, p.35).

No caderno abrigos em movimento 3 – Imaginar para encontrar a realidade, Gulassa e Lopes (2010) apresentam ferramentas essenciais para a saída do abrigo, entendendo que, no processo de saída, algumas posturas podem ajudar a equipe e o jovem a transformar esse momento em oportunidade de uma nova fase de vida. Essas ferramentas estão na tabela que se segue.

➤Cultivar em cada jovem o desejo de “ir para o mundo”, poder experimentar, errar, voltar.
➤Investir no conhecimento e na profissionalização. Frequentar a escola, fazer cursos profissionalizantes e ter um trabalho remunerado ao sair do abrigo. São várias as possibilidades: investir no empreendedorismo e cooperativismo; procurar programas de <i>trainee</i> , estágios, empregos; apoio para negócio próprio.
➤Estimular sua instrumentalização em atividades básicas: saber tirar documentos, fazer um currículo, preencher uma ficha de emprego, participar de uma entrevista seletiva.
➤Criar uma rotina que favoreça o exercício cotidiano de autonomia e responsabilidade dentro do abrigo. Os jovens devem assumir a administração da casa, revezar-se nas tarefas, e as jovens devem assumir o cuidado de seus filhos.
➤Fazer um trabalho de “educação financeira”. Com que gastar o dinheiro? Onde comprar? Como economizar? Os jovens são estimulados a começar a fazer uma poupança.
➤Fortalecer redes entre os próprios jovens. Incentivar e apoiar vínculos de afeto e solidariedade.
➤Acionar e fortalecer redes de apoio na comunidade – com os amigos, com os vizinhos, os serviços públicos locais, espaços comunitários etc.
➤Retomar a rede familiar – recriar ou fortalecer vínculos com o pai, mãe, irmãos, tios, tias, primos, avós, avôs.
➤Proporcionar o contato entre os jovens residentes e os que já saíram do abrigo. Organizar encontros, rodas de conversa, para ajudar a desfazer medos e fantasmas, saber das dificuldades reais e, ao mesmo tempo, das possibilidades. Eles discutirão o que está dando certo e quais as possibilidades da vida lá fora.
➤Intensificar as conversas entre a equipe e o jovem. Falar dos medos, das possibilidades, antecipar problemas, planejar alternativas, preparar o jovem para enfrentar o mundo.
➤Entender os sentimentos conflituosos, presentes em todo momento de mudança: o apego, o medo do novo, o medo da solidão, a tristeza, a saudade, a dependência. Falar sobre estes sentimentos traz a possibilidade de encará-los para transformá-los, tanto no jovem que sai, tanto na equipe e nos jovens que ficam.
➤Garantir espaço de formação/supervisão para a equipe a fim de que trabalhem os processos de separação. Se algumas saídas podem ser bicotadas pela própria equipe ou pelos jovens, outros casos, muito difíceis podem trazer alívio, acompanhado de culpa. A supervisão permite entender estes momentos e preparar-se para não ter medo do envolvimento, nem da separação.
➤Manter o vínculo entre o jovem e o abrigo, manter as portas abertas, permitir que ele volte e tenha este grupo como referência.

Tabela 3: Abrigos em movimento - Caderno 3: Imaginar para encontrar a realidade – p.36.

Olhando para essas ferramentas, conseguimos imaginar o quanto cada uma pode ser significativa na busca pela diferença do que se tem hoje na vida de jovens que estão saindo ou sendo preparados para uma futura saída do abrigo, bem como o quanto contribuem enquanto apoio aos que já partiram ao completarem a maioridade civil e serem desabrigados. Esses jovens precisam encontrar no mundo de fora uma rede sem teias.

É momento de sair, é como se existisse, de fato, um “prazo de validade”. O que se vê além dos muros? E o que se tem realmente fora dele?

Os resultados não foram aqueles que gostaríamos de termos vistos, ‘o sentar numa guia de calçada e esperar a morte chegar’, como nos apontou um adolescente nas prévias de completar 18 anos, após anos de abrigamento. Ele mostrou que 5 meses depois desse atendimento, chegado o momento de sua saída, as ações não foram efetivas e que o percurso do mesmo na instituição de acolhimento foi inoperante, que não houve, de fato, a preparação gradativa para que esse momento despertasse nele a possibilidade de, ao menos, pensar diferente, de tentar viver uma vida fora do abrigo, com autonomia e mais segurança, com um projeto de vida capaz de contribuir com o novo momento, mas ao contrário, a história e os desvendamentos mostraram-nos que esse adolescente, hoje um jovem, esteve na condição permanente de assistido – tutelado – e hoje, ele vive, entre novos muros, num novo processo segregacionista, encarcerado num presídio, também situado em sua terra natal: Santo André.

Um dos slogans da cidade foi: Santo André – a cidade de todos! Será?

Concordamos que houve jovens que tiveram oportunidades fora do abrigo após sua maioridade civil, entendemos que aderiram a projetos e oportunidades advindas de apoio de educadores e até da comunidade, mas não podemos fechar os olhos para vários outros fatores que também interferem nessas adesões e que um deles é como o adolescente é tratado desde o seu acolhimento até o momento da partida: rótulos, preferências, histórico sociofamiliar, diferenças entre eles quanto ao tratamento que recebiam, entre outros que, com certeza, estiveram, de diferentes formas, presentes de tempos em tempos, promovendo alguns e alienando, manipulando, cerceando e tutelando muitos outros.

Sobre os outros, durante o longo período de pesquisa, nós tivemos notícias, encontram-se em presídios, em cemitérios, em hospitais, perambulando e mendigando pelas ruas da cidade.

São reflexões duras, mas não com a pretensão de somente destacar as falhas cometidas durante anos de instituição de acolhimento, mas para despertar que não é possível mudar o começo, mas se quiserem, podem mudar o final dessas histórias, como a de

➤ L.F. – abrigado por motivo de negligência, viveu no abrigo por 2 anos e assassinado aos 17 anos de idade, quando se evadiu do abrigo (em 2009);

- R.M – abrigado por motivo de negligência, viveu no abrigo por 12 anos e detido 2 meses depois de ter saído do abrigo por maioridade civil (em 2006);
- E.S. – órfão, viveu com uma madrinha e abrigado por motivo de negligência, foi detido 4 meses depois de ter saído do abrigo por maioridade civil (em 2010);
- J.C. – abrigado por motivo de negligência, viveu como morador de rua, mendigando nos faróis assim que saiu do abrigo por maioridade civil (em 2008);
- D. F. – abrigada ainda criança por motivo de orfandade, viveu muitos anos no abrigo. Hoje está vivendo sob as ordens de um traficante para ter moradia (evadiu-se do abrigo 3 meses antes de completar a maioridade civil, deixando para trás sua filha de 2 anos de idade);
- A. M. – Abrigado por motivo de negligência, chegou ao abrigo com 2 anos de idade, permanecendo até completar 18 anos de idade. Não conseguimos o contato com o mesmo, mas colegas e alguns educadores dizem que ele ainda não tem moradia fixa, não usou o aluguel social e ainda não se organizou para uma vida longe do abrigo. Técnicos, educadores e gestores diziam “este é filho do abrigo”;
- G. S. – Abrigado por motivo de negligência, recebia visitas frequentes da avó materna, ainda no abrigo cometeu ato infracional, passou um período na Fundação Casa e, ao sair, pouco tempo depois foi assassinado;
- A.R. – Abrigado por negligência, na segunda vez que foi acolhido em abrigo, permaneceu durante 8 anos, saindo aos 18 anos de idade. Não foi recebido pela mãe, morou alguns meses com um primo e logo foi detido por um furto cometido. Esse foi o adolescente que meses antes de completar a maioridade civil, ao ser questionado sobre suas perspectivas após sair do abrigo, disse que sentaria na guia de uma calçada para esperar a morte chegar;
- E. – Abrigado na época por motivo alegado de negligência, viveu no abrigo desde os 2 anos de idade, saindo somente ao completar a maioridade civil. Teve uma história institucional marcada por tutela e benemerência. Sua família desapareceu durante os anos em

que esteve abrigado e localizada somente no ano de 2008. Em 2010, ao completar 18 anos de idade, a gestão que estava a frente do abrigo, levou-o para viver com os familiares. Aculturado e não resistindo, retornou ao município de Santo André – sua terra natal – e tornou-se morador de rua. (Há relatos de que não encontrou apoio no abrigo ao retornar).

Podemos considerar, aqui, que a dívida social tem sido avassaladora em relação às crianças, aos adolescentes, aos jovens, às famílias pobres e que já se faz tarde o reordenamento que preconizam as legislações a partir de 1988, pois a Constituição Federal tem 23 anos e o Estatuto da Criança e do Adolescente, 21 anos de idade.

A LOAS também se aproxima de seus 18 anos. Não o bastante, em 2004, o SUAS traz-nos como matricialidade sóciofamiliar a centralidade de atendimento na família. É nela que todos os esforços e investimentos reais precisam existir e fazer-se efetivamente valer.

Depois de 19 anos, crianças e adolescentes passam a ser sujeitos de direito com o nascimento do PNCFC/2006 – hoje com 5 anos – não parando por aí, em 2009, surgiu a lei 12010, que entre seus artigos, enfatiza a permanência máxima de dois anos em acolhimento institucional, rompendo com a cultura de que o abrigo é o melhor lugar para a criança e assim, mantendo-a por longos anos.

Parece que começou a funcionar o que se faz tarde, o direito à convivência familiar e comunitária.

A presente pesquisa não objetiva analisar somente por um viés carregado de críticas, mas vai além, a partir das descobertas e do olhar para os sujeitos, certifica-se de que é preciso pensar e visualizar cada etapa dessa história que deixou marcas significativamente negativas, a fim de provocar a todos para um novo despertar e deixar desafios aos que estiverem ou vierem a assumir a instituição de acolhimento: “Quem sabe faz a hora, não espera acontecer” (Geraldo Vandré).

Não existe uma solução pronta e acabada para a saída, mas existem possibilidades. Para tanto, é preciso avançar nos discursos, parar com o faz de conta com que ações têm sido realizadas e começar a entender o abrigamento como um processo em curso, em que as intervenções precisam tecer o acolhimento, a estadia e a saída conjunta e sequencialmente.

Como já pontuamos anteriormente, o ECA existe há 21 anos e desde seu surgimento já preconizava a importância e a necessidade da preparação gradativa para o desacolhimento institucional.

Nesse sentido, reafirmamos as contribuições da autora Isa Guará que aponta a necessidade de reflexão sobre um novo significado a assumir no cotidiano de um abrigo. A autora também enfatiza a necessidade de um novo significado, que poderá emergir nos resultados necessários, e apontados no decorrer deste estudo: autonomia, desenvolvimento e independência dos protagonistas (crianças e adolescentes), contudo, preparação gradativa e efetiva para a vida de jovens fora do abrigo

*Num contexto institucional de característica residencial, o cotidiano ganha novo significado. É possível refletir sobre uma pedagogia em que o espaço da prática educativa diária afirme sua potencialidade como produtor de saberes que podem ser capturados para reorganizar o presente e pautar o futuro. Portanto, uma comunidade de socioeducação e de cuidado deverá buscar, no invisível do cotidiano, novos significados e competências, com base nas histórias reais, mesmo nas que remetem esses indivíduos a perdas e dores. Será a partir delas que o grupo, e cada um em particular, poderá fazer emergir o desejo de planejar uma nova história (GUARÁ, 2006, p.65).*

Não vemos mais a possibilidade de omissão, de calar-se diante da realidade vivida, no interior dos abrigos – referimo-nos a abrigos porque percebemos no decorrer das abordagens realizadas pelo MDS em parceria, com a Fio Cruz, sobre o levantamento nacional de crianças e adolescentes institucionalizadas. A preocupação, dos abrigos, em apresentar uma realidade que nitidamente não condiz com as expressões dos sujeitos e, também, em muitas falas de técnicos que chegaram a declarar, sobre a preocupação das informações fornecidas, temendo algum tipo de punição institucional futura – se não ouvirmos as vozes de quem vive a condição, não teremos como falar que efetivamente está havendo reordenamento.



#### *CAPÍTULO IV:*

##### **E AGORA?**

**O significado do momento da saída de adolescentes ao completarem 18 anos de idade de instituição de acolhimento**

*“é hora de dar voz ao silêncio, de dar vida à história”. (José de Souza Martins).*



“Mande notícias do mundo de lá  
 Diz quem fica  
 Me dê um abraço, venha me apertar  
 To chegando  
 Coisa que gosto é poder partir  
 Sem ter planos  
 Melhor ainda é poder voltar quando quero  
 Todos os dias é um vai e vem  
 A vida se repete na estação  
 Tem gente que chega pra ficar  
 Tem gente que vai pra nunca mais  
 Tem gente que vem e quer voltar  
 Tem gente que vai e quer ficar  
 Tem gente que veio só olhar  
 Tem gente a sorrir e a chorar  
 E assim chegar e partir  
 São só dois lados da mesma viagem  
 O trem que chega é o mesmo trem da partida  
 A hora do encontro  
 É também despedida  
 A plataforma dessa estação é a vida desse meu lugar  
 É a vida desse meu lugar  
 É a vida”.

(Milton Nascimento e F. Brant).

Este capítulo apresenta os depoimentos de adolescentes que, ao completarem 18 anos de idade, serão desligados da instituição de acolhimento – abrigo – e o significado atribuído por eles ao processo vivenciado que culminará em uma nova condição de vida.

Assim, este capítulo traz, entre seus objetivos, verificar as hipóteses existentes nesta pesquisa; responder a pergunta central desta dissertação e contribuir, enquanto instrumento de reflexão, para a criação de novas metodologias para a preparação gradativa do momento do desacolhimento institucional, a partir dos significados do desligamento atribuídos pelos próprios sujeitos que vivenciam esse processo.

As hipóteses existentes nesta pesquisa são:

➤ As metodologias aplicadas nos diferentes momentos históricos do Lar Escola São Francisco de Assis – por constantes e diferentes organizações e gestões, que não propuseram e efetivaram ações de continuidade e respeito às peculiaridades e histórias dos sujeitos, não

tendo olhar nem ação que possibilitassem sua preparação gradativa para o momento de sua saída do abrigo;

➤ Sem a existência ou a efetivação de projeto pedagógico claro e capaz de atender às reais necessidades de sua demanda – neste caso, os adolescentes – colocando-os num novo momento de suas vidas, longe do abrigo, na condição de juventude desprotegida e sem autonomia para dar conta de respostas que a vida fora da instituição exige.

Já a pergunta central desta dissertação – que se destaca indiretamente desde o título da obra: “O significado do momento da saída de adolescentes de instituição de acolhimento ao completarem a maioridade civil: e agora?”, que transitou durante todo o processo de envolvimento e desenvolvimento deste estudo é:

➤ Tendo como ponto de partida os significados atribuídos pelos sujeitos da pesquisa, que fatores objetivos e subjetivos podem contribuir para que se alcance melhores condições de preparação para o processo de saída de adolescentes de uma instituição de acolhimento - abrigo?

Segundo Martinelli (1999, p.23), a realidade do sujeito é conhecida a partir dos significados que por ele lhe são atribuídos.

Esta pergunta valoriza os significados de vivências para os sujeitos, considerando-os em uma relação entre a particularidade dos mesmos e a universalidade dos sujeitos que vivenciam a mesma situação – como um indicador de significados possíveis dessa universalização.

No contexto da intencionalidade deste estudo de contribuir, para reflexões em relação ao tema, deixamos os seguintes questionamentos para os quais esta dissertação buscou “abrir caminhos” para possíveis respostas – mesmo que inacabadas...

- Que espaços são esses (abrigos)?
- O que esses espaços promovem além do aparente (do imediato)?
- Quem são os sujeitos dessa história (tantas vezes invisíveis)?
- Como vivem e como se revelam?

- Como chegam no momento da saída?
- e agora?

Por tratar-se de pesquisa qualitativa, não houve necessidade de abordar um grande número de sujeitos. Conforme apontado por Martinelli (1999) “[...] temos a possibilidade de compor intencionalmente o grupo de sujeitos com os quais vamos realizar a pesquisa”. Sobre este tipo de pesquisa a autora nos diz:

[...] tem por objetivo trazer à tona o que os participantes pensam a respeito do que está sendo pesquisado, não só a minha visão de pesquisador em relação ao problema, mas é também o que o sujeito tem a me dizer a respeito (MARTINELLI, 1999, p.22).

Nessa fase principal da pesquisa, o método utilizado para as abordagens foi a história oral que, segundo Verena (2005, p.24) “exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim. É essa visão de mundo que norteia seu depoimento e que imprime significados aos fatos e acontecimentos narrados”.

Portelli (1997) complementa essa compreensão dizendo que os depoimentos orais “nos contam menos sobre eventos que sobre significados, que sempre lançam nova luz sobre áreas inexploradas da vida diária das classes não hegemônicas”, ou seja, no caso desta dissertação, de adolescentes que vivenciam as prévias do desacolhimento institucional.

Quanto aos procedimentos para a apreensão dos significados, eles foram precedidos de uma organização que teve por referencial as categorias analíticas do método dialético: a totalidade, a história e a contradição.

Foi um processo longo, marcado por diversos encontros com cada sujeito, onde aconteceram momentos - na abordagem previamente agendada com cada um deles - em que pediram para remarcar por não se sentirem tranquilos para relembrar alguns fatos de sua vida e, outros momentos nos quais o próprio pesquisador identificou que o adolescente não estava confortável para falar sobre determinados eventos de sua vida. Assim, algumas vezes mudamos o roteiro e, outras vezes reagendamos.

A escolha dos sujeitos ocorreu em razão da pesquisadora haver trabalhado durante dois anos com adolescentes no abrigo que é o espaço da atual investigação. O primeiro sujeito foi indicado por gestores do NECA (2010) e os outros dois foram escolhidos pela própria pesquisadora em função de seu trabalho no abrigo. Isto permitiu um conhecimento melhor dos sujeitos. De acordo com Martinelli (1999) é condição importante da pesquisa o conhecimento dos sujeitos

Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer as pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante (MARTINELLI, 1999, p.22).

Vale destacar que pretendíamos realizar a pesquisa com outros adolescentes que saíram nos últimos três anos do abrigo, mas muitas dificuldades foram encontradas, o que nos impossibilitou a abordagem – alguns casos foram apresentados no capítulo anterior desta dissertação. Nas tentativas de abordagens para a ampliação de sujeitos para esta pesquisa, pudemos, de modo informal, ter notícias de jovens que, durante esse período, saíram da instituição ao completarem 18 anos de idade, cujas informações contribuíram para análises constantes nesta dissertação.

A apresentação dos depoimentos colhidos se fez a partir das informações coletadas nas entrevistas de modo a obter três blocos de questões, sendo eles:

- O primeiro, referente a dados e lembranças sobre a infância e sobre o processo que culminou no acolhimento institucional – abrigo – para medida de proteção;
- O segundo, conhecer e analisar o cotidiano desses adolescentes no abrigo, com ênfase nos impactos provocados pelas metodologias aplicadas na vida de cada um dos sujeitos;
- O terceiro, responsável por analisar o processo do desligamento institucional – a preparação gradativa para o momento da saída por motivo de maioridade civil, e os significados atribuídos pelo próprio sujeito;

Sobre os diversos momentos da pesquisa com os diferentes sujeitos, consideramos importante destacar que, antes de darmos início às entrevistas e depois de termos recebido as autorizações dos gestores do abrigo (NECA e posteriormente, Instituto Brasil Novo) em

realizarmos a pesquisa naquele universo e com esses sujeitos, fomos em cada casa lar explicar sobre o objeto da pesquisa, apresentar as necessidades advindas da mesma quanto as disponibilidades e local reservado para a ação, bem como, abordamos cada sujeito para apresentar o projeto e solicitar a adesão deles enquanto sujeitos da pesquisa.

#### **4.1 Apresentando os sujeitos da pesquisa**

Neste capítulo, apresentamos depoimentos de jovens de 17 e 18 anos de idade que, no decorrer do percurso desta pesquisa, vivenciaram ou ainda estão vivenciando os momentos prévios de sua saída da instituição de acolhimento, por motivo de sua maioridade civil.

Dentre os três sujeitos entrevistados, dois são do sexo masculino e, uma, do sexo feminino. Para preservar a identidade dos sujeitos, não serão apresentados seus nomes, pois, conforme combinado com os mesmos (bem como, definido no projeto de pesquisa apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da PUC São Paulo) usaremos apenas suas iniciais.

Destacamos, a seguir, o perfil dos sujeitos.

O primeiro sujeito desta pesquisa é um adolescente do sexo masculino que, no decorrer deste trabalho denominamos I. Ele completou, no dia 28 de setembro de 2010, 18 anos. Quando realizamos a abordagem, estava com 17 anos e 10 meses, restando apenas 2 meses para o seu desligamento da instituição. Morava numa casa-lar onde viviam apenas adolescentes do sexo masculino.

I foi acolhido por duas vezes, sendo que a segunda vez aconteceu 6 meses antes do momento da abordagem, ou seja, no início do ano de 2010. Ao realizar pesquisa documental, por seu prontuário, constatamos que, no termo de acolhimento, consta que o adolescente foi abrigado por motivo de negligência familiar, mas, durante os momentos em que o próprio sujeito nos relatava sobre sua chegada ao abrigo, ele detalhou como se deu de fato esse processo.

Inicialmente, falou com tranquilidade e segurança sobre sua história de vida, mas, quando seus relatos se aproximaram da realidade vivida em seu contexto familiar, demonstrou, com clareza, aspectos subjetivos (tristeza, rancor, saudade) que, a princípio, não assumia existir.

Salientamos que, embora I. tenha 2 irmãos (nenhum em medida de proteção no abrigo, nem coabitando com sua família de origem) eles nunca o visitaram. No período de acolhimento, I. não costumava receber visitas de familiares, mesmo havendo autorização judicial para recebê-las.

O segundo sujeito da pesquisa é outro adolescente do sexo masculino, que chamaremos de V. V. está com 17 anos de idade e completará 18 anos no dia 2 de outubro próximo.

Mora numa casa-lar constituída somente para adolescentes do sexo masculino – a mesma em que residia o adolescente I. Durante seu tempo de permanência em acolhimento, passou por várias casas-lares, nas quais, cada uma tinha sua própria característica e, de modo geral, se diferenciavam bastante.

Está acolhido há quase dez anos e, em seu termo judicial de acolhimento consta que foi abrigado por motivo de negligência. No ano de 1991, quando foi abrigado, não foi sozinho, mas acompanhado de dois irmãos – que não estão mais no abrigo – sendo um irmão, dois anos mais velho que ele e uma irmã, quase quatro anos mais velha. O primeiro saiu do abrigo ao completar a maioridade civil no ano de 2010 e a outra, saiu em meados de 2005, antes de completar seus 18 anos de idade, por motivo de evasão, e nunca mais retornou.

Relatou-nos em diversos momentos da pesquisa o quanto significa para ele, os acontecimentos e os desfechos de sua história de vida e, ao revelá-los, demonstrou o quanto é afetado por eles. É uma história repleta de revelações onde o sujeito nos afirma que ficaram marcas profundas – ele se emociona ao narrar – e diz que essas marcas estão apenas ligadas aos fatos que o levaram ao acolhimento institucional, mas estão também no seu cotidiano no abrigo ao longo dos dez anos que ali vive. Acrescenta dizendo que tudo isso tem se refletido nas prévias do seu desligamento por maioridade civil. Refere-se principalmente aos resultados

da saída de seus irmãos biológicos e de colegas, com os quais vivera como irmãos neste espaço institucional: a irmã está vivendo sem uma residência fixa e o irmão encontra-se preso.

O terceiro sujeito da pesquisa é uma adolescente do sexo feminino, ao qual denominaremos de R. R. tem 17 anos de idade e completará 18 em setembro próximo.

Mora numa casa lar do Abrigo São Francisco, composta predominantemente por crianças – é a única adolescente da casa. Antes de ir para essa casa, morou, por um longo período, em outra casa lar que abrigava adolescentes do sexo feminino. Não soube explicar o motivo que levou a essa mudança.

Está acolhida há pouco mais de três anos – no ato de seu acolhimento a pesquisadora ainda atuava no abrigo e foi quem a acolheu e a acompanhou profissionalmente por um determinado período.

Foi acolhida por motivo de abuso sexual cometido por seu pai não biológico (o homem que a acolheu com poucos meses de vida no momento de sua orfandade). Não possui irmãos no abrigo e sua história (apesar dos 17 anos de vida) é composta por muitos fatos e acontecimentos – ora difíceis de serem reconstituídos e/ou compreendidos – mas também, assim como as histórias dos demais sujeitos desta pesquisa, é repleta de significações.

#### **4.2- Da infância ao acolhimento**

Depoimento do sujeito I:

*Nasci aqui mesmo em Santo André, meus pais são separados, vivi com eles – juntos – até meus cinco anos de idade. Me lembro que a gente morava no Jardim do Estado, numa casa alugada. Aconteciam muitas brigas entre eles, mas até então, comigo estava tudo bem, eles me tratavam bem. Meu pai era carinhoso comigo, nós brincávamos juntos. Normalmente, era a minha mãe quem iniciava as brigas, até que um dia meu pai decidiu ir embora de casa e logo, começou a morar com outra mulher.*

*A partir daí minha vida começou a virar um inferno porque parecia que minha mãe descontava em mim sua raiva. Acho que o meu abandono começou ali, mesmo estando junto*

*dela. Aos nove anos, minha mãe me agrediu fisicamente - na verdade, me espancou - tenho certeza que sua intenção era a de me matar. Com isso, alguém denunciou-a e eu fui abrigado pela primeira vez, aqui mesmo no lar São Francisco. Eu chorava mais ainda, nossa! Ainda me lembro como era horrível o lugar e o medo que eu sentia de estar aqui[...] os dias iam se passando e nada mudava, tudo continuava a ser ruim e a me fazer muito mal. Até que tive a chance de fugir. Mas como eu era muito criança, me perdi e fiquei perdido durante dois meses. Na rua, ninguém se importava comigo, ninguém queria ajudar. Isso, porque sou louro dos olhos verdes, imagina se não fosse! Fui localizado por um conselheiro tutelar que me levou para outro abrigo daqui da cidade, o Lar Ebenezer.*

*Meu pai, quando descobriu, assumiu minha guarda. Então eu fui morar com ele e com a minha madrasta, chamada Adriana. Ela era muito legal comigo, mas alguns anos depois, eles se separaram e meu pai passou a morar com a Rose – ela tinha um filho. Nisso, ela descobriu que eu era “gay” e passou a me tratar com muita indiferença, com preconceito. Ela tratava com carinho e regalias o seu filho que tinha dez anos e eu, com maus tratos, além de colocar meu pai contra mim. Meu pai dizia que aceitava minha opção sexual, mas me mandou morar com minhas tias no interior. Fiquei lá por seis meses e voltei – eu já estava com 15 anos. Pouco tempo depois, meu pai foi preso - prefiro não falar sobre isso - então, fui morar de novo com minha mãe.*

*A partir dali, descobri que minha mãe não só não gostava de mim como me odiava. Ela tinha virado crente e por eu ser gay as brigas aumentaram ainda mais. Nos momentos de muitas brigas, os vizinhos se intrometiam e me acusavam de mau tratar minha mãe, achavam que era eu quem queria agredi-la. Na raiva, eu saía de casa e ficava dias na casa do meu namorado. Pensava: quando meu pai sair da cadeia, tudo vai melhorar, eu vou voltar a morar com ele e ser feliz de verdade.*

Neste momento da pesquisa, quando ainda ouviríamos sobre o processo de seu recente acolhimento institucional – pela segunda vez – mudamos o contexto da abordagem porque o adolescente começou a falar sobre sua sexualidade, colocando-a como aspecto importante de sua vida, ao mesmo tempo em que, apontava este fato como um dos motivos que não possibilitou a sua reconciliação com sua genitora ao retornar para a casa dela, quando ele tinha quinze anos.



O adolescente I é muito instruído, comunica-se muito bem e nos surpreende com sua narrativa sobre estereótipos colocados pela sociedade – esta é exatamente a expressão utilizada por ele ao tratar das formas de preconceitos que existem e que ele sofre.

Relatou-nos:

*Namoro há três meses com um garoto chamado B., estou curtindo meu namoro e a companhia dele: hoje é a única pessoa que tenho. Não descobri minha homossexualidade com ele. Já namorei vários garotos. Acho que tudo começou mesmo quando eu tinha 8 anos de idade e já tinha atração por outros moleques. Foi quando, na escola, um garoto de onze anos me pegou no banheiro e ali eu tive minha primeira relação sexual. Depois disso, meu interesse por outros garotos despertou ainda mais e eu, anos depois, conheci o D. de quinze anos, um ano mais novo do que eu e começamos namorar. Ele foi minha paixão. Por ele eu fazia qualquer coisa. Aliás, ainda sou apaixonado por ele. Hoje, com o B. gosto de sair para as baladas. Ele faz trabalhos como transformista numa boate e eu comecei a fazer. Gosto muito desses momentos, fico linda de mulher. Aqui na casa eu não posso trazer meu namorado e além de tudo, as tias tentam me impedir de ir até a lan house para eu me justificar pra ele quando não posso ir porque atrasei meu horário de chegada na casa. É claro que eu sofro muito preconceito, mas quem não sofre? Você acha que eu sofro preconceito só por minha homossexualidade? A sociedade cria estereótipos que devem ser seguidos a risca e quem foge deles não se enquadra no que é bom ou no que, para eles, é certo. Sofro preconceito também por ser um garoto de abrigo. Parece que cometi algum mal muito cruel para a sociedade. Algumas pessoas me veem como coitado e outros, como marginal. Você sabe que os negros, os mendigos, os obesos também sofrem com o preconceito. Me lembro ainda que minha mãe tinha preconceito com uma vizinha só porque ela era separada do marido. Parece que ninguém está nem aí com o que você sente, se sofre por isso.*

O adolescente, aos 17 anos, quando ainda morava com a mãe, conseguiu um trabalho informal num salão de cabeleiros em Santo André e ali teve a oportunidade de aperfeiçoar o que sabia sobre cabelos – escova e chapinha – e foi estimulado a fazer um curso na área. Nos relatou que ganhava comissão e que acreditou na possibilidade de alugar um lugar para morar sozinho, mas, o que lucrava ainda era pouco. Certo dia, após uma briga com a mãe, diz ter

sido ameaçado na comunidade. Foi quando se decidiu pela única opção que havia – mesmo não correspondendo ao seu desejo - procurou o primeiro Conselho Tutelar da cidade que fica no primeiro subdistrito de Santo André – conforme região apresentada no primeiro capítulo.

A partir desse pedido de ajuda, começou um novo momento de sua história:

*Eu cansei de tantas brigas, falta de carinho e de cuidados; Minha mãe não me ama mesmo. A única pessoa que me fez sentir que eu tinha amor de mãe foi a A. - primeira ex mulher do meu pai - mas passou[...].*

*Quando percebi que eu realmente não tinha ninguém, fui procurar o conselho tutelar e, em seguida, fui trazido por ele aqui para o abrigo. Primeiro fui para o lar da rua Ibirá [sede] e depois, trazido para essa casa. Não era isso que eu queria para a minha vida: acho que eu tenho potencial para trabalhar, ganhar bem, me sustentar e não precisar sofrer com minha mãe, nem ser um garoto de abrigo. Eu gosto das pessoas, mas não gosto deste lugar e sei que não terei chance alguma para conseguir o que desejo. Aqui é só um quebra galho, falta muito pouco para eu sair.*

Depoimento do sujeito V.:

Quanto à história de sua infância até o momento em que foi acolhido no abrigo Lar Escola São Francisco de Assis, o segundo sujeito dessa pesquisa, o adolescente V., nos relatou:

*Minha história de vida começou no dia 02 de outubro de 1995, quando nasci. Meu pai não é o mesmo dos meus irmãos. Dizem que, quando ele se envolveu com minha mãe, era casado e tinha melhores condições financeiras, mas nunca nos assumiu de verdade. À princípio, parece que dava dinheiro. Depois, virou fumaça. Fui criado por minha mãe e na companhia das minhas irmãs: G., P., A. e meu irmão A. Minha mãe (M.) gostava de beber, mas nada que fizesse ela nos abandonar. Trabalhava muito. Era ela quem nos sustentava. Me lembro que ela quase não ficava em casa porque estava sempre trabalhando. Chegava em nossa casa - num barraco de madeira no bairro do Capuava - quando já tinha escurecido. Me lembro também que ela não deixava faltar comida pra gente. Ela também nos beijava e mostrava que nos amava. Só ficava muito brava quando nós [irmãos] brigávamos.*

*Quando eu tinha uns cinco anos de idade, minha mãe começou a namorar e a ficar mais tempo com umas amigas do que com a gente. Saiu do serviço dela, pegou seu dinheiro e por influência dessas pessoas abriu um bar. Ali, ela começou a beber ainda mais, se enfiou na cachaça e pôs tudo a perder na nossa família. O barraco que a gente morava era organizado, bem dividido, mas seu teto era muito baixo, todos que eram grande [adultos] tinham que se encurvar para entrar e para se movimentar em casa. Minha mãe começou a ficar bêbada sempre e, com isso, indiferente e muito agressiva com a gente. Começou a chegar mais tarde ainda e deixou de cuidar da gente.*

*Minha irmã G. que é a mais velha (tinha na época 18 anos de idade) se sentiu na obrigação de assumir as responsabilidades com a gente, então, era ela quem dava comida, banho, nos arrumava e colocava para dormir. Nós, irmãos, brincávamos bastante e faltava energia, então, íamos dormir cedo. Mas quando minha mãe chegava bêbada, acordava todo mundo, às vezes até batendo em nós. Como nossa casa era muito pequena, a gente ficava brincando na rua e minha mãe odiava: era mais um motivo para nos bater.*

*Tempos depois, quando eu tinha completado há dois meses, 8 anos de idade, chegou o Natal. Essa data para a gente era muito importante. Eu era muito criança, nem sabia ao certo porque ela era tão importante assim, mas era muito esperada e festejada. Durante o dia 24 de dezembro, minha mãe não veio para casa. Passou o dia todo trabalhando no bar e chegou em casa à noite. Não sei que horas eram, mas sei que era bem tarde. A gente já estava achando que ela não iria chegar. Começamos comer o que a G. tinha feito, mas minha mãe chegou de fogo, gritando que nos odiava, que a gente só atrapalhava a vida dela. Nos espancou: pegou um cabo de vassoura e nos jogou para fora de casa. Ela acabou com o nosso natal e, depois desse, esse dia ficou marcado como um momento ruim, de muita tristeza.*

*Hoje eu sei que esse dia só é importante se a gente estiver com nossa família e eu não tive mais isso. Passamos aquela noite chorando no meio da rua e alguém denunciou no conselho. Então, um conselheiro tutelar apareceu para nos abrigar. Primeiro fomos para um abrigo chamado Lar Gerezin. Eu fui muito triste, chorando e morrendo de medo. A tristeza aumentou ainda mais porque não levaram todos os meus irmãos comigo, somente o A e a A. Ficou a minha irmã G e a P. Para a P. não ser abrigada junto – que era também menor de idade – a G. diz que foi ao Fórum para pedir para ser responsável por ela e eles deixaram. Mas logo em seguida a G. viu que não ia conseguir [assumir] sozinha, então, acabou se casando para poder ter ajuda. Ela prometeu que não iria nos abandonar e que quando pudesse nos buscaria.*

*Logo depois, eu e meus irmãos fomos transferidos para o Lar São Francisco e aqui estou até hoje: ninguém conseguiu me buscar. Minha irmã A., assim que chegou aqui no lar fugiu e nunca mais voltou. Na verdade, ninguém foi atrás dela, mesmo sabendo que ela tinha ido para a casa das minhas irmãs. No começo eu não entendia porque, mas hoje, com esses anos todos vivendo no orfanato, vi muita gente fugindo e ninguém buscando... É problema de cada um, mas para quem fica é muito triste.*

*Ficamos aqui, eu e o A. Moramos juntos na mesma casa por muito tempo. Nunca mais vimos nossa família: ninguém vinha visitar. Eu chorei muito. Até hoje eu pergunto para Deus o que eu fiz para merecer um castigo desse – isso não é vida pra ninguém. Para as pessoas, eu sou o menino do abrigo: ninguém me pergunta quem eu sou e o que eu quero ser. Eu choro muito, não parei de chorar até hoje. Essa é a minha história de infância e do momento em que vim parar aqui.*

O adolescente V. ao falar de como vê os problemas surgidos na sua família, associa-os ao álcool como principal motivo de seu acolhimento institucional e, concomitantemente, de seu afastamento por longo período de sua família e afirma: *Eu odeio qualquer tipo de droga que leva a pessoa ao vício. Eu sei que o álcool estraga a família, alias, acaba de vez com ela.*

Depoimento do sujeito R.:

A terceira história de vida é contada pela adolescente R. que, neste primeiro momento, nos relata sobre sua infância, até o momento do seu acolhimento institucional. Trata-se de uma história longa, com muitos acontecimentos e com a presença de muitas pessoas diferentes que foram chegando em sua vida, através do homem [pai não biológico] que a criou. Entendemos que em sua narrativa, apesar de apresentar-se longa e repleta de informações, não caberia fragmentação.

Assim, nos relata R.:

*Minha mãe era usuária de drogas e quando eu tinha seis meses de vida, num acerto de contas, ela foi assassinada. Eu desconheço a existência do meu pai, assim como a de qualquer outra pessoa da minha família de sangue. Como eu não tinha ninguém, um amigo da minha mãe chamado J., me pegou para criar como se fosse sua filha de verdade. Ele tinha*

*filhos, era casado com uma mulher chamada T. e morava num bairro de São Paulo que é muito perto [faz divisa] de Santo André. Depois de um tempo, ele conheceu outra mulher, deixou a T. e casou com ela – a N. – então, eu fui com eles.*

*Pouco depois, ele, eu, a N., os filhos dela e os filhos deles fomos morar em Porto Seguro. Lá, foram os momentos felizes da minha vida. Eu me lembro de tudo que vivemos: brincar no rio, na rua, ir para a escola, estar sempre junto dos meus irmãos. A N. Fazia um bolo delicioso. Mas não era sempre assim: eu me lembro que primeiro meu pai trabalhava e tinha dinheiro para comprar o que a gente precisava, mas depois, perdeu o emprego e quase tudo o que tinha. Teve uma época em que a nossa única refeição era na escola. Tinham crianças que falavam que a comida de lá era ruim e eu achava uma delícia. Eu e meus irmãos pegávamos lanche a mais na escola para levar para casa.*

*Ficamos alguns anos lá em Porto Seguro e depois, voltamos de ônibus para São Paulo. De volta a São Paulo, fomos morar em Utinga aqui em Santo André. A situação continuou ruim até meu pai conseguir outro trabalho e as coisas começarem a melhorar.*

*Anos depois, ele e a N. também se separaram. Ela foi embora para São Mateus e na nossa casa ficou eu, meu pai, e um dos meus irmãos. Dessa época, eu me lembro que um dos meus irmãos, filho do J. e da T. sempre ia nos visitar. Ele considerava eu e o meu outro irmão como irmãos de verdade. Aliás, ele e o meu irmão, filho da N. eram irmãos de sangue mesmo [pelo lado paterno].*

*Como meu pai não estava mais casado com ninguém eu, por ser menina, tive que cuidar da casa e dele, além de ter que estudar. Quase não sobrava tempo para eu brincar com as colegas que arrumei na rua de casa. O J. – meu pai - era muito conhecido no bairro que a gente morava. Lá, todos gostavam muito dele. Nessa época é que ele começou a ficar uma pessoa mais nervosa e a me bater muito. Comecei a ter medo dele. Durante os dias da semana eu costumava chegar bem cedo na escola, ficava conversando, brincando e estudando com minhas amigas; A professora e a diretora gostavam muito de mim.*

*Eu já estava com 14 anos e as férias chegaram. Foi chegando o Natal e eu me lembro que queria que chegasse logo esse dia. Mas quando ele chegou, veio também tudo de mais ruim na minha vida. Era final de tarde do dia vinte e quatro de dezembro de 2007 quando meu irmão, filho da T. veio em casa para nos chamar para a festa de Natal que iria acontecer na casa deles. Meu pai não ia, então, meu irmão queria me levar e ao meu outro irmão, mas ele [o pai] não me deixou ir e só foi meu irmão filho da N. À noite, tinha festa em todas as casas dos vizinhos, na nossa não tinha nada. Minhas colegas da rua vieram me chamar para ir à casa delas e ver os fogos, mas meu pai também não me deixou. Então, essas minhas colegas*

*entraram em casa e pediram para ele me deixar ir. Ele disse que me deixaria ir depois que eu tomasse meu banho. Fui para o banho e ele foi ao banheiro. Ele me proibia de fechar a porta. Então, ele tirou a roupa e começou a esfregar o 'negócio' [pênis] dele em mim. Me apertar, se esfregar no meu corpo e a me obrigar a pegar nele. Eu perguntava porque ele estava fazendo aquilo comigo. Perguntava o que eu tinha feito para ele. E ele me respondia que era para eu calar a minha boca porque senão ele iria me bater muito. Eu não podia nem chorar, então, minhas lágrimas começaram a descer e eu tive que chorar sem dar um soluço. Quando saímos do banheiro, ele pegou um cinto e começou a me bater. Sinto as dores das correntadas até hoje. Ficaram muitas marcas em mim. E ele dizia que não era para eu chorar. Foi um natal horrível e eu não entendo porque ele fez aquilo comigo. Depois desse dia, tive outros piores.*

Foi um momento muito difícil da pesquisa, embora já tivéssemos tido conhecimento de parte dessa história quando atuávamos no abrigo.

No início da abordagem, solicitamos uma sala reservada para a coordenadora da casa lar. Então, ela avisou para a equipe que estava na casa e para as crianças, que não era para irem ao local reservado. Entretanto, quando entramos com a adolescente na sala, a coordenadora entrou, sentou em outra mesa e disse: vocês não vão se incomodar se eu ficar aqui. Anteriormente, já havíamos explicado para a equipe o objetivo e as necessidades desses momentos de encontros com a adolescente para a realização da pesquisa. Mas, não houve total compreensão por parte da equipe, então, nos reportamos para a adolescente perguntando-lhe sua decisão sobre a presença ou da coordenadora. A R. foi categórica ao negar sua autorização à presença de qualquer outra pessoa que não fosse a pesquisadora.

Após os primeiros relatos da entrevista, sobre sua infância, a adolescente começou a relatar a violência doméstica cometida por aquele a quem chamava de seu pai e, nesse momento, requereu cuidados, pois as expressões de tristeza e de sofrimento ficaram evidentes. Evidenciou-se também que, a adolescente indaga-se ainda sobre os possíveis comportamentos seus que levaram a que fosse violentada por seu pai, pelo homem que a criou como filha.

Quando percebemos que a adolescente estava tocada por revisitar sua história, perguntamos se ela queria falar sobre os fatos em outro momento, mas ela decidiu por continuar. Sussurrando disse:

*Depois daquele natal triste, comecei a ver o natal de maneira diferente, muito triste e solitário, mas ainda acredito que posso ter um natal melhor e mais feliz.*

Depois de referir-se às marcas de um evento – Natal – que para ela foi marcante, não deixa de ter esperança que outros virão e que poderão significar felicidade. Retomou o depoimento sobre sua história, relatando:

*Depois daquela noite de natal, meu pai sempre me fazia deitar na mesma cama que ele. Isso, quando ele não ia deitar ao meu lado, na minha cama, que ficava no mesmo quarto. Então, ele começava a me acariciar, tirar o “negócio” dele para fora e me esfregar aquilo. Em silêncio – porque não podia fazer barulho – eu chorava muito. Só perguntava para ele, o porquê de fazer aquilo comigo. Depois, quando ele parava, como eu já sabia o que iria acontecer, ele pegava a cinta e me batia muito. Eu sempre achava que não ia suportar tanta dor. Quando ele parava de me bater, me avisava que se eu contasse para alguém, ele me bateria muito mais. Então, com medo, eu ficava calada.*

Neste momento do relato, perguntamos se, durante o período em que sofreu abuso, ele tinha tido relação sexual (penetração) com ela e se existia algum outro motivo, além do medo de apanhar mais, para ela manter sigilo sobre as violências que estava sofrendo. Assim, constatamos que existia outros motivos que a faziam silenciar:

*Eu tinha muito medo dele, mas também tinha medo de acontecer alguma coisa ruim com ele. [Tinha medo também que] as minhas colegas descobrissem, porque os pais delas não faziam isso, nem obrigavam elas tomarem banho de porta aberta, nem mexia nelas. Então, eu tinha muita vergonha. Não é certo um pai fazer isso com sua filha. Como aumentou as vezes em que ele me batia e brigava comigo, meu irmão que morava com a gente e que não sabia da outra parte que ele fazia comigo, só das surras, contou para um dos meus irmãos mais velhos, filho da T. e ele foi na rua onde a gente morava e combinou comigo e com o meu outro irmão que voltaria à noite, quando meu pai estivesse dormindo, para nos levar embora para morar com eles. Quando chegou a noite, meu pai tomou o remédio dele que fazia ter*

*sono mais pesado. Meu irmão chegou depois das onze horas da noite. Eu estava esperando e meu outro irmão tinha pego no sono. Quando fui acordar ele, meu pai começou a se mexer e meu irmão não acordou. Fiquei com medo e acabei não indo.*

*Já tinham acabado as férias e voltado as aulas, só que eu deixei de chegar cedo na escola como antes e, quando chegava, ficava muito quieta. Então, minhas colegas ficavam perguntando porque eu estava daquele jeito e eu, além de não contar, ainda chorava. Então elas contaram para a minha professora. Um dia, essa professora, na hora do intervalo, falou que queria conversar comigo e começou a me perguntar o que estava acontecendo. Eu disse que nada.*

*Dias depois, todo mundo estava ainda me achando diferente, eu ainda chegava atrasada na escola. Comecei a não fazer direito as lições. A professora pediu para conversar comigo de novo. Nesse dia, eu acabei contando para ela, mas só a parte em que meu pai estava me batendo. Ela levantou minha blusa e viu as marcas das cintadas nas minhas costas. Começou a chorar e saiu da sala. Pouco depois, a diretora me chamou na sala dela, estavam ela e minha professora ainda chorando e eu contei tudo.*

*Passaram mais alguns dias e uma conselheira tutelar apareceu para falar comigo. Falou que iria me tirar de casa e me levar para um lugar em que nada disso aconteceria de novo. Tive muito medo, fiquei triste, chorei, mas fui. Foi então que vim parar aqui no abrigo.*

*Quando cheguei no abrigo, primeiro, fui recebida por uma educadora, a J.. No dia seguinte, quando a assistente social chegou (que era você) veio conversar comigo. Dalí, fui para outra casa que fica no bairro Jardim onde moravam várias meninas”.*

*Há poucos meses, meu pai - que tinha ficado doente – faleceu. Antes disso, ele tinha voltado para a casa da vó T. [R. chama T. de avó, porque quando os netos dela nasceram começaram a chamá-la assim e a adolescente que, na época, era criança, também passou a chamá-la de avó] A T. aceitou ele de volta para poder cuidar dele. Diz que é pai dos filhos dela.*

*Num final de semana, peguei o ônibus e fui até lá. Estavam todos os filhos em casa. Meu pai estava com aquela doença que se esquece das coisas e das pessoas. Eu cheguei nele, peguei sua mão e disse que o perdoava. A avó T. disse que se toda aquela história fosse verdade era importante que eu fizesse isso – perdoasse. Neste dia, minha irmã que é filha de sangue dele, disse que era para eu guardar segredo, mas que ela acreditava no que tinha acontecido comigo porque ele tinha feito a mesma coisa com ela. Voltei para o abrigo aliviada por ter perdoado ele e por minha irmã dizer que acreditava em mim.*



Neste momento da entrevista, a adolescente disse que essa era a história de quando era criança e de quando sua vida, já na adolescência, passou a se tornar ainda mais triste, levando-a a se separar da família, mudar de escola, se afastar das colegas que tinha da casa onde morava e ter que começar tudo de novo ao ser institucionalizada.

Compondo ainda essa parte da história, a adolescente nos disse:

*Quando falo sobre tudo isso - porque dessa história eu nunca vou me esquecer - choro demais e não entendo o porque disso ter acontecido. Eu penso que se minha mãe não tivesse morrido tudo poderia ser diferente. Não me sinto uma pessoa feliz porque meu sonho é ter ou conhecer alguém da minha família de sangue. Uma vez, meu pai chegou a falar que minha mãe tinha tido um filho antes de mim, mas que tinha dado. Eu era muito criança quando escutei isso, mas nunca mais me esqueci e penso que se eu encontrasse esse irmão, meu sonho se realizaria porque é muito ruim você não ter ninguém. Mesmo assim, ainda tenho que agradecer o J. que me criou e me deu uma família – os filhos dele como irmãos.*

Assim, por questão de organicidade, fechamos o primeiro bloco de apresentação das entrevistas que teve por objetivo apresentar quem são os sujeitos, suas histórias de vida sobre a infância até o momento do acolhimento institucional, contadas por eles próprios, de modo a conhecermos e compreendermos as memórias e os significados por eles atribuídos.

#### **4.3 – Os adolescentes revisitando sua história no cotidiano do abrigo**

Neste momento da pesquisa, focamos em questões que foram apresentadas inicialmente e que deram suporte para que eles – os sujeitos – narrassem suas histórias de vida de maneira livre e autêntica, com intervenções da pesquisadora somente em momentos realmente necessários. O método em que adotamos, nos possibilitou contato mais próximo e pessoal com os sujeitos, deixando-os livres para reviverem suas histórias e as apresentarem de modo que os deixassem mais a vontade, apresentando-as numa ordem de prioridade ou necessidade elencadas por eles próprios, ou seja, de modo a narrarem conforme as expectativas de seu momento e da importância dada a cada evento e, não, por indução da

pesquisadora sob uma óptica que parte de uma expectativa que não necessariamente é a mesma do locutor.

Deste modo, iniciamos o segundo bloco das entrevistas, onde cada sujeito nos relatou sobre o seu cotidiano no abrigo.

Adolescente I, sobre seu cotidiano no abrigo nos relatou:

*Eu tenho muita necessidade de ter privacidade, mas aqui, isso não existe, aliás, jamais vai existir. Aqui não é a minha casa, nem a casa de ninguém e começa por aí. Eu aprendi aqui que não é só as paredes que tem ouvidos, mas todos os educadores, os moradores e até todas as outras pessoas que não estão aqui dentro, que moram em outras casas e principalmente, os que mandam, pois estes ficam sabendo das nossas vidas e do que não queremos falar também, antes da gente ter certeza que fez ou ainda pretende fazer. Todos mandam e a gente obedece, nossas vontades não são importantes. Não estou falando que o abrigo é só ruim, o lado bom dele é que ele recebe todos os abandonados, órfãos, pobres e até os mal amados, como eu por exemplo. Por tudo isso a gente tem que se sentir gratos porque senão, todos os educadores nos acham ingratos. Quando cheguei aqui no abrigo pela segunda vez não vi as pessoas que trabalhavam aqui quando estive antes e, em seis meses de abrigamento, vi que muda muita coisa e muita gente, quem eu devo obedecer hoje não está mais aqui amanhã, a gente não é nem avisado e quando chega outro que vai passar a mandar, é totalmente diferente, nem se apresentam direito, começam a falar o que querem e o que não querem, na maioria das vezes é tudo diferente das ordens que foram dadas antes: algumas vezes melhoras e em outras piora.*

Neste momento, perguntamos ao adolescente I. sobre coisas que o incomodam no seu dia-a-dia no abrigo e sobre àquelas que são boas, que lembrará com carinho ou boas lembranças ao sair aos dezoito anos e eles nos disse:

*Vou começar pelas coisas boas. Nunca vou me esquecer que aqui, diferente do que aconteceu comigo em casa, ninguém tentou me bater; que eu tive cuidados: comida para não sentir fome e um teto para ter onde voltar e dormir; vou me lembrar que não é só eu que tenho uma*

*vida ruim, que outros garotos também tem e, em alguns casos, chega a ser pior do que o meu. Aqui eu posso dizer que não gosto de namorar garotas, mas garotos, mesmo não podendo trazer meu namorado aqui para conhecer onde e com quem eu moro. Quanto as coisas ruins (risadas) tem um montão e eu vou falar tudinho. Se eu quiser jantar mais tarde não posso, tem horário certo; eu morro de ciúmes das minhas coisas pessoais, mas aqui, tudo desaparece e reaparece no corpo de outra pessoa; a gente não tem dinheiro para nada, é o abrigo que compra tudo pra gente, se eu quiser dinheiro para sair sozinho, ir ao cinema ou ao macdonald's vou ficar querendo: o negócio é dar volta no shopping, sentir vontade e fazer de conta que nem ligo pra nada daquilo. A gente pode ir ao cinema, mas com o grupo da casa e um educador que normalmente vai junto. E se eu quiser ir com colegas de escola ou de qualquer outro lugar que não seja com os daqui? Não pode. Se eu quiser ganhar um tênis, camiseta e tudo mais, basta eles saberem minha numeração. Outra coisa que acontece aqui é que os educadores querem que os adolescentes, principalmente aqueles que tem mais de dezesseis anos, vão trabalhar, mas além de ser difícil arrumar um trampo, quando consegue ou chega aqui no abrigo com um, eles não ajudam. Antes de chegar aqui eu já tinha conseguido um trampo num salão de cabelereiro onde recebo por comissão, mas todo mundo que trabalha lá tem que ter seu próprio equipamento de trabalho, pelo menos o secador, mas eu não tenho, por enquanto uso emprestado de uma colega e quando o salão lota, eu perco cliente por isso. Eu pedi para o pessoal daqui uma ajuda, mandaram eu falar com quem manda e quando eu falei, negaram. Cheguei a pedir para eles tirarem um a prestação no nome de qualquer um deles que eu ia recebendo e pagando por mês, mas ninguém fez isso pra mim. As pessoas que trabalham aqui acham que esse lugar é deles e que a gente precisa deles e que tem que fazer tudo do jeito deles, mesmo que estejam errados. Tem educador legal, mas tem uns 'malas' também. Eu tenho um pouco de vergonha das pessoas da escola, do trabalho e dos lugares que frequento saberem que sou garoto de abrigo, tenho mais vergonha do que saberem que de vez enquanto, sou também garoto de programa e transformista. A sociedade é preconceituosa.*

Pedimos que detalhasse sobre os preconceitos que ele mencionava e ele afirmou:

*É um preconceito horroroso que te diminui até não conseguir mais te fazer arrastar. É o mesmo preconceito que eu já falei que os negros, os pobres, os deficientes e os obesos sofrem. Se você não está dentro dos padrões que a sociedade considera correto e bonito você*

*tá fora, você não é nada. Quando a gente sai daqui de dentro, até na escola, é assim que as pessoas fazem com a gente. Eu ainda acredito em mim e sei que vou ser uma pessoa melhor.*

E o adolescente I. encerrou este momento da entrevista dizendo:

*Só sabe o que é viver num abrigo quem precisa viver nele, nem os educadores sabem: eles vão embora, mas é isso, eu preciso e mesmo falando tudo isso, agradeço muito.*

Na mesma abordagem, sobre o cotidiano no abrigo, com o adolescente V., obtivemos os seguintes relatos:

*A minha história no abrigo é muito longa, estou aqui há quase dez anos, mas vou tentar contar tudo ou, pelo menos, as coisas que vivi e que mais me marcaram. Passei por muitas casas e isso não foi bom porque em cada uma delas existia regras diferentes e eu tinha que respeitar e mudar junta, a todo o momento, tanto é que, muitas vezes, nem eu mesmo, sabia exatamente quem eu era, foi muito confuso. Eu moro aqui há muito tempo, mas sei que não é meu, então, me sinto sem família e sem um lar de verdade. Para as pessoas gostarem de você é preciso ser, querendo ou não, um garoto sempre bacana, mal se pode ter um dia ruim de mal humor. A comparação entre cada criança aqui é grande e isso piora quando acontece como aconteceu comigo e com o meu irmão, onde um é bom e o outro é tido como ruim e aí as pessoas pagam de bruxos e começam a falar sobre o nosso futuro, dizendo que um pode ter sorte ou alguém que tenha compaixão fora daqui para te receber e o outro será um bandido e tudo mais: eles não sabem, mas essas comparações acabam com os dois. Outra coisa ruim são os tipos de castigos, como por exemplo, o que também fizeram comigo e com o meu irmão, onde o A. (irmão) não fazia o que eles queriam e então, tiraram ele da casa que a gente estava por maior tempo e transferiram ele para o abrigo da Ibirá e depois, para uma casa que montaram só de adolescentes que ficava na caminho do Pilar, mal a gente se via e se falava, tudo bem que nós somos diferentes um do outro em muita coisa mesmo, mas somos irmãos, por muitos e muitos anos ele foi a única pessoa que eu tinha como família. No final,*

*acabamos ficando juntos em outra casa e logo depois ele fez dezoito anos e teve que sair e eu de novo acabei ficando aqui sozinho. Até 2007 eu e ele não tínhamos notícias da nossa família, não recebíamos visitas e nem ia para a casa de nenhum deles, parecia que a gente tinha sido abandonados aqui no abrigo, então, foi quando você [como assistente social do abrigo] veio com a notícia de que tinha ido visitar nossa mãe e feito contato com nossa irmã G. Naquele dia eu me lembro que chorei muito, até de raiva, achava que não queria notícias de ninguém porque ninguém amava a gente, mas depois, com calma, vi que minha vida poderia ser diferente e que precisava ouvir o que elas tinham para falar. Depois disso foi pedido nova certidão de nascimento pra gente e veio a notícia de que em nossos registros não aparecia os nomes dos nossos pais, isso acabou comigo, descobri que eu não era filho de ninguém.*

Essa parte da história foi na verdade a demonstração de uma falha da justiça, pois ao iniciar como assistente social do abrigo fui verificar a relação das crianças, dos adolescentes e das respectivas famílias que faria o acompanhamento e, assim, iniciando as ações, visitando famílias que nunca tiveram sido contatadas. Entre essas famílias, localizamos a mãe do adolescente V e do A – seu irmão já desligado por maioridade civil – e em seguida, encaminhando relatório para a VIJ, até que um dia, meses depois, recebemos uma ligação da responsável pelo cartório da VIJ questionando o porquê daquele acompanhamento familiar e que seria preciso interromper uma vez que a genitora havia perdido o poder familiar. Para os irmãos foi muito difícil porque após anos de acolhimento sem ter notícias da família, começaram a ter e, logo depois, ao precisarem tirar seu RG, a partir de uma nova certidão de nascimento que havíamos solicitado da VIJ, veio sem filiação. Aquele momento foi um choque para os meninos. Mesmo diante de tudo isso e, em curto prazo, não desistimos e novos resultados começaram a aparecer. O cotidiano no abrigo foi sempre muito marcado por esse tipo de postura, sem haver o cuidado devido com os sujeitos.

E o adolescente V. continuou:

*Até então, minha vida era entre a escola e o orfanato, nem amigos fora daqui eu tinha, mas ainda tinha a sensação de que não sabia quem era eu de fato. Penso muito sobre isso e fico confuso, choro muito, eu sou chorão mesmo.*

Então questionamos se naquele momento, próximo de completar dezoito anos, ele sabia dizer como ele se via e ele respondeu:

*Hoje me sinto um cantor gospel, eu canto, acho que canto bem e me sinto realizado porque cantando me sinto leve e livre. As letras e os louvores falam comigo, então como eu já disse, choro muito lembrando do que passei, como saí de casa para ser abrigado e como foram cada dia aqui dentro. Quem sou eu? Eu vivo sorrindo para todo mundo, mas sou um menino que finge ser feliz, que tenta ser feliz e que não consegue, um menino que sonha alto e que sabe que nem todos podem ser realizados, aliás, quem sabe algum deles. Eu sonho em ter uma família, pai, mãe, ser um menino normal, ganhar beijos, café da manhã juntos, coisas normais, ter pai e mãe para levar para escola, num parque, amá-lo de verdade: eu não sei o que é nada disso. Um dos meus maiores sonhos é também ver que minhas irmãs e meu irmão deram certo na vida, porque isso o deixa feliz.*

Sobre sua história no lar, acrescentou:

*Eu tinha aquele bicho de pelúcia que gostava de dormir e que a mãe social implicava, dizia que o bicho era grande e um educador dizia que não combinava um homem dormir com bicho de pelúcia, mas eu sentia carinho, afeto por ele, dava ao bicho o que não tive. Um dia cheguei da escola, subi para o quarto para me trocar e descansar porque acordava muito cedo para ir à escola e não vi meu bichinho na cama, ele simplesmente sumiu e nunca mais apareceu, eu perguntei dele por um bom tempo, mas até hoje não fiquei sabendo sobre o fim dele. Viver no abrigo tem seu lado bom, mas o ruim é muito ruim porque em casa, na família, imaginava que os pais e os irmãos era para toda a vida, já no abrigo não pode se apegar a ninguém, porque sabe que a qualquer momento o educador irá embora. No começo sofria demais, então depois de perder de novo e sempre muita gente que eu amava e, chorar muito com isso, aprendi que aqui não posso me apegar a ninguém para não sofrer. O lado bom são os cuidados: comer, beber, dormir.*

Durante o andamento do processo e da persistência de reatar os vínculos familiares, a irmã mais velha após receber informações de como se processava a visita no abrigo, foi à VIJ e dias depois, conseguiu autorização para levar os dois irmãos para passarem finais de semana em sua casa.

Durante as diferentes formas de abordagem com a mesma, constatamos os impactos que a mesma sofria mesmo não tendo sido há dez anos atrás abrigada como foi seus irmãos, ela se casou, cuidou de uma das irmãs, continuou distanciada da mãe, teve um filho e não provem de recursos suficientes para sua manutenção, sobrevivência – sua moradia se dá através do aluguel social e nem sempre tem alimentos. Relatou que era felicidade receber seus irmãos mesmo diante dessa dificuldade, mas o irmão A. não colaborava, levava colegas lá, dormia até tarde e seu marido ao implicar com a situação a deixou.

O adolescente V – sujeito dessa pesquisa – recebia por mês R\$65,00 de bolsa auxílio do extinto programa Federal Agente Jovem e, quando ia para a casa dela, ajudava com R\$50,00, sem que os educadores da casa lar soubessem para não proibir. O adolescente A (irmão) ao sair do abrigo ao completar dezoito anos foi morar com um primo e, meses depois – durante os encontros dessa pesquisa – foi preso por motivo de furto. Já o adolescente V. continua indo aos finais de semana para a casa da irmã e retornando para sua rotina às segundas-feiras.

Ainda nesse segundo bloco - sobre o cotidiano no abrigo, a adolescente R. nos relatou:

*Eu gosto muito daqui e também, de todo mundo que mora e que trabalha. As tias são muito especiais pra mim, nunca vou me esquecer de que cuidam com tanto carinho assim de mim. Eu passei por três casas, depois que fui recebida na Ibirá, fui logo para aquela casa que só tinham adolescentes meninas, mas eu era muito diferente delas, me achavam muito criança e então, não foi tão bom assim, posso dizer que só a F. era mesmo minha amiga. Depois me mandaram para a casa Goiabeiras que só tinha crianças e de lá eu vim com eles para essa casa nova. Tem muita gente legal que eu conheci desde que cheguei colegas e educadores que já saíram e eu sinto saudades, mas não sei se um dia vou vê-los de novo. Aqui na casa eu ajuda a cuidar de tudo, adoro cuidar das crianças, mas quase não fico aqui, vou para a escola e depois vou para o curso, chego em casa cansada, tomo meu banho, janto, ajudo na*

*louça da janta e vou dormir porque no outro dia é tudo de novo. Aqui todos cuidam de mim e eu sou legal com todos também, ajudo no que precisar, eu gosto mesmo dessa casa e de viver aqui, eu na verdade não tenho ninguém além dos que estão aqui comigo, vou sentir muita falta de tudo isso: ai... só de pensar nisso eu fico morrendo de medo.*

Perguntamos sobre seus desejos e sobre aspectos que considera importante relatar sobre sua vida. Ela respondeu:

*Eu não me sinto uma pessoa feliz de verdade, não só pelo que aconteceu comigo para chegar aqui, mas porque fiquei órfã bebê, não conheci minha mãe e meu sonho é conhecer alguém da minha família de verdade, de sangue. Eu sou insegura, acho que estou começando agora a aprender algumas coisas sobre a vida... eu ainda preciso ser cuidada, mas me dizem: Raquel você precisa decidir logo sobre sua via porque faltam menos de quatro meses para você deixar o abrigo.*

As falas e as expressões dos três entrevistados nos mostraram com clareza que suas histórias de vidas tiveram muitos fatos e acontecimentos objetivos, mas explicitaram muito mais, as subjetividades que interiorizam: seus medos, suas inseguranças, suas tristezas, sentimento de alguma culpa compartilhada, as marcas de perdas constantes, as dores que carregam e, ao narrarem, foram tendo encontro consigo mesmo e a possibilidade de reelaborarem projetos de futuro. Conforme apontado por Guará

[...] uma comunidade de socioeducação e de cuidado deverá buscar, no invisível do cotidiano, novos significados e competências, com base nas histórias reais, mesmo nas que remetem esses indivíduos a perdas e dores. Será a partir delas que o grupo, e cada um em particular, poderá fazer emergir o desejo de planejar uma nova história (GUARÁ,2006:65).

Iniciamos o terceiro bloco de questões com os adolescentes, direcionando-as à preparação gradativa que recebem/receberam para o seu desligamento institucional e focando



nos significados atribuídos por eles, sobre essa fase em que, por determinação dos poderes judicial e executivo, terão que deixar o abrigo por motivo de maioridade civil.

Para conhecer os significados atribuídos pelos adolescentes sobre o momento de sua saída, se fez preciso, conhecer sua história de vida, conhecer a história institucional, bem como, a vivência desses adolescentes durante seu período de acolhimento.

Segundo informações da atual encarregada do Lar Escola São Francisco de Assis, reafirmou a impossibilidade de manutenção de um jovem de dezoito anos, mesmo diante dos aspectos objetivos e subjetivos que configurem sua não preparação para a saída do abrigo:

*A Vara da Infância e Juventude automaticamente desqualifica a medida de proteção para maiores de dezoito anos de idade, se torna automático o desligamento e o poder executivo por sua vez, afirma que não dispõe de verba para jovens que atingiram sua maioridade. É verdade que nos termos de convênio fica claro que está engessado esta possibilidade de permanência (Sonia Sabo Ferrari).*

#### **4.4 – Os significados atribuídos pelos próprios sujeitos da pesquisa sobre o momento de seu desligamento da instituição de acolhimento ao completarem dezoito anos de idade**

*O acolhimento e a proteção não podem criar, entre os educadores e as crianças, uma relação de dependência e descompromisso com o projeto de vida da criança ou do adolescente. Relações externas, estimuladas com a rede de apoio social e familiar, ajudam muito no momento de partida da criança ou do adolescente, que devem ser preparados com responsabilidade e competência, pois o desligamento é cercado sempre de insegurança e ansiedade (GUARÁ, 2006, p.66).*

Chegamos ao cerne da pesquisa em que buscamos, cuidadosamente, captar os significados atribuídos pelos próprios sujeitos da pesquisa, ao momento de sua saída do abrigo por motivo de sua maioridade civil. Entendemos que não se tratava, apenas, de captar as informações e as histórias relatadas por eles, mas também de captar os ecos que ressoaram durante os encontros que tivemos para chegarmos a estes resultados. Suas expressões, seus momentos de silêncio, o incômodo com determinados eventos que tiveram de relembrar para

relatar, as dúvidas, a insegurança declarada e os diferentes momentos em que se emocionaram compuseram esses ecos.

Durante todo o processo da pesquisa, buscamos aproximações teóricas que a subsidiassem, tramitamos por questões que precisaram ser estudadas para, então, chegarmos a este importante momento em que os sujeitos, que vivem essa condição, puderam expressar o significado que atribuíam ao seu momento de partida e qualificar o que buscamos em todo o processo da pesquisa. Atribuir os significados é, verdadeiramente, uma prerrogativa dos sujeitos que, segundo Martinelli (2004,p.1) “(...) demandam atribuição de significados. Tal tarefa apenas o sujeito é capaz de realizar, pois significados se constroem a partir da experiência”.

Iniciamos o terceiro bloco da abordagem que se refere ao significado do momento da saída para cada um dos adolescentes entrevistados.

Perguntamos ao adolescente I. sobre o seu projeto de futuro, e ele nos revelou:

*Eu me considero um garoto preparado para a vida, sei que ela está longe de ser boa ou tranquila, mas acredito que vou me virar. Sempre fui sozinho, mesmo quando ainda morava com minha mãe. Então, vou precisar de um tempo para me organizar, vou ter que aceitar o aluguel social que o abrigo está me oferecendo e continuar com o meu trabalho, ver como faço para ‘descolar’ o secador que preciso para trabalhar [...] me virar sozinho.*

Então, questionamos sobre o significado que ele está atribuindo ao seu desligamento da instituição:

*Eu sempre acho que quando vou começar um momento novo na minha vida, é porque estou caminhando para a liberdade. Essa liberdade para mim é viver sozinho, sendo o responsável por mim mesmo, independente de se isso vai ser bom ou ruim. Sair da instituição tem seus dois lados, o bom e o ruim. O bom é que criei em mim a ideia de que ter dezoito anos é bom porque as pessoas vão deixar de me tratar como criança e, esse tratamento é como se estivessem tratando de um louco solto pelas ruas, precisando ser dominado. Eu penso que, quando fizer dezoito anos, serei uma pessoa mais respeitada pelos outros. Já, o lado ruim,*

*são várias coisas: viver sozinho, não receber os cuidados de ninguém, não ter apoio para sobreviver, voltar para casa e ter que me virar para comer, é não ter ninguém para conversar, nem para brigar [risadas].*

*Para mim, sair da instituição é, na verdade, a esperança de não acontecer o que eu mais tenho medo: ficar num lugar pago pelo aluguel social e, depois que ele acabar, eu parar na rua sem ninguém e sem ter como sobreviver.*

Pedimos sua avaliação sobre a preparação que recebeu no abrigo sobre o momento da saída para uma vida independente, e ele nos afirmou:

*Durante esse tempo que estou aqui no abrigo, os educadores falaram muito que eu tinha que saber cuidar das minhas coisas: lavar, passar e guardar direito minhas coisas. Mas isso eu já sabia fazer, porque sou ciumento e cuidadoso com minhas coisas pessoais. Então, pra mim não foi novidade.*

*Falam muito que eu e os outros meninos da casa, que têm dezessete anos, precisamos trabalhar para nos sustentar quando sair do abrigo. Mandam a gente fazer curso e estudar. Mas, na verdade, pode até existir essa preocupação de alguns, mas não é de todos. Quando eu pedi para os diretores do abrigo o secador, para trabalhar, mesmo eu me comprometendo em pagar as prestações, negaram.*

*Outra coisa que eu acho chato da parte do abrigo é insistir para eu voltar para a casa da minha mãe, mesmo sabendo que não teve jeito entre a gente. Parece que esse é o jeito mais fácil que encontraram para se livrar do problema – que sou eu. É isso, eles falam que estão preparando a gente, mas nem nossas opiniões valem alguma coisa. Nos tratam, na verdade, como um objeto que vai ‘dar área’ e deixará de ser problema deles. Eu agradeço a todos os educadores e ao abrigo. [Ao longo da abordagem, fomos percebendo que ele – o adolescente I – ao se referir ao abrigo, estava mencionando os diretores do abrigo. Ele não se referia ao espaço ou ao serviço em si.] Tenho carinho por eles, mas vou pagar para ver o que vai acontecer comigo.*

Ao finalizarmos a entrevista com o adolescente I, compreendemos que ele já havia exposto todas as informações de que se recordava ou, mesmo, que desejava relatar. Encerramos o encontro pedindo para que ele dissesse alguma coisa – o que ele quisesse – sobre sua vida e sobre ele. De modo direto e sucinto, deixando estampar os olhos lagrimejantes, disse:

*Eu tento ser feliz, mas por ter vivido abandonado desde criança, sei que ninguém é feliz sozinho, ninguém é feliz sem ter pra onde voltar... você ainda vai ouvir falar de mim.*

Foi dessa maneira que finalizamos a história de I. Antes de completar dezoito anos de idade, no dia 28 de setembro de 2010, ele, a partir da intervenção da equipe de técnicos da casa, foi desligado do abrigo, retornando à casa de sua mãe. A equipe técnica, nos dias que antecederam o aniversário do adolescente, fez contato com a mãe dele, para que ela o assumisse. Um mês depois, ao tentarmos contato com o adolescente por meio do salão de cabeleireiros em que ele trabalhava, tivemos a notícia de que ele saíra de lá e que não estava morando com sua mãe, pois haviam tido um desentendimento grave, e I estava desacolhido. Essa informação foi endossada por uma educadora que ficara sabendo desse desfecho por outro adolescente. Concluímos, então, que essa situação foi fruto da preparação inadequada do adolescente para enfrentar o momento da saída da instituição de acolhimento.

Na entrevista com o adolescente V, também perguntamos sobre o seu projeto de futuro, e ele nos revelou:

*Não quero ter o mesmo destino que o meu irmão teve ao sair daqui. Eu quero ser alguém. Quero dar certo no futuro, mas para eu ser feliz, vou precisar ver que meu irmão e minhas irmãs também estejam bem na vida e, para isso, ajudarei eles no que precisar.*

*Eu tenho projetos de futuro sim, mas não costumo falar sobre eles. Pretendo continuar a trabalhar e ganhar meu próprio dinheiro, terminar a oitava série onde estudo, no SESI Santo André. Quero continuar a estudar mais um pouco, mesmo tendo muita dificuldade de aprender [em quase toda a sua história no abrigo, precisou estudar em salas de aula com*

turmas especiais, pois sua dificuldade de aprendizagem sempre foi densa] *conseguir algum emprego para ganhar melhor, continuar a frequentar a igreja, especializar-me como cantor gospel e morar com todos os meus irmãos. Ai sim, vou ser feliz.*

Perguntamos sobre o significado que está atribuindo ao seu desligamento da instituição, e ele nos respondeu:

*O dia que eu tanto sonhei e até tinha perdido, por muito tempo, a esperança de chegar, está próximo: vou voltar para a casa, aliás, para a casa da minha irmã e viver com a minha família, menos com a minha mãe.*

*Eu sei que não vai ser daquele jeito que eu sonhava, como um menino normal que tem pai, mãe e recebe cuidados e carinho, mas vou ter uma vida junto da minha família. Vou deixar de ser sozinho num lugar que não é meu, apesar de ter vivido aqui tantos anos.*

*Vou sentir saudades de todos os tios e de alguns colegas, mas dessa vez não vai doer tanto, porque foi o próprio abrigo que me ensinou que a gente perde mesmo quem a gente ama, e que a vida continua no dia seguinte, como se nada tivesse acontecido. Com isso, eles me ensinaram que é normal sofrer e que, para não sofrer, é só não se apegar a ninguém. Quanto ao meu projeto ao sair daqui, se resume nisso: descobrir o que é lidar com a vida, aprender a cuidar de mim mesmo, ser mais independente e conhecer tudo aquilo que ainda não pude. Eu estou feliz por sair, mas estou também com muito medo e tristeza em pensar que mais uma vez estou perdendo muita coisa que amo. É a minha história.*

Sobre sua avaliação, quanto à preparação que recebeu no abrigo para o momento de sua saída para uma vida independente, o adolescente V respondeu-nos:

*Acho que não teve essa preparação, o que sempre ouvi é que muita coisa acontece rápido demais aqui no abrigo, e que eles – os educadores – não tinham tempo suficiente para fazer pela gente o que realmente eles desejavam.*

*Talvez essa seja uma dessas coisas que não fizeram. Estou sentindo-me mais preparado, agora, para a vida fora do abrigo do que há oito meses atrás, mas isso não foi o abrigo que fez, mas o dono do restaurante onde estou trabalhando durante esse tempo. Além do meu patrão ter me dado a oportunidade desse trabalho, ainda me dá conselhos e me dá esperança de que posso ainda ter uma vida melhor pela frente. Recebo R\$600,00, e esse dinheiro me ajuda a comprar umas coisas pra mim e a ajudar minhas irmãs.*

No término da entrevista com o adolescente V, pedimos que finalizasse dizendo o que ele quisesse a respeito de sua vida, e ele falou:

*Estou com um medo do tamanho de um mundo! De um mundo que eu ainda não conheço, mas sei que é grande. Sofrer mais do que eu já sofri na minha vida, me basta.*

A partir da entrevista com o adolescente V, constatamos que - apesar da ausência ou da ineficácia do investimento do abrigo, quanto à preparação da saída dos adolescentes ao alcançarem a maioridade civil - é muito grande a importância de existir um lugar de pertencimento, lugar e pessoas para os receberem, independentemente das condições que permeiam sua sobrevivência. A existência da rede social e familiar faz a diferença nesse momento, em que, segundo os adolescentes, eles se sentem cercados de medos, incertezas e inseguranças.

Chegamos ao último depoimento deste terceiro bloco e da entrevista com os adolescentes. A adolescente R falou sobre sua ausência de projeto de futuro:

*Eu não tenho nenhum projeto. Acho que querer trabalhar, ganhar meu dinheiro, me sustentar, ter onde e com quem morar é um sonho que pretendo que se realize. Eu estou com muito medo e não me sinto uma mulher adulta para viver sem ninguém. Eu não sei nem por onde começar.*

Perguntamos sobre o significado que ela está atribuindo ao seu desligamento da instituição, e ela respondeu:

*Eu não sei explicar direito, mas sei que sair daqui é muito ruim, porque eu gosto daqui e amo todos os tios, tias e as crianças da casa. Estou com medo e sem saber o que, e como vou fazer. É um medo que eu não sei explicar, mas, quando durmo, tenho até pesadelo. Estou triste, sentindo um negócio muito ruim dentro de mim. Choro direto, só fico pensando o porquê das coisas acontecerem assim comigo.*

*Por que tem que ser sempre assim? Sair é muito ruim, parece que é o fim, e que eu posso não ter a mesma ajuda que tive, quando meu pai fez aquilo comigo. Se eu pudesse, eu continuaria aqui no abrigo, mas, depois da minha festinha de aniversário, eu sei que vou ter que sair.*

Quanto à avaliação sobre a preparação que recebeu para o momento de sua saída para uma vida independente fora do abrigo, a adolescente R respondeu:

*Eu não estou preparada, aliás, estou muito confusa. As tias me ajudam muito: me matricularam em curso, eu estudo e elas me ajudam quando eu não entendo alguma coisa. Elas cuidam muito de mim, me ensinam qualquer coisa que eu queira aprender, são como mães. Faz pouco tempo que elas começaram a falar comigo sobre a minha saída. A assistente social fica me perguntando o que vou fazer, diz que eu tenho que me decidir logo, mas eu não sei, estou com muito medo. Estou pensando nesse assunto direto, sem parar, mas não sei o que vou fazer.*

A adolescente demonstrou, visivelmente, que está insegura e que teme o momento da chegada do dia de seu aniversário. Disse-nos que, antes, sempre esperava chegar seu aniversário. Apesar de ter tido festinhas de aniversário somente depois que fora acolhida, agora ela não mais se sente feliz com a festa só para ela – diferente de como ocorrera há algum tempo no abrigo, porque as comemorações eram coletivas. Ela está sentindo tristeza, porque sabe que é o anúncio de sua partida. Perguntamos para a adolescente o que, exatamente, significam as decisões que ela deve tomar, e ela contou:

*Na verdade, eu tenho três alternativas: a primeira seria morar com a vó Terezinha – primeira esposa de meu pai. Na verdade, é o que eu gostaria de fazer: morar com ela, com meus irmãos e meus sobrinhos. Mas a vó Terezinha sustenta a casa, todos estão desempregados, só ela trabalha e, muitas vezes, a situação é muito difícil. Então, eu não quero ser mais um problema para ela. A segunda alternativa seria eu morar com a Nice – a segunda esposa de meu pai – mas ela está casada com outro homem, e os dois são alcoólatras, bebem muito. Fui visitar ela, e o marido dela chegou bêbado e começou a incomodar. Então, ela começou a brigar com ele. E a terceira opção, seria morar sozinha numa casa ou numa pensão, através do aluguel social, mas eu estou com muito medo de viver sozinha.*

*Eu não consegui ainda arrumar trabalho e mesmo que eu consiga, não me sinto segura para viver só... eu não sei o que fazer.*

A adolescente R. finalizou a entrevista narrando sobre o que ela ainda desejava socializar, neste estudo, a respeito de sua história de vida:

*Acho que as coisas poderiam ser mais fáceis, menos complicadas, mas a minha vida já começou cheia de coisas ruins e de perdas. Se a minha mãe não tivesse morrido, eu não precisava ter passado por nada disso, mas ela morreu... e eu tenho poucos dias para me decidir, para que a S. possa pedir, na prefeitura, o meu aluguel social – se a opção for esta.*

Ao vivenciar com os adolescentes momentos diversos para a concretização deste estudo, pudemos aproximar-nos, neste fim de pesquisa de campo, do momento em que tudo começou, quando houve o despertar do interesse em dissertar sobre este tema que julgamos de extrema relevância. Pudemos concluir que os aspectos objetivos (necessidades básicas) são concretos e importantes para serem refletidos, de forma a que possam ser introduzidos, prioritariamente nas políticas públicas. Porém existem fatores subjetivos que estão, visivelmente, presentes no mundo dos invisíveis. A sociedade desconhece a realidade vivida por esses adolescentes, e eles, sentem essa segregação e têm medo de enfrentá-la, agora,



sozinhos. Trabalhar esses medos, suas angústias e inseguranças requer tempo – tempo que deveria ter sido aproveitado desde que eles iniciaram sua vida no abrigo.

Dessa forma, consideramos que as contribuições de Guar´a podem aludir a uma ferramenta capaz de mudar as hist´orias das crianças que devem, desde o in´icio do acolhimento, ser preparadas para o momento de sua sa´ıda. Em todas as entrevistas, ficou anunciada a evidˆencia de que nˆao houve um processo gradativo de prepara˜ao para o desligamento institucional. Nˆao ´e nos meses que antecedem `a sa´ıda dos adolescentes que se deve iniciar a interven˜ao.

A prepara˜ao planejada do desligamento pode oferecer maior segurança para os que saem do abrigo. Por´em, se a experiˆencia educativa vivida no abrigo foi significativa, eles continuar˜ao a pensar nele como um espaço em que poder˜ao reencontrar amigos e prote˜ao. Por isso mesmo ´e muito importante que se pense em projetos e aí˜oes de apoio e acompanhamento `as crianças e aos adolescentes que se desligaram do abrigo (*GUAR´A, 2006, p. 71*)



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*"Você vê coisas e diz: Por que?;  
mas eu sonho coisas que nunca existiram e digo: Por que não?"  
(George Bernard Shaw)*

Inicialmente, ressaltamos a relevância deste estudo porque a maioria da bibliografia existente apresenta informações sobre o momento do acolhimento institucional e, até mesmo, do cotidiano de crianças e adolescentes em abrigo, ou do perfil daqueles que se encontra em medida de proteção. Não localizamos produções que discutissem de forma suficiente o processo de saída do abrigo e os aspectos fundamentais que devem estar presentes na preparação gradativa para o desligamento institucional.

Conforme já foi apresentado, o objeto desta pesquisa foi desvelar e compreender os significados objetivos e subjetivos, agregados ao momento da saída de adolescentes da instituição de acolhimento, ao completarem 18 anos de idade. Desse modo, consideramos que o objeto de estudo se fez presente em cada etapa do trabalho.

Procurou-se compreender em que medida essa instituição representou para o adolescente um espaço de tutela ou de acolhida e socioeducação. Que contribuições houve para que esse adolescente pudesse alcançar autonomia e assumir sua vida independente, fora da instituição. E, finalmente, suas expectativas e perspectivas de futuro.

Neste sentido, procuramos aproximar-nos e refletir sobre o que estava latente na fala dos sujeitos que participaram desta pesquisa e, também, daqueles adolescentes que, em nossa trajetória profissional no abrigo, apontaram as mesmas fragilidades ao pensar em sua vida fora da instituição de acolhimento.

Para tratarmos dessa temática, foi preciso começar a buscar respostas na história, assim, vimos no primeiro capítulo, que a história da cidade de Santo André está imbricada na história do Brasil desde o seu descobrimento. Na história do Brasil, desde seu início, o abrigo de crianças indicou, como observa Baptista que

um olhar para a história das crianças e dos adolescentes no Brasil mostra que muitas de suas vulnerabilidades ocorreram por pertencerem a espaços e tempos marcados por desigualdades sociais e econômicas (BAPTISTA, 2006, p.33).

Conhecer a realidade local mostra-nos que, em termos de orçamento, o município dispõe de condições para suprir, com qualidade, as políticas públicas, logo os problemas do

abrigo não se referem às questões orçamentárias, mas de vontade política, não visando os interesses das crianças.

Ao procurar caminhar da história da cidade para a história do abrigo, a primeira constatação do pesquisador foi da ausência de histórico documentado e houve uma busca árdua para reconstituí-lo. Trata-se de uma história fragmentada, não diferente das histórias de vida dos sujeitos do abrigo.

Ao conhecermos a história institucional, chegamos à primeira hipótese confirmada: que as constantes mudanças de ONG's na gestão do abrigo, estão ligadas a uma fragilidade que faz com que elas, também, sofram por causa de interesses do poder público partidário e que, na intenção de implantar nova metodologia de impacto, acabam por visar, primeiramente, a seus interesses, não dispensando os cuidados necessários para atender com a qualidade requerida a vida cotidiana de crianças e de adolescentes que ali já viviam antes de sua chegada. Assim, ficaram marcadas ações descontínuas que, ao serem instituídas, não foram compartilhadas e compactuadas com os sujeitos, ou seja, não basta existirem projetos pedagógicos, faz-se preciso torná-los claros e aderidos voluntariamente por aqueles que os irão vivenciar.

Ao conhecermos a história institucional, chegamos à primeira hipótese confirmada: que as constantes mudanças de ONG's, na gestão do abrigo, estão ligadas a uma fragilidade que faz com que elas, também, sofram por causa de interesses do poder público partidário e que, na intenção de implantar nova metodologia de impacto,

Constatamos, também, que essas dinâmicas mudanças foram predominantes para que não houvesse trabalhos efetivos e afetivos para com as crianças e os adolescentes, no sentido de despertar neles atitudes autônomas e emancipatórias de modo a prepara-los gradativamente para seu momento de desligamento institucional.

Apreendemos que não conseguiríamos tratar do momento da saída, sem tecê-lo com o momento da acolhida e com o cotidiano do adolescente no abrigo. Desse modo, o terceiro capítulo deste trabalho, com os apoios teóricos, nos possibilitou-nos a compreensão das necessidades que os abrigos requerem para alcançar uma condição de espaço no qual o

desenvolvimento social e humano seja prioridade, preparando, gradativamente, a criança e o adolescente para uma vida fora dos muros do abrigo.

Apreendemos também, que, nos abrigos pesquisados foi desenvolvido um processo que culminou com resultados negativos. A maioria dos adolescentes que, ao completarem 18 anos, tiveram que, mesmo não estando preparados para deixar o abrigo, afastarem-se dele. Consideramos que as determinações judiciais e políticas não devem ser instrumento de desumanização, sobrepondo-se aos aspectos subjetivos de cada adolescente e, principalmente, desconhecendo as condições que possibilitariam maior segurança desses, na nova fase da vida. Afirmamos que o “ato de apagar a vela do bolo dos 18 anos” traz consigo muitos significados e que esses sujeitos precisam de maior atenção.

Outra hipótese confirmada é que, justificado costumeiramente pela dinâmica complexa de um abrigo, não há preparação gradativa, pois as tentativas de investimentos prévios à data de saída, não se configuram como ação efetiva e gradual.

No decorrer do quarto capítulo, apresentamos resultados das pesquisas que evidenciam que o medo, a insegurança e a angústia são os sentimentos presentes nos adolescentes e que eles estão relacionados a outros aspectos subjetivos como, por exemplo, o medo da solidão, mas também aos aspectos objetivos referentes ao seu meio de sobrevivência.

Ficou claro que não foi construído pelo abrigo juntamente com o adolescente, durante sua estadia, a elaboração de planos e de projetos futuro, logo esses adolescentes não trilharam num processo de busca e de estímulo para sua concretude.

Outro ponto a destacar é que não houve investimento gradativo e efetivo para o fortalecimento de uma rede de apoio para esses jovens, dificultando, ainda mais, seu processo de saída, para que neste, pudesse haver vínculos de pertencimento que favorecessem seu desenvolvimento e sua emancipação.

Descobrimos muitas coisas durante este estudo e vamos compartilhá-las: a instabilidade existente no abrigo está ligada a questões político-partidárias do município; que cada organização que geriu os abrigos acreditava que sua forma de gerir era a melhor; que suas ações estavam ligadas aos seus interesses na manutenção do convênio, e não,

necessariamente, visavam ao bem-estar das crianças e dos adolescentes. Nenhuma delas ponderou os impactos causados por esses fatos na vida das crianças e dos adolescentes.

Assim, ficou marcado na história do Lar Escola São Francisco de Assis um processo de desconstrução que, cotidianamente, vem deixando marcas negativas e profundas nos adolescentes.

Percebemos que, apesar do ECA existir há 21 anos, tardia e vagarosamente vai entrando em cena. Irmãos ainda são separados: há aqueles que são abrigados, e os outros que são mantidos no seio familiar, mas também há grupos de irmãos que são acolhidos conjuntamente, mas que o próprio abrigo encarrega-se de separá-los por casas-lares.

Quanto às famílias das crianças e dos adolescentes em medida de proteção são famílias em vulnerabilidade social que, costumeiramente, estão no centro da questão: não no sentido de receberem a proteção social de que precisam para suprir suas necessidades e poderem cuidar de seus filhos, mas no sentido de serem sempre culpabilizadas pela condição vivida por si e pelos seus filhos.

Crianças e adolescentes, na maioria das vezes, são abrigados e seus aspectos subjetivos não são respeitados. São obrigados, a partir de sua entrada, a fazer pronta adesão ao instituído. É como se sua dor, sua angústia e seus medos em relação ao novo não existissem.

Descobrimos que o processo acolhimento / desacolhimento deve ser investido como ações não sucessórias, mas simultâneas: a entrada deve pressupor a saída.

De acordo com GALLO (2009, p.31) a discussão e o domínio das políticas sociais públicas precisam estar no cerne de nossas atuações, nas instituições e nas organizações públicas, o que nem sempre acontece. E acrescenta “para romper com essa alienação é preciso que haja avanços significativos, começando pela vontade política, onde a esfera pública se coloque de fato como espaço para a emancipação política”.

Esperamos que as contribuições contidas neste trabalho venham oferecer, em termos operacionais, contribuições à prática cotidiana de gestores, técnicos e de educadores que

atuam na operação de medidas protetivas em abrigos, bem como ao município, quanto à necessidade de implementação de novas políticas públicas para essa demanda.

É importante destacar que esses jovens não receberam a preparação gradativa para o seu desligamento institucional, enquanto estavam sob a tutela do Estado. Desse modo, consideramos que existe uma dívida social a ser paga em ressarcimento aos seus direitos violados.

Destacamos que a participação da sociedade civil é de extrema relevância para “pressionar” o Estado quanto à sua responsabilidade diante das prestações dos serviços públicos. Não vemos uma luta contra hegemônica, não vemos uma ideologia acirrada por objetivos comuns por parte dessa sociedade, ao contrário, vemos que, na contemporaneidade, as contradições têm sido cada vez mais evidentes e o que Gramsci denomina de ‘guerra de posição’ tem sido cada vez mais descaracterizado e substituído a interesses privados/particulares.

É preciso que a sociedade civil conheça plenamente seus direitos, e os caminhos a percorrer possam pressionar para a efetivação dessas garantias, fazer controle social e provocar um movimento de impacto.

Entendemos que o modo de se fazer pode determinar aonde se quer chegar, embora haja dificuldades que venham pelas determinações de poder.

Deixamos, aqui, a porta entreaberta, para que outros pesquisadores possam adentrar, e encerramos com o pensamento de Fernando Pessoa

*“De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que estamos sempre a começar, a certeza de que é preciso continuar, a certeza de que seremos interrompidos antes de terminar... Portanto devemos: fazer da interrupção um caminho novo, da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sonho uma ponte, da procura um encontro”.*

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. M. O Serviço Social e a Organização da Cultura: perfis pedagógicos do Serviço Social. Ed. Cortez. SP.
- ANDRADE, Carlos Drummond. Nosso Tempo. In: A Rosa do Povo. São Paulo: Círculo do Livro S.A., 1989.
- ARRUDA, I.C. de. O Cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: Uma simplicidade complexa. Dissertação de Mestrado apresentado à PUC SP, 2006.
- BAPTISTA, M.V. Planejamento social: intencionalidade e instrumentação. São Paulo e Lisboa: Veras e CPIHTS, 2002.
- \_\_\_\_\_. “Comentário do art. 93” in CURY, MUNIR (coord.) Estatuto da Criança e do Adolescente comentado: comentários jurídicos e sociais. 10ª Edição. São Paulo, Malheiros, 2010.
- BRASIL, Presidência da República. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, publicada no DOU, de 16 de julho de 1990.
- BRASIL, Presidência da República. Lei de Adoção, nº 12.010, de 03 de agosto de 2009, publicada no DOU de 4 de agosto de 2009.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.
- Coletânea Abrigar: Abrigo Comunidade de Acolhida e Socioeducação / [Coordenação Myrian Veras Baptista]. São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006. - -. Vários autores.
- COSTA, A.C.G.da. Parâmetros para a Formação do Sócio Educador: uma proposta inicial para reflexão e debate. Coord. Antonio Carlos Gomes da Costa. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- DURIGUETTO, M.L. “Sociedade Civil, Esfera Pública e Terceiro Setor: a dança dos conceitos” in Serviço Social e Sociedade nº 81. São Paulo, Cortez, 2005, PP 82/101.
- FÁVERO, E.T. Serviço Social, práticas judiciais, poder. São Paulo: Veras, 1999.



FRANÇA, Marina. Famílias acolhedoras: preservando a convivência familiar e comunitária. São Paulo: Veras, 2006.

FREIRE, P. A Importância do Ato de Ler. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Ed. Cortez. 1990.

GALLO, Marcelo. Os direitos sociais colocados em pauta na construção de metodologia para abrigo: a experiência da Fundação Criança de São Bernardo do Campo-SP. Dissertação de Mestrado. PUC São Paulo, 2009.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais e a Organização da Cultura. 9ª edição. RJ, Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Civilização Brasileira, 1995.

\_\_\_\_\_. A concepção dialética da história. Ed: Civilização Brasileira, 3ª edição – RJ, 1978.

GUARÁ. I.M.F.R. (Coletânea Abrigar) Abrigo: Comunidade de Acolhida e Socioeducação. Instituto Camargo Correa. 2006.

\_\_\_\_\_. Crianças e Adolescentes: necessidades e direitos. Dissertação de Mestrado. PUC-SP.

\_\_\_\_\_. Necessidade e Direitos da criança e adolescente. In: Cadernos do NCA. São Paulo: PUC, 1995.

GULASSA, M.L.C.R. O que os abrigos dizem sobre si mesmos. Boletim trimestral nº 01 – Programa Abrigar. São Paulo: Instituto Camargo Correa. Outubro, 2005.

\_\_\_\_\_. Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para trabalho com jovens nos abrigos in Coleção Abrigos em Movimento Caderno 3 . 1ª edição. SP: Instituto Fazendo História, 2010.

HELLER, A. o Cotidiano e a História. Ed. Paz e Terra: 7ª. Ed. 2004. SP.

LÉFEBRE, H. A vida cotidiana no mundo moderno. Trad. Alcides João de Barros. São Paulo. Ática, 1991.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: Ontologia Social, Formação Profissional e Políticas, Núcleo de estudos e aprofundamento Marxista. Programa Pós Graduação em Serviço Social – PUC SP, 1999.

MANSUR, J. O frio pode ser quente. Editora Atica, 2008.

MARTINELLI, M.L. Serviço Social: identidade e alienação. São Paulo, Editora Cortez, 2003

\_\_\_\_\_. Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio. São Paulo, Ed. Veras, 1999.

MARTINS, José de Souza. Exclusão social e nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MEDEIROS, Alessandra. Pessoas em Situação de Rua: a saída para a saída. Tese de Doutorado. PUC São Paulo.

MINAYO. M.C.S. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis. Ed. Vozes. 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Marica Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2007, p.9-29.

NETO. J.P. & CARVALHO, M.C.B. Cotidiano: conhecimento e crítica. Ed. Cortez.SP.

PAIS, J.M. “Vida Cotidiana: enigmas e revelações”. São Paulo, Ed. Cortez. 2003.

\_\_\_\_\_.in Revista brasileira de Educação. Máscaras, jovens e escolas do diabo. Volume 13. nº 37. jan. abr. 2008.

PESSOA, Fernando. Poesias. Org. Sueli Barros Cassal. Porto Alegre. L&PM POCKET, 2009.

\_\_\_\_\_. Obra Poética. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1972.

TELLES, T.S.; SUGUIHIRO, V.L.T.; BARROS, M.N.F. Os direitos de criança e adolescentes na perspectiva orçamentária. In: Revista Serviço Social e Sociedade n. 105 – p.50-66, Cortez, 2011.

PORTELLI, A. “O que faz a história oral diferente” in Tentando aprender um Pouquinho-Projeto História nº 14. São Paulo, fevereiro de 1997.

QUEIROZ, M. I. P.de. Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva. São Paulo, CERÚ-FFLCH/USP, 1983.

RIZZINI, I. & PILOTTI, F. A Arte de Governar Crianças. SP. Ed. Cortez: 2009.

SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. Texto apostilado. 2002.

\_\_\_\_\_. As Artimanhas da Exclusão. Rio de Janeiro, Ed. Vozes: 2006.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. SP. Ed. Cortez. 2002.

UNESP. Normas para publicações da UNESP. Trabalhos acadêmicos: tese, dissertação, monografia, TCC e relatório de pesquisa. Vol.2. São Paulo, 2010.

SILVA, R. Do abrigo à família. 2002

VERENA, A. Manual de História Oral. 3ª edição. RJ. FGV: 2005.

#### Sites Consultados:

<http://www.ibge.gov.br>

<http://www.seade.gov.br>

<http://www.santoandre.sp.gov.br>

<http://www.idh.br>

<http://www.neca.org.br>

<http://www.gov.br>

<http://www.anped.org.br>

[www.santoandre.sp.gov.br](http://www.santoandre.sp.gov.br)

[www.brasilnovo.org.br](http://www.brasilnovo.org.br)

[www.institutocastanheiradeacaocidada.org.br](http://www.institutocastanheiradeacaocidada.org.br)

[www.scielo.br](http://www.scielo.br)

**ANEXO:****Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo  
 Comarca de Santo André – Vara da Infância e Juventude

**Plano Individual de Atendimento – PIA**

Criança / Adolescente: \_\_\_\_\_  
 D.N.: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_  
 Guia de Acolhimento: \_\_\_\_\_ Nº Processo: \_\_\_\_\_  
 Foro / Vara I. J.: \_\_\_\_\_

**Identificação dos Pais ou responsáveis**

**Nome do Pai:** \_\_\_\_\_  
 Filiação: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 D.N.: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Nome da Mãe:** \_\_\_\_\_  
 Filiação: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 D.N.: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Resp. Legal / de fato:** \_\_\_\_\_  
 Filiação: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 D.N.: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_  
 Endereço: \_\_\_\_\_  
 Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_  
 Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Parentes / Pessoas interessados em tê-lo(a) sob sua guarda:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

### Acolhimento

Data do Acolhimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Caraterização da situação de risco:**

Agressão Física    Agressão Sexual    Negligência/Abandono

**Agressor:**  parente    mãe    pai    padrasto    madrasta    avô (ó)    irmão (ã)

tio(a)    primo(a)    amigo(a)    desconhecido e  outros: \_\_\_\_\_

**Situação jurídica da Criança / Adolescente:** \_\_\_\_\_

**Acolhimentos Anteriores:**  sim    não    sem informação

**Breve histórico dos acolhimentos anteriores:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Documentação

**Documentos repassados à entidade de acolhimento no ato do acolhimento institucional ou posteriormente:**

Certidão de Nascimento

Cartão de Vacinação

Carteira de Identidade

Relatório do caso

Termo de abrigamento / encaminhamento

Outros \_\_\_\_\_

**Documentação Civil a ser providenciada:**

Não há documentação a ser providenciada

Certidão de Nascimento

Cartão de Vacinação







**Irmãos**

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

**ANEXO:****Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

*Comarca de Santo André – Vara da Infância e Juventude***Plano Individual de Atendimento – PIA**

Criança / Adolescente: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Guia de Acolhimento: \_\_\_\_\_ Nº Processo: \_\_\_\_\_

Foro / Vara I. J.: \_\_\_\_\_

**Identificação dos Pais ou responsáveis****Nome do Pai:** \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Nome da Mãe:** \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Resp. Legal / de fato:** \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_ Documento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

**Parentes / Pessoas interessados em tê-lo(a) sob sua guarda:**

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ Telefone: \_\_\_\_\_

Ponto de referência: \_\_\_\_\_

### Acolhimento

Data do Acolhimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Caraterização da situação de risco:**

( ) Agressão Física ( ) Agressão Sexual ( ) Negligência/Abandono

**Agressor:** ( ) parente ( ) mãe ( ) pai ( ) padrasto ( ) madrasta ( ) avô (ó) ( ) irmão (ã)

( ) tio(a) ( ) primo(a) ( ) amigo(a) ( ) desconhecido e ( ) outros: \_\_\_\_\_

**Situação jurídica da Criança / Adolescente:** \_\_\_\_\_

**Acolhimentos Anteriores:** ( ) sim ( ) não ( ) sem informação

**Breve histórico dos acolhimentos anteriores:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

### Documentação

**Documentos repassados à entidade de acolhimento no ato do acolhimento institucional ou posteriormente:**

( ) Certidão de Nascimento

( ) Cartão de Vacinação

( ) Carteira de Identidade

( ) Relatório do caso

( ) Termo de abrigamento / encaminhamento

( ) Outros \_\_\_\_\_

**Documentação Civil a ser providenciada:**

( ) Não há documentação a ser providenciada

( ) Certidão de Nascimento

( ) Cartão de Vacinação





**Irmãos**

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família

Nome: \_\_\_\_\_

Filiação: \_\_\_\_\_

D.N.: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ ( ) Acolhimento Institucional – ( ) mesma inst. ( ) outra inst. ( ) Família